

melissa GRENDA ZAXY Ipanema
Grendene kids rider CARTAGO PEGA FORTÉ

Grendene®



Proposta da Administração e Manual de Participação na Assembleia Geral Ordinária de 17/04/2025

Grendene S.A.
Companhia Aberta
CNPJ: 89.850.341/0001-60
NIRE: 23300021118-CE
Site: <https://ri.grendene.com.br>
Email: dri@grendene.com.br

Sumário

1.	Convite	2
2.	Edital de Convocação	3
3.	Esclarecimentos e Orientações	5
4.	Participação na Assembleia Geral Ordinária.....	6
4.1.	Orientações para participação por meio do sistema eletrônico	6
4.2	Orientações para participação mediante o envio de Boletim(ns) de Voto a Distância	7
4.2.1.	Envio do(s) Boletim(ns) de Voto a Distância pelo acionista diretamente à Companhia	7
4.2.2.	Instalação do Conselho Fiscal	8
4.3.	Orientações para participação por meio de procurador	8
5.	Proposta da Administração	9
5.1.	Matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária	9
6.	Documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária	12
7.	Anexos	
	Anexo I – Resolução CVM n.º 81/2022, art. 10º, Inciso III - Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência	13
	Anexo II – Resolução CVM n.º 81/2022, art. 10º, parágrafo único, Inciso II – Anexo A – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2024	34
	Anexo III – Resolução CVM n.º 81/2022, art. 13, inciso I e II - Proposta de remuneração dos administradores; e as informações indicadas no item 8 do Formulário de Referência	39

1. Convite

Prezados Acionistas,

A Grendene S.A. (“Companhia” ou “Grendene”) tem o prazer de convidá-los a participar da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada às 9 horas do dia 17 de abril de 2025 (“AGO”), de **modo exclusivamente digital**.

A opção pelo **modo exclusivamente digital** garante uma participação ampla e segura de todos os acionistas, independentemente de sua localização geográfica eis que, incluindo, sem limitação (i) a sede da Companhia é muito distante dos principais centros financeiros do País (e.g., (aprox.) 3.000km de São Paulo e (aprox.) 2.716 Km do Rio de Janeiro); (ii) o acesso à Sobral (sede social da Companhia) é de difícil acesso, sendo poucos e custosos os vãos de Fortaleza até Sobral. Assim, pelos motivos acima mencionados (dentre outros) o acesso à sede social da Companhia se torna um obstáculo para os Acionistas comparecerem, sendo certo que esta modalidade (exclusivamente digital) permite que mais acionistas participem da Assembleia sem a necessidade de altos custos com deslocamento, garantindo o pleno acesso às deliberações da assembleia e oferecendo maior conveniência, segurança e eficiência.

Nos termos de Resolução CVM nº81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81”), a Companhia disponibiliza o sistema de votação à distância, permitindo que seus Acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, do depositário central, da instituição financeira responsável pela escrituração das ações ordinárias de emissão da Companhia, ou ainda, diretamente à Companhia, conforme orientações detalhadas que constam nesta Proposta da Administração e Manual de Participação.

A Administração da Companhia apresenta a proposta e orientações para participação na AGO com o objetivo de prestar esclarecimentos a V.Sas. sobre as deliberações a serem tomadas listadas no Edital de Convocação devidamente publicado no jornal O Povo, arquivado na sede social da Companhia, bem como divulgado nos websites da CVM – Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (<https://www.cvm.gov.br>), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (<https://www.b3.com.br>) e de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.grendene.com.br>). Esperamos que esta Proposta e Manual possam contribuir para uma efetiva participação de V.Sas.

Cordialmente,

Alexandre Grendene Bartelle
Presidente do Conselho de Administração

2. Edital de Convocação

Convocamos os acionistas da Grendene S.A. ("Companhia" ou "Grendene") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no próximo dia 17 de abril de 2025, às 9 horas ("AGO"), de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma Microsoft Teams ("Sistema Eletrônico" ou "Plataforma Digital") com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

I – Em Assembleia Geral Ordinária

1. Aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis e/ou financeiras da Companhia e o Relatório da Administração, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Resumido do Comitê de Auditoria referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social de 2024 e a ratificação das antecipações das distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio bem como do saldo de dividendos, de acordo com a proposta dos órgãos da administração da Companhia; e
3. Fixar a remuneração global anual dos administradores de acordo com o art. 14 do Estatuto Social da Companhia.

Informações Gerais:

A Companhia informa que a AGO será realizada de **modo exclusivamente digital**, nos termos do artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), podendo os acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia ou exercer o direito de voto mediante uso dos boletins de voto à distância ("Boletins de Voto"), de acordo com a Resolução CVM nº 81 de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81/22"), sendo que para os Boletins de Voto produzirem efeitos estes deverão ser recebidos (nas formas abaixo indicadas) pela Companhia até 14 de abril de 2025 (inclusive), ou seja, 4 (quatro) dias antes da AGO. Assim, o acionista, que desejar, poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida resolução, enviando os correspondentes Boletins de Voto à distância por meio de seu respectivo Agente de Custódia, do depositário central, da instituição financeira responsável pela escrituração das ações ordinárias da Companhia ("Escriturador") ou ainda, diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes nesta Proposta da Administração e Manual de Participação na AGO da Grendene ("Proposta da Administração" e "Manual de Participação", respectivamente), até a data de 14 de abril de 2025. Se os Boletins de Voto forem recebidos após o dia 14 de abril de 2025, os votos não serão computados.

Conforme disposto no artigo 6º, §3º, da RCVM 81/22, os acionistas que pretendam participar e votar na AGO por meio do sistema eletrônico, deverão enviar solicitação à Companhia, juntamente com a prova de sua qualidade como acionista, documento de identidade e comprovante expedido pela instituição depositária contendo a respectiva participação acionária, pelo e-mail dri@grendene.com.br, até as 9 horas do dia 15 de abril de 2025, ou seja 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia. Os acionistas representados por procuradores deverão exibir as procurações até o mesmo momento e, pelo mesmo meio antes referido. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá, até às 18 horas do dia 16 de abril de 2025, impreterivelmente, seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. Caso não receba um e-mail com a confirmação do cadastro ou do upload dos documentos obrigatórios em até 24 horas após o envio – exceto nos cadastros realizados aos finais de semana, quando a confirmação será verificada no dia útil seguinte -, o acionista deverá entrar em contato com a Companhia por meio de endereço de e-mail dri@grendene.com.br até às 23 horas e 59 minutos do dia 16 de abril de 2025. Não poderão participar da AGO os acionistas que não se cadastrarem ou não enviarem os documentos obrigatórios para sua participação na AGO por meio do link de acesso até as 23 horas e 59 minutos do dia 16 de abril de 2025.

Informações detalhadas sobre a participação do acionista diretamente, por seu representante legal ou procurador devidamente constituído, bem como as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na Assembleia, inclusive orientações para envio do(s) Boletim(ns) de Voto e ainda, orientações sobre acesso à plataforma digital e regras de conduta a serem adotadas na Assembleia constam na Proposta da Administração e no Manual de Participação.

Em cumprimento à RCVM 81/22, informamos que o percentual mínimo de participação no capital social votante da Companhia, necessário ao pedido de instalação do Conselho Fiscal, é de 3% (três por cento) do capital social votante da Companhia.

A Proposta da Administração e o Manual de Participação, nos termos previstos na RCVM 81/22, e os documentos a ela relativos estão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nos websites da CVM – Comissão de Valores

Mobiliários (<https://www.cvm.gov.br>), da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (<https://www.b3.com.br>), e de Relações com Investidores da Grendene (<https://ri.grendene.com.br>), sendo certo que caso os acionistas tenham quaisquer dúvidas em relação aos procedimentos para participação na AGO digital estes devem entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia por meio do e-mail dri@grendene.com.br ou do telefone +55 54 2109-9011.

Sobral, Ceará, 14 de março de 2025.

Alexandre Grendene Bartelle
Presidente do Conselho de Administração

(restante da página deixada em branco intencionalmente)

3. Esclarecimentos e Orientações

Este documento contém informações detalhadas acerca das matérias a serem deliberadas na AGO através da Proposta da Administração, bem como os esclarecimentos necessários à participação dos acionistas na AGO da Grendene, a ser realizada no dia 17 de abril de 2025, de **modo exclusivamente digital**.

Esta iniciativa busca conciliar as práticas adotadas pela Companhia de comunicação oportuna e transparente com seus acionistas e as exigências da Lei das S.A., da RCV 81/22 e outras regulamentações aplicáveis.

Assim, com base ao artigo 124, §2-A, da Lei das S.A., RCV 81/22 e outras regulamentações aplicáveis, a Grendene realizará a AGO, de **modo exclusivamente digital**, em:

Data: 17 de abril de 2025

Horário: 9:00

Instalação: Nos termos do artigo 125 da Lei das S.A., informamos que, para instalação, em primeira convocação, será necessária a presença de pelo menos $\frac{1}{4}$ (um quarto) do capital social votante da Companhia, sendo certo que, em segunda convocação, mediante a publicação de novo edital, a AGO se instalar-se-á com qualquer número de acionistas presentes.

Em nome da Administração da Companhia, convidamos os Senhores Acionistas a participar e expressar suas opiniões na AGO. Sem prejuízo da participação na AGO por meio de Sistema Eletrônico, conforme adiante detalhado, a Companhia também incentiva fortemente os Senhores Acionistas a se valerem de mecanismos alternativos de votação, em especial por meio da utilização do(s) Boletim(ns) de voto a distância, sendo certo que as orientações para seu preenchimento e envio (vide item 4.2. abaixo) bem como os modelos de Boletins de voto a distância foram disponibilizados para consulta na sede e no site da Companhia (<https://ri.grendene.com.br>).

As informações detalhadas sobre cada uma das matérias a serem deliberadas na AGO estão detalhadas no item 5.1 e nos anexos deste documento.

Os valores demonstrados nesta Proposta da Administração estão em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(restante da página deixada em branco intencionalmente)

4. Participação na Assembleia Geral Ordinária

A participação dos acionistas se dará por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, com as instruções para participação dispostos no Edital de Convocação (item 2 acima) e nos itens abaixo, ou por meio de envio do(s) Boletim(ns) de voto à distância, nos termos da RCM 81/22.

4.1. Orientações para participação por meio do sistema eletrônico

Para fins de participação por meio de Sistema Eletrônico, a ser acessado no dia e horário da AGO, os acionistas interessados em participar da AGO deverão manifestar seu interesse mediante envio de e-mail **até as 9 horas do dia 15 de abril de 2025** para o endereço eletrônico dri@grendene.com.br, com os documentos abaixo dispostos, conforme aplicável:

Para pessoas físicas:

- I. Documento de identidade (dentro do prazo de validade, se aplicável) com foto do acionista ou, se for o caso, documento de identidade com foto de seu procurador e a respectiva procuração;
- II. Comprovante, expedido pela instituição financeira depositária Banco Bradesco S.A. ou Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC"), das ações ordinárias de emissão da Companhia, contendo a respectiva participação acionária.

Para pessoas jurídicas:

- I. Último estatuto social ou contrato social consolidado e registrado perante os órgãos governamentais competentes, acompanhado dos documentos societários aplicáveis devidamente registrado perante os órgãos governamentais competentes que comprovem a representação legal do acionista (i.e., ata de eleição dos diretores, se for o caso);
- II. Documento de identidade (dentro do prazo de validade, se aplicável) com foto do representante legal;
- III. Comprovante, expedido pela instituição financeira depositária Banco Bradesco S.A. ou CBLC, das ações ordinárias de emissão da Companhia, contendo a respectiva participação acionária.

Para fundos de investimento:

- I. Último regulamento consolidado do fundo, devidamente registrado perante os órgãos governamentais competentes;
- II. Estatuto Social ou contrato social consolidado devidamente registrado perante os órgãos governamentais competentes do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (i.e., ata de eleição dos diretores, se for o caso);
- III. Documento de identidade (dentro do prazo de validade, se aplicável) com foto do representante legal;
- IV. Comprovante, expedido pela instituição financeira depositária Banco Bradesco S.A. ou CBLC, das ações ordinárias de emissão da Companhia, contendo a respectiva participação acionária.

Nota: A Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa ou língua inglesa, desde que os documentos em língua inglesa venham acompanhados da respectiva tradução (não juramentada) para a língua portuguesa. Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, sendo certo que tais documentos (i) deverão estar obrigatoriamente dentro dos respectivos prazos de validade, e (ii) deverão constar foto, quais sejam: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

Verificada a regularidade, pelo Departamento de RI da Companhia, dos documentos enviados pelos acionistas nos termos acima, serão encaminhadas, até às 18h do dia 16 de abril de 2025, as informações e orientações para acesso ao Sistema Eletrônico, incluindo o login e senha individuais para acessar a plataforma, por meio do e-mail utilizado pelo acionista no momento do cadastro.

A Companhia destaca, ainda, que as informações e orientações para acesso ao Sistema Eletrônico, incluindo a senha de acesso, são únicas e intransferíveis, assumindo o acionista integral responsabilidade sobre a posse e sigilo das informações e orientações que lhe forem transmitidas pela Companhia.

Ainda, a Companhia solicita que, no dia da AGO, os acionistas habilitados acessem o Sistema Eletrônico com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência ao horário previsto para início dos trabalhos, com o objetivo de permitir a validação de acesso e participação de todos os acionistas que a utilizem. O acesso à AGO não será permitido depois do início dos trabalhos.

Ademais, a Companhia informa, ainda, que a AGO será integralmente gravada, nos termos do artigo 28, §1º, II, da RCV 81/22.

Por fim, a Companhia esclarece que não é, e não será responsável por quaisquer problemas operacionais ou de conexão do acionista, bem como por quaisquer outros problemas externos à Companhia que possam dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGO por meio do Sistema Eletrônico.

4.2. Orientações para participação mediante o envio de Boletim(ns) de Voto a Distância

A Companhia disponibilizará o sistema de votação a distância estabelecido pelo artigo 26 da RCV 81/22. Nesse sentido, nos termos do artigo 27 da RCV 81/22, os acionistas poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias da AGO:

- I. Por instruções de preenchimento transmitidas para os seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia depositadas em depositário central;
- II. Por instruções de preenchimento transmitidas para o depositário central, no caso dos acionistas titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia depositadas em depositário central;
- III. Por instruções de preenchimento transmitidas para a instituição financeira responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia, qual seja, o Banco Bradesco S.A. ("Escriturador"), no caso de acionistas titulares de ações de emissão da Companhia depositadas no Escriturador; ou
- IV. Por Boletim(ns) de Voto a distância enviado(s) diretamente à Companhia, no endereço: Av. Pedro Grendene, 131 – Bairro Volta Grande, CEP 95180-052, na Cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores.

O(s) Boletim(ns) de Voto, para que seja(m) considerado(s), deverá(ão) ser recebidos até 4 (quatro) dias antes da data da AGO, ou seja, até **14 de abril de 2025 às 23 horas e 59 minutos (inclusive)**. Eventuais Boletins de Voto a distância recebidos após esta data serão desconsiderados.

Caso haja divergência entre eventual Boletim(ns) de Voto recebido(s) diretamente pela Companhia e instrução de voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo Escriturador com relação a um mesmo número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF"), a instrução de voto contida no mapa de votação do Escriturador prevalecerá, nos termos do artigo 48, §2º, da RCV 81/22, devendo o(s) Boletim(ns) de Voto recebidos diretamente pela Companhia ser(em) desconsiderado(s).

Caso o acionista já tenha enviado o(s) Boletim(ns) de Voto, mas deseje votar na AGO por meio do Sistema Eletrônico, todas as instruções de voto recebidas por meio do(s) Boletim(ns) de Voto para aquele acionista serão desconsideradas, conforme artigo 28, §2º, II, da RCV 81/22.

Durante o prazo de votação, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada, desde que respeitado o prazo de envio pelo acionista, conforme acima detalhado.

Uma vez encerrado o prazo de votação por meio de Boletim(ns) de Voto, nos prazos acima mencionados, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas por meio de novo(s) Boletim(ns) de Voto. Caso o acionista julgue que a alteração seja necessária, esse deverá participar por meio de Sistema Eletrônico da AGO, observados os procedimentos para cadastro e portando os documentos exigidos conforme o item 4.1 acima, e solicitar o exercício do voto presencialmente, que implicará que as instruções de voto enviadas via Boletim(ns) de Voto sejam desconsideradas, nos termos do artigo 48, §5º, inciso I, da RCV 81/22.

4.2.1. Envio do(s) Boletim(ns) de Voto a Distância pelo acionista diretamente à Companhia

Observado o disposto no item 4.2 acima referente aos votos enviados por acionistas através de seus respectivos agentes custódia, depositário central e/ou Escriturador, conforme o caso, o acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá, alternativamente as opções de envio acima mencionadas, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos à Av. Pedro Grendene, 131 – Bairro Volta Grande, CEP 95180-052, na Cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores:

- (a) Via física do(s) Boletim(ns) de Voto devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
- (b) Cópia dos documentos descritos no item 4.1 acima, conforme o caso.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas dos documentos referidos em (a) e (b) acima para o endereço eletrônico dri@grendene.com.br, sendo que, neste caso, também será necessário o envio da via original do(s) Boletim(ns) de Voto e das cópias dos demais documentos requeridos para a Av. Pedro Grendene, 131 – Bairro Volta Grande, CEP 95180-052, na Cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores.

Uma vez recebidos os documentos referidos em (a) e (b) acima, a Companhia avisará ao acionista, conforme artigo 46 da RCVM 81/22 em até 3(três) dias do recebimento dos boletins de voto a distância, acerca de seu recebimento e se o(s) Boletim(ns) e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido ou da necessidade de retificação ou reenvio do boletim ou de outros documentos que o acompanham, nos termos da RCVM 81/22.

Os documentos referidos em (a) e (b) acima deverão ser recebidos em até 4 (quatro) dias antes da data da AGO, ou seja, até 14 de abril de 2025 às 23 horas e 59 minutos (inclusive). Eventuais boletins de voto recepcionados pela Companhia após essa data serão desconsiderados e não terão validade para fins de cômputo dos votos na AGO.

4.2.2. Instalação do Conselho Fiscal

Importante destacar que a instalação de Conselho Fiscal, que constará no Boletim de Voto referente à Assembleia Geral Ordinária, não compõe esta Proposta da Administração, tendo sido inserida no Boletim de Voto por exigência regulatória exclusivamente.

Em cumprimento à RCVM 81/22, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia, necessário ao pedido de instalação do Conselho Fiscal, é de 3% (três por cento) do capital social votante da Companhia.

4.3. Orientações para participação por meio de procurador

O acionista poderá ser representado, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das S.A., por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja (i) acionista, (ii) advogado, (iii) instituição financeira ou (iv) administrador da Companhia, por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou firmado mediante a utilização de certificados digitais emitidos por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ("ICP-Brasil"), desde que o respectivo instrumento de mandato tenha sido depositado na sede da Companhia ou enviado ao e-mail dri@grendene.com.br, juntamente com os demais documentos previstos no referido dispositivo legal, com no mínimo 2 (dois) dias úteis antes da data da realização da Assembleia, ou seja, até 15 de abril de 2025 às 9 horas.

Os acionistas que sejam pessoas jurídicas, em consonância com a decisão Colegiado da CVM em reunião realizada em 4 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ 2014/3578), poderão ser representados na AGO por meio de seu representante legal ou através de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), não havendo necessidade que o mandatário seja (i) acionista, (ii) advogado, (iii) instituição financeira ou (iv) administrador da Companhia, devendo tais acionistas serem representados na forma de seus documentos societários.

(restante da página deixada em branco intencionalmente)

5. Proposta da Administração

A Administração da Grendene submete à AGO a ser realizada em 17 de abril de 2025, de forma **exclusivamente digital**, as propostas a seguir descritas.

5.1. Matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária

1. Aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis e/ou financeiras da Companhia e o Relatório da Administração, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Resumido do Comitê de Auditoria referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social de 2024 e a ratificação das antecipações das distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio bem como do saldo de dividendos, de acordo com a proposta dos órgãos da administração da Companhia; e
3. Fixar a remuneração global anual dos administradores de acordo com o art. 14 do Estatuto Social da Companhia.

A seguir, encontram-se os esclarecimentos da Administração da Grendene acerca de cada um dos itens da proposta que devem ser deliberados na AGO:

Primeiro item: ***Aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis e/ou financeiras da Companhia e o Relatório da Administração, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Resumido do Comitê de Auditoria referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024***

A administração submete à deliberação dos acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia preparadas pela Administração da Grendene, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do Relatório Resumido do Comitê de Auditoria, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, e publicados no dia 13 de março de 2025 no jornal “O Povo”, edição impressa (versão resumida) e digital (versão completa), aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada no dia 27 de fevereiro de 2025.

Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras expressam a situação econômico-financeira da Companhia, bem como as mutações patrimoniais ocorridas no exercício social findo, permitindo aos acionistas avaliar a situação patrimonial e o nível de lucratividade da Grendene.

As Demonstrações Financeiras são elaboradas de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei das S.A.). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Essas Demonstrações compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado. As Demonstrações Financeiras são complementadas por notas explicativas que têm por fim auxiliar os acionistas na análise e entendimento dessas Demonstrações.

Relatório da Administração

Acompanha as Demonstrações Financeiras o Relatório da Administração, documento que apresenta informações de caráter financeiro, como, por exemplo, as principais contas da Demonstração do Resultado do exercício social encerrado e também informações de caráter não financeiro, estatísticas e operacionais, tais como informações relacionadas aos funcionários da Companhia, à sua responsabilidade social, à sua governança corporativa e ao mercado de capitais de uma forma bastante abrangente.

Relatório Resumido e Parecer do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria da Grendene é um órgão interno, de caráter permanente e não estatutário, de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, submetido à legislação e à regulamentação aplicáveis. Dentre

suas atribuições, assessora o Conselho de Administração - CA, na avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, acompanha o cumprimento das exigências legais e regulamentares, verifica a independência e efetividade dos trabalhos desenvolvidos pelos auditores internos e externos, bem como a efetividade dos sistemas internos do risco operacional e, no âmbito de suas atribuições e responsabilidades, sempre que julgar necessário recomenda correção e aprimoramento de práticas e procedimentos.

O Comitê analisou as Demonstrações Financeiras da data-base de 2024, assim como os trabalhos e revisão do planejamento da Auditoria Interna, Compliance, Gestão de Riscos e Controles Internos da Grendene. Todos os assuntos discutidos nas reuniões do Comitê foram apresentados e submetidos a avaliação do Conselho de Administração da Grendene, em suas respectivas reuniões ordinárias trimestrais.

Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance

O Comitê de Auditoria verificou que a Administração da Grendene vem desenvolvendo normas, políticas e processos, com o apoio da área de Governança, Riscos e Compliance (GRC). Tais ações visam reforçar a qualidade dos controles internos, o sistema de governança, a cultura de gestão de riscos e de integridade (*Compliance*) da Companhia. Durante o ano, o Comitê realizou reuniões trimestrais: estimulando e acompanhando os treinamentos e comunicações de integridade e ética realizados; analisando os dados do Canal de Ética e ações tomadas pela Companhia; avaliando, e encaminhando para aprovação do Conselho de Administração, a Política de Doações e Patrocínios; acompanhando as ações de Gestão de Riscos e Controles Internos conduzidas pela área de GRC, junto às diversas áreas de negócio da Grendene.

Auditores Externos

O Comitê de Auditoria mantém com os Auditores Externos comunicação regular para discussão dos resultados de seus trabalhos, de maneira que subsidie a sua opinião.

O Comitê avalia como satisfatórias as informações fornecidas pelos Auditores Externos, não sendo identificadas situações que pudessem afetar a independência desses prestadores.

Auditoria Interna

No ano de 2024, o Comitê acompanhou, trimestralmente, as atividades realizadas pela Auditoria Interna, conforme plano anual aprovado no final de 2023. Dessa forma, verificou que a execução ocorreu conforme planejado, além de acompanhar a evolução dos planos de ação dos pontos de auditoria identificados.

Demonstrações Financeiras

O Comitê de Auditoria apreciou as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas preparadas pela Administração e revisadas pela Auditoria Externa relativas ao exercício de 2024, observando que todas as informações relevantes estão registradas e de acordo com a regulamentação aplicável.

Conclusão

O Comitê de Auditoria da Grendene S.A., ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, as decisões e responsabilidades dos demais órgãos da Governança, da Auditoria Externa e dos Administradores, considera que as Demonstrações Financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Grendene S.A. em 31 de dezembro de 2024.

Parecer dos Auditores Independentes

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda examinou as Demonstrações Financeiras e emitiu parecer concluindo que elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Grendene e das suas controladas em 31 de dezembro de 2024.

Documentos Apresentados pela Administração da Companhia

Encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, em sua página de Relações com Investidores (<https://ri.grendene.com.br>) e nos sites da B3 (<https://www.b3.com.br>) e da CVM (<https://www.cvm.gov.br>), os seguintes documentos relativos a esse item da ordem do dia:

- I. Relatório da Administração;
- II. Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2024;
- III. Comentários dos diretores sobre a situação financeira da Grendene requeridos pelo item 2 do Formulário de Referência, conforme Resolução CVM n.º 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“RCVM 80/22”), que também constam do **Anexo I** ao presente documento;
- IV. Relatório Resumido e Parecer do Comitê de Auditoria;
- V. Parecer dos Auditores Independentes; e
- VI. Formulário DFP (Demonstrações Financeiras Padronizadas).

Segundo item: ***Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social de 2024 e a ratificação das antecipações das distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio bem como do saldo de dividendos, de acordo com a proposta dos órgãos da administração da Companhia – Anexo II ao presente documento.***

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2025, de acordo com o Estatuto Social e a Política de Dividendos da Companhia, propôs destinar o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, apurado em conformidade com o art. 32 do Estatuto Social da Companhia e da Lei das S.A., no montante de R\$735.235.785,91 (setecentos e trinta e cinco milhões, duzentos e trinta e cinco mil, setecentos e oitenta e cinco reais e noventa e um centavos), da seguinte forma:

- a) R\$257.188.892,14 (duzentos e cinquenta e sete milhões, cento e oitenta e oito mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatorze centavos) para a constituição da reserva de incentivos fiscais, nos termos do art. 195-A da Lei das S.A.;
- b) R\$23.902.344,72 (vinte três milhões, novecentos e dois mil, trezentos e quarenta e quatro reais e setenta e dois centavos) para a constituição da reserva legal, nos termos do art. 193, da Lei das S.A.;
- c) R\$113.536.137,26 (cento e treze milhões, quinhentos e trinta e seis mil, cento e trinta e sete reais e vinte seis centavos) distribuídos como dividendo mínimo obrigatório, nos termos do art. 32 do Estatuto Social da Companhia e da Lei das S.A.;
- d) R\$340.608.411,79 (trezentos e quarenta milhões, seiscentos e oito mil, quatrocentos e onze reais e setenta e nove centavos), distribuídos como dividendo adicional ao dividendo mínimo obrigatório, na forma do art. 202, §6º, da Lei das S.A.;
- e) Adicionalmente, “ad referendum” da AGO, a distribuição de dividendos prescritos, no valor de R\$16.492,20 (dezesesseis mil, quatrocentos e noventa e dois reais e vinte centavos), conforme art. 287, Inciso II, alínea “a”, da Lei das S.A.

As informações sobre a proposta de destinação do lucro líquido da Companhia, nos termos do artigo 10º, parágrafo único, Inciso II – Anexo A, da Resolução CVM n.º 81/22, constam no **Anexo II** deste documento.

Terceiro item: ***Fixar a remuneração global anual dos administradores de acordo com o art. 14, do Estatuto Social da Companhia – Anexo III ao presente documento.***

Para o período compreendido de janeiro até dezembro de 2025, propõe-se que a Assembleia Geral aprove a fixação do montante global anual em até R\$11.000.000,00 (onze milhões de reais) para remuneração dos administradores, sendo até R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais) para o Conselho de Administração e até R\$8.700.000,00 (oito milhões e setecentos mil reais) para a Diretoria. O Conselho de Administração deverá distribuir tal verba entre os membros dos referidos órgãos, de acordo com a política de remuneração da Companhia.

A proposta de Remuneração dos Administradores, na forma especificada do Item 8 do Formulário de Referência, consta no **Anexo III** deste documento.

6. Documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da Grendene

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (<https://ri.grendene.com.br>), bem como nos sites da B3 (<https://www.b3.com.br>), e da CVM (<https://www.cvm.gov.br>), os seguintes documentos:

- Boletim de Voto a distância para a Assembleia Geral Ordinária requerido no Anexo M da RCVM 81/22.
- Edital de Convocação para a AGO.
- Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024 (Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes e Relatório Resumido e Parecer do Comitê de Auditoria).
- Formulário DFP (Demonstrações Financeiras Padronizadas).
- Ata da reunião do Conselho de Administração de 27/02/2025 com a Proposta de Destinação de Lucro do exercício findo em 31/12/2024.
- Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Grendene – Item 2 do Formulário de Referência, conforme RCVM 80/22 – **Anexo I.**
- Informações relativas à proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2024 requeridas no Anexo A da RCVM 81/22 – **Anexo II.**
- Proposta de remuneração dos administradores; e as informações indicadas no item 8 do formulário de referência, conforme RCVM 80/22 – **Anexo III.**

Frisamos que para solucionar qualquer dúvida deve ser contatada a Diretoria de Relações com Investidores, pelos telefones +55 54 2109-9000 ou +55 54 2109-9011 ou por e-mail: dri@grendene.com.br.

Anexo I

À Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 17 de abril de 2025

RCVM 81/22, art. 10º, Inciso III - Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência.

2. Comentários dos Diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Na visão da administração, a Companhia se encontra em uma posição econômica e financeira sólida. Os saldos mantidos em caixa, equivalentes de caixa e/ou aplicações financeiras proporcionam segurança, garantindo a Companhia plena capacidade de honrar todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo.

No aspecto econômico, a Companhia tem demonstrado consistência na geração de lucros, mesmo em cenários desafiadores, remunerando o capital investido de forma adequada e distribuindo dividendos superiores aos mínimos exigidos desde sua listagem no Novo Mercado, em 2004.

As informações que evidenciam as condições financeiras e patrimoniais gerais da Grendene, referentes aos exercícios sociais de 2023 e 2024, estão apresentadas nos quadros a seguir e complementadas pelos itens 2.1.b, 2.1.c, 2.1.d, 2.1.e, 2.1.f, 2.1.g, 2.1.h e 2.2 desta proposta.

Ano (Em milhares de reais)	Patr. líquido ¹ inicial	Lucro líquido controladora	Dividendos	Reinvestimento	Retorno s/ Patr. líquido	Patr. líquido ¹ final
2023	3.266.401	557.671	282.987	274.684	17,1%	3.527.877
2024	3.527.877	735.236	454.161	281.075	20,8%	3.826.887

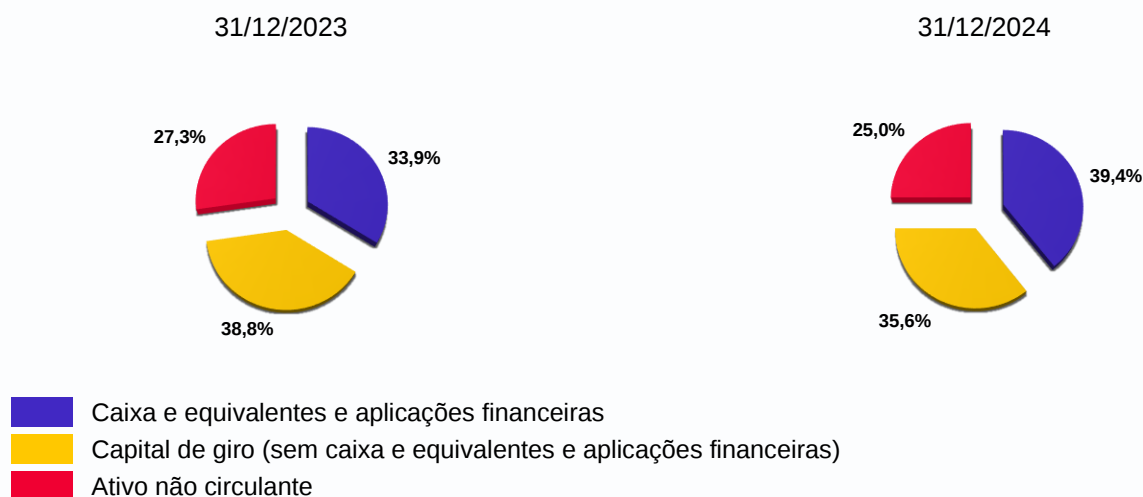
1) Patrimônio líquido ajustado com a exclusão do saldo de dividendos a pagar.

Liquidez	2023	2024
Liquidez geral	7,6	8,1
Liquidez corrente	7,0	7,5
Liquidez seca	6,1	6,3

Rentabilidade	2023	2024
Margem bruta	44,5%	47,2%
Margem Ebit	11,3%	21,2%
Margem Ebit recorrente	15,7%	19,3%
Margem líquida	22,9%	28,0%
Margem líquida recorrente	27,2%	30,3%

Em milhares de reais	2023	2024
Empréstimos e financiamentos (CP e LP)	92.430	68.939
Caixa e equivalentes e aplicações financeiras (CP e LP)	1.252.296	1.603.197

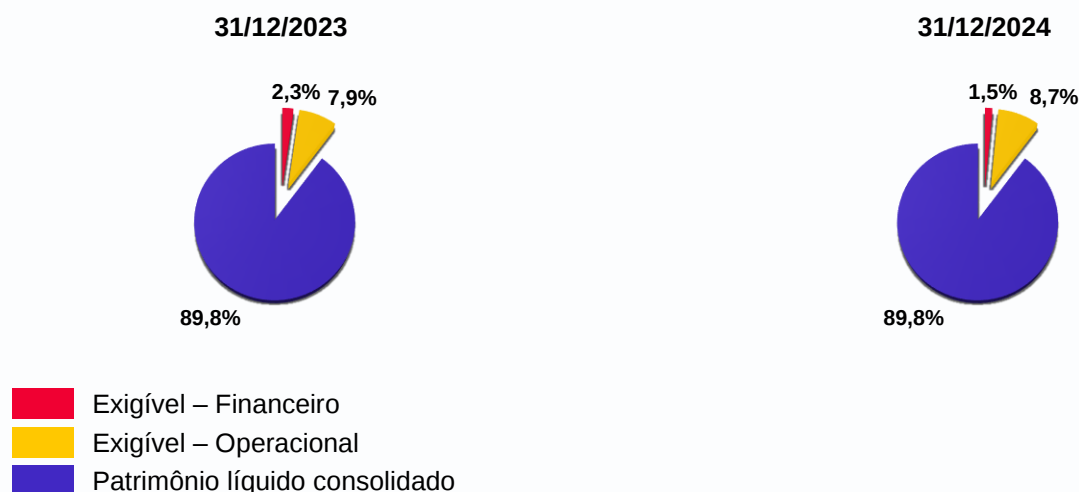
Ativos



b. Estrutura de capital:

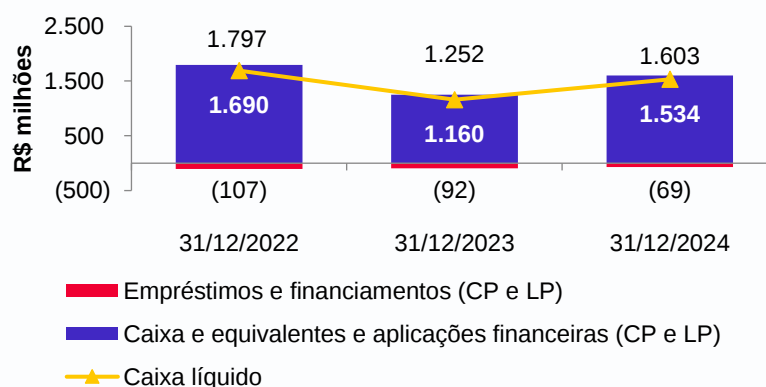
A Companhia possui uma estrutura de capital que não depende de capitais de terceiros para condução dos negócios. A Grendene realiza seus investimentos tanto fixos, quanto em capital de giro com recursos próprios.

Exigível: Passivo circulante + passivo não circulante



c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

A Grendene mantém confortável e sólida situação financeira tendo plenas condições de honrar com todos os seus compromissos.



Em milhares de reais	2023	2024
Ativo Circulante	2.701.852	3.042.039
Ativo Não circulante	1.373.509	1.458.020
Passivo Circulante	384.800	428.642
Passivo Não Circulante	31.118	30.471
Patrimônio Líquido Consolidado	3.659.443	4.040.946

Como evidenciado no balanço patrimonial da Companhia e ilustrado no quadro acima, o montante de caixa da Companhia (incluindo Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras) supera o total das obrigações de curto e longo prazo, o que torna altamente improvável que eventuais adversidades econômico-financeiras externas comprometam sua capacidade de honrar seus compromissos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

A Grendene possui uma posição sólida de caixa líquido, composta por saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, descontados os empréstimos de curto e longo prazo. A empresa demonstra uma robusta e constante geração de caixa operacional, o que lhe confere a capacidade de financiar suas operações e investimentos atuais com recursos próprios. No entanto, a Companhia poderá optar por recorrer a fontes externas de financiamento sempre que os custos associados a esses recursos forem suficientemente baixos, na avaliação de sua administração, de modo a gerar valor para seus acionistas.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

A Grendene não enfrenta deficiências de liquidez, nunca registrou essa situação no passado e não há previsão de que isso ocorra no futuro. O capital de giro e os investimentos da Companhia são integralmente financiados com recursos próprios.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os empréstimos e financiamentos são apresentados pelos valores contratados, acrescidos dos encargos acordados, incluindo juros e atualização monetária ou cambial. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2024, o endividamento bancário apresentava a seguinte composição:

Consolidado	Indexadores	Taxas de juros (a.a)	2023	2024
Moeda Nacional - Financiamentos incentivados	TJLP	7,43% e 6,55%	11.792	14.428
Moeda Estrangeira - ACE	Dólar +	5,54% e 6,51%	80.638	54.511
Total dos empréstimos e financiamentos			92.430	68.939
Passivo circulante			82.413	56.629
Passivo não circulante			10.017	12.310

Apresentamos a seguir a abertura das parcelas de empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2024:

Vencimentos	2026	2027	2028	2029	Total
Proapi	1.360	704	1.496	1.347	4.907
Provin	983	-	-	-	983
Proade	780	2.011	1.774	1.855	6.420
Total	3.123	2.715	3.270	3.202	12.310

Financiamento – Capital de giro – ACE

A Companhia tomou empréstimos para suas operações de exportação na modalidade ACE (Adiantamentos de Cambiais Entregues). Estas operações consistem em adiantar o valor correspondente em reais de exportações embarcadas.

Financiamentos – Proapi, Provin e Proade

A Companhia goza de incentivos fiscais relativamente às suas atividades localizadas no Estado do Ceará, por meio da obtenção de financiamento concedido através do FDI – Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará, por intermédio do agente financeiro estabelecido por este fundo. Os referidos financiamentos são baseados no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (“ICMS”) devido (Proade e Provin) e pelos produtos exportados (Proapi – este benefício já foi extinto, mas ainda existem saldos a receber e financiamentos a pagar), apurados mensalmente. Os financiamentos devem ser liquidados no prazo de 36 (trinta e seis) e 60 (sessenta) meses após a sua liberação.

É entendimento da Administração da Companhia que o registro do benefício de redução dos valores devidos se dê no momento da obtenção dos financiamentos, por assim refletir com maior adequação o regime de competência do exercício,

uma vez que o custo do ICMS e das exportações, referentes às operações incentivadas também estão sendo registrados concomitantemente aos benefícios.

Em 31 de dezembro de 2024, estão registrados no passivo circulante e não circulante, as parcelas não incentivadas desses financiamentos no valor de R\$14,4 milhões (R\$11,8 milhões em 2023).

No âmbito do Programa Proapi, os financiamentos eram concedidos com base em 11% (onze por cento) do valor FOB exportado com prazo de 60 (sessenta) meses para pagar, sobre os quais incidem juros de Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). No vencimento do financiamento a Companhia pagava 10% (dez por cento) do valor do saldo devedor do financiamento, sendo os restantes 90% (noventa por cento) abonados, representando um incentivo líquido de 9,9% (nove virgula nove por cento) do valor FOB exportado vigente até março de 2017.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não apresenta obrigações de longo prazo com instituições financeiras que não obrigações relacionadas às operações acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não existem restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, distribuição de dividendos, alienação de ativos, emissão de novos valores mobiliários e alienação de controle societário.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

Não existem financiamentos contratados e não utilizados.

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa:

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2024 da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76), bem como, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Não existem alterações significativas nas demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, na opinião da Administração, nos exercícios sociais de 2023 e 2024.

Descrição das principais contas do Balanço patrimonial consolidado

Considerações sobre as principais contas do Ativo

Caixa e equivalentes e aplicações financeiras

O caixa e equivalentes e aplicações financeiras de curto e longo prazo, totalizaram em 31 de dezembro de 2023 - R\$1.252,3 milhões e em 31 de dezembro de 2024 - R\$1.603,2 milhões. As disponibilidades são representadas por depósitos bancários sem a incidência de juros. As aplicações financeiras classificadas como valores equivalentes de caixa estão representadas por investimentos de curto prazo, com vencimento de 3 (três) meses ou menos, a contar da data de aquisição.

As aplicações financeiras compreendem os Certificados de depósitos bancários, Cessão de direito de crédito, Debêntures compromissadas, Letras financeiras, Fundos de Investimento, Notas do tesouro nacional, Depósito a prazo com garantia especial, Ações, Debêntures simples, Cédula de crédito bancário, Sociedades em conta de participação e são classificadas em "Ativos financeiros ao custo amortizado" e "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado", conforme a estratégia de investimentos da Companhia.

Demonstramos a seguir a geração de caixa da Companhia em:

Em milhares de reais	31/12/2023	31/12/2024
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (a)	736.725	702.738
Caixa líquido gerado / consumido pelas atividades de investimento (b)	473.240	(301.943)
Caixa líquido consumido / gerado nas aplicações financeiras	647.667	(181.163)
Caixa líquido consumido por investimentos e ativos fixos	(174.427)	(120.780)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento (c)	(1.263.639)	(398.421)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes (a + b + c)	(53.674)	2.374

O caixa e equivalentes e aplicações financeiras (Curto e longo prazo) representavam 35,6% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2024 (30,7% em 2023).

Contas a receber de clientes e Estoques

As rubricas, Contas a receber de clientes e Estoques totalizaram R\$1.490,5 milhões em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2024 R\$1.712,8 milhões.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2024, os prazos médios de recebimento praticados para o mercado interno são de 118 e 116 dias, respectivamente, e para o mercado externo 79 e 82 dias, respectivamente.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido consolidado totalizou R\$3.659,4 milhões em 31 de dezembro de 2023 e R\$4.040,9 milhões em 31 de dezembro de 2024. Abaixo apresentamos a evolução do Patrimônio líquido consolidado da Companhia.

	Em milhares de reais
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.364.132
Resultado líquido do exercício	557.671
Diferenças cambiais sobre controladas e joint venture no exterior	(9.285)
Realização do ajuste de reclassificação – ganho na baixa do investimento	(7.557)
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de compra	2.027
Despesas com plano de opções de compra ou subscrição de ações	1.602
Dividendos distribuídos	(4.231)
Juros sobre o capital próprio distribuídos	(93.500)
Dividendo adicional proposto – destinação de incentivo fiscal (ICMS)	(1.000.000)
Dividendos intermediários	(117.167)
Dividendo adicional proposto	1
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos	(34.250)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.659.443
Resultado líquido do exercício	735.236
Diferenças cambiais sobre controladas e joint venture no exterior	16.540
Realização do ajuste de reclassificação – ganho na baixa do investimento	(318)
Aquisição de ações em tesouraria	(3.036)
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de compra	1.977
Despesas com plano de opções de compra ou subscrição de ações	2.755
Dividendos distribuídos	(50.816)
Juros sobre o capital próprio distribuídos	(80.750)
Dividendos intermediários	(168.589)
Dividendos prescritos	4
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos	(71.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.040.946

Capital de Giro

O capital de giro está demonstrado a seguir:

Em milhares de reais	31/12/2023	31/12/2024
Capital de giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante)	2.317.052	2.613.397
Capital de giro / Ativo total	56,9%	58,1%
Capital de giro / Receita líquida de vendas	95,2%	99,4%

Descrição das principais contas da Demonstração do resultado consolidado

Vide item 2.2, letra “a”, deste Formulário.

2.2 – Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receita bruta de vendas

A Grendene alcançou, em 2024, uma receita bruta total de R\$3,2 bilhões, impulsionada pela venda de 139,4 milhões de pares, o que representou um crescimento de 7,5%. No entanto, houve uma leve retração de 0,2% no volume de pares vendidos em comparação a 2023.

No mercado interno, a Companhia registrou um aumento de 8,1% na receita bruta, alcançando R\$2,7 bilhões, além de um crescimento de 1,0% no volume de pares vendidos em relação a 2023, totalizando 114,1 milhões de pares. Esses resultados refletem a força de nossas marcas e a fidelidade dos consumidores, mesmo diante de um cenário econômico desafiador.

No mercado externo, as exportações de calçados enfrentaram desafios significativos, como o aumento das taxas de juros em diversas economias, problemas logísticos internacionais e conflitos regionais. Apesar dessas dificuldades, as exportações geraram uma receita bruta de R\$581,9 milhões, com um crescimento de 4,8% em relação a 2023. No entanto, o volume de pares exportados caiu 5,0%, somando 25,3 milhões de pares, evidenciando a necessidade de estratégias ágeis frente à volatilidade econômica global.

Em milhares de reais	2023	2024	Var. 2024/2023
Receita bruta de vendas	3.010.376	3.236.823	7,5%
Mercado interno	2.454.904	2.654.898	8,1%
Exportação	555.472	581.925	4,8%
Exportação em US\$	111.206	107.974	(2,9%)

Em milhares de pares	2023	2024	Var. 2024/2023
Volumes	139.659	139.448	(0,2%)
Mercado interno	113.035	114.148	1,0%
Exportação	26.624	25.300	(5,0%)

Em reais	2023	2024	Var. 2024/2023
Receita bruta por par	21,56	23,21	7,7%
Mercado interno	21,72	23,26	7,1%
Exportação	20,86	23,00	10,3%
Exportação em US\$	4,18	4,27	2,2%

Receita líquida de vendas

Em milhares de reais	2023	2024	Var. 2024/2023
Receita bruta de vendas	3.010.376	3.236.823	7,5%
Mercado interno	2.454.904	2.654.898	8,1%
Exportação	555.472	581.925	4,8%
Deduções das vendas	(576.769)	(608.243)	5,5%
Devoluções de vendas e impostos sobre a vendas	(445.975)	(470.671)	5,5%
Descontos concedidos a clientes	(130.794)	(137.572)	5,2%
Receita líquida de vendas	2.433.607	2.628.580	8,0%

Custo dos produtos vendidos (CPV)

Em 2024, o Custo dos Produtos Vendidos (CPV) teve um leve aumento de 2,8%, totalizando R\$1,4 bilhão. Esse incremento foi causado, principalmente pelo aumento dos custos com mão de obra e outros gastos gerais de fabricação.

Em milhares de reais	2023	2024	Var. 2024/2023
Custo dos produtos vendidos	1.349.924	1.387.506	2,8%

Em reais por par	2023	2024	Var. 2024/2023
Custo dos produtos vendidos/par	9,67	9,95	2,9%

Lucro bruto

O lucro bruto registrou um crescimento de 14,5% em comparação ao ano anterior, e a margem bruta, apresentou um avanço significativo de 2,7 pontos percentuais, passando de 44,5% em 2023 para 47,2% em 2024. Esse crescimento foi impulsionado tanto pelo incremento da receita líquida e volume, quanto pela maior eficiência na gestão dos custos dos produtos vendidos que aumentaram em menor proporção.

Em milhares de reais	2023	2024	Var. 2024/2023
Lucro bruto	1.083.683	1.241.074	14,5%
Margem bruta	44,5%	47,2%	2,7 pp

Despesas operacionais (DVG&A)

Despesas com vendas (DV)

As despesas comerciais da Companhia são predominantemente variáveis na forma de fretes, licenciamentos, comissões, publicidade e marketing. Em 2024, essas despesas representaram 23,5 da receita líquida, uma redução de 1,2 pp em relação a 2023.

Em milhares de reais	2023	2024	Var. 2024/2023
Despesas com vendas	(600.218)	(618.441)	3,0%
% da receita líquida de vendas	24,7%	23,5%	(1,2 pp)

Despesas gerais e administrativas (DG&A)

Em 2024, as despesas gerais e administrativas apresentaram um aumento de 4,5% em comparação a 2023, mas mantiveram-se em torno de 4,0% da receita líquida de vendas. A Companhia continua comprometida com a otimização de custos e a melhoria da eficiência operacional, visando assegurar a sustentabilidade de seu crescimento.

Em milhares de reais	2023	2024	Var. 2024/2023
Desp. Gerais & administrativas	106.510	111.264	4,5%
% da receita líquida de vendas	4,4%	4,2%	(0,2 pp)

Resultado financeiro líquido

Em 2024, o resultado financeiro recorrente foi positivo em R\$255,3 milhões, 14,5% maior que o obtido em 2023, impulsionado, sobretudo, pelos rendimentos oriundos da equivalência patrimonial dos investimentos em SCP's.

Em milhares de reais	2023	2024	Var. 2024/2023
Rendimentos de aplicações financeiras	137.154	128.837	(6,1%)
Rendimentos de aplicações financeiras	137.154	128.837	(6,1%)
Result. de instrumentos financeiros de renda variável	(6.050)	-	(100,0%)
Resultado de instrumentos financeiros de renda variável	(6.050)	-	(100,0%)
Resultado financeiro câmbio	13.864	(30.235)	(318,1%)
Resultado operações de derivativos cambiais – BM&F	14.962	(47.585)	(418,0%)
Receitas operações de derivativos cambiais – BM&F	24.611	20.732	(15,8%)
Despesas operações de derivativos cambiais – BM&F	(9.649)	(68.317)	608,0%
Resultado variação cambial	(1.098)	17.350	(1.680,1%)
Receitas com variação cambial	50.913	68.654	34,8%
Despesas com variação cambial	(52.011)	(51.304)	(1,4%)
Resultado de outros ativos financeiros – SCPs	18.204	52.233	186,9%
Resultado de outros ativos financeiros – SCPs	18.204	52.233	186,9%
Resultado Certificado de Operações Estruturadas – COE	29.531	(3.105)	(110,5%)
Resultado Certificado de Operações Estruturadas – COE	29.531	(3.105)	(110,5%)
Outras operações financeiras	8.152	(9.096)	(211,6%)
Juros ativos	35.684	16.939	(52,5%)
Juros recebidos de clientes	2.972	2.969	(0,1%)
Despesas bancárias	(7.407)	(6.749)	(8,9%)
Despesas de financiamentos	(9.106)	(9.967)	9,5%
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(8.320)	(7.360)	(11,5%)
Outras receitas / despesas financeiras	(5.671)	(4.928)	(13,1%)
Receita de ajuste a valor presente	116.186	116.621	0,4%
Ajustes a valor presente	116.186	116.621	0,4%
Resultado financeiro líquido contábil	317.041	255.255	(19,5%)
(+) Equivalência Patrimonial – SCP's	1.812	109.913	5.965,8%
Resultado financeiro líquido recorrente	318.853	365.168	14,5%

Lucro líquido do exercício

Em 2024, o lucro líquido recorrente registrou um crescimento de 20,5% em comparação ao mesmo período de 2023. A margem líquida recorrente também apresentou melhora, subindo de 27,2% em 2023 para 30,3% em 2024, o que representa um aumento de 3,1 pontos percentuais.

Em milhares de reais	2023	2024	Var. 2024/2023
Lucro líquido do exercício	557.671	735.236	31,8%
Efeito não recorrente	103.499	61.222	(40,8%)
Lucro líquido do exercício recorrente	661.170	796.458	20,5%
Margem líquida	22,9%	28,0%	5,1 pp
Margem líquida recorrente	27,2%	30,3%	3,1 pp

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2023 tivemos itens não recorrentes referente a: créditos processuais R\$8,2 milhões, variação cambial baixa investimento – controladas exterior R\$7,5 milhões, despesas com assessoria jurídica R\$2,5 milhões, descontinuidade investimentos no exterior R\$18,4 milhões, reciclagem dos estoques – controladas exterior R\$1,0 milhão, gestão de franquias R\$13,2 milhões, indenização a representantes R\$1,3 milhão, processos judiciais R\$5,6 milhões, perdas estimadas com devedores duvidosos R\$17,2 milhões e resultado equivalência patrimonial R\$63,0 milhões.

Em 2024 tivemos itens não recorrentes referente a: créditos processuais R\$5,6 milhões; baixa investimento controlada de R\$0,3 milhão; reversão perdas estimadas devedores duvidosos R\$14,3 milhões; resultado equivalência patrimonial R\$46,5 milhões; assessoria jurídica de R\$3,2 milhões; descontinuidade investimentos – controladas exterior R\$0,7 milhão; doação calamidade pública-RS R\$1,2 milhão; gestão de franquias R\$7,7 milhões e processos judiciais R\$4,7 milhões.

Apresentamos a seguir a conciliação do EBIT, Ebitda:

Conciliação do EBIT / EBITDA - Em milhares de reais	2023	2024	Var. 2024/2023
Lucro líquido do exercício	557.671	735.236	31,8%
Tributos sobre o lucro	34.298	77.583	126,2%
Resultado financeiro líquido	(317.041)	(255.255)	(19,5%)
EBIT	274.928	557.564	102,8%
Depreciação e amortização	95.796	84.371	(11,9%)
EBITDA	370.724	641.935	73,2%
Efeito não recorrente	106.511	(49.213)	(146,2%)
EBIT recorrente	370.724	641.935	73,2%
EBITDA recorrente	477.235	592.722	24,2%
Margem EBIT	11,3%	21,2%	9,9 pp
Margem EBIT recorrente	15,7%	24,4%	9,2 pp
Margem EBITDA	15,2%	24,4%	9,2 pp
Margem EBITDA recorrente	19,6%	22,5%	2,9 pp

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação:

Nossas receitas operacionais são impactadas por modificações nos volumes de pares vendidos, na receita bruta por par e pela taxa de câmbio na exportação. O impacto dos itens mencionados pode ser observado nas tabelas abaixo:

Receita bruta (Em milhares de reais)	2023	2024	Var. 2024/2023	
			R\$	%
Mercado interno R\$	2.454.904	2.654.898	199.994	8,1%
Exportação R\$	555.472	581.925	26.453	4,8%
Exportação US\$	111.206	107.974	(3.232)	(2,9%)
Total	3.010.376	3.236.823	226.447	7,5%

Volume de vendas (Em milhares de pares)	2023	2024	Var. 2024/2023	
			Pares	%
Mercado interno	113.035	114.148	1.113	1,0%
Exportação	26.624	25.300	(1.324)	(5,0%)
Total	139.659	139.448	(211)	(0,2%)

Receita bruta por par (em R\$)	2023	2024	Var. 2024/2023	
			R\$	%
Mercado interno R\$	21,72	23,26	1,54	7,1%
Exportação R\$	20,86	23,00	2,14	10,3%
Exportação US\$	4,18	4,27	0,09	2,2%
Total	21,56	23,21	1,65	7,7%

Variação em reais da receita bruta de vendas de calçados no mercado interno e na exportação, em função dos volumes e da receita bruta por par	
2023 – 2024	R\$ milhares
Var. volume MI x rec. bruta par do ano anterior – (1.113 x 21,72)	24.172
Var. volume ME x rec. bruta par do ano anterior – (-1.324 x 20,86)	(27.623)
Var. receita – em função dos volumes	(3.451)
Var. rec. bruta par – MI x Volume MI ano atual – (1,54 x 114.148)	175.822
Var. rec. bruta par – ME x Volume ME ano atual – (2,14 x 25.300)	54.076
Var. receita – em função da rec. bruta par	229.898
Total	226.447

Variação em dólares da receita bruta de vendas de calçados na exportação, em função dos volumes e receita bruta por par	
2023 – 2024	US\$ milhares
Var. volume ME x rec. bruta par do ano anterior – (-1.324 x 4,18)	(5.530)
Var. receita – em função dos volumes	(5.530)
Var. rec. bruta par – ME x Volume ME ano atual – (0,09 x 25.300)	2.298
Var. receita – em função da rec. bruta par	2.298
Total	(3.232)

O modelo de negócios adotado pela Grendene contempla a atuação em mercados afetados pela moda onde a Companhia, como diferencial competitivo, apresenta regularmente uma grande quantidade de modelos novos a cada período. Cada modelo ofertado pela Companhia faz parte de uma coleção cuja vida média é em torno de 90 a 180 dias. Os produtos são essencialmente fabricados sob pedido de clientes.

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:

A cada trimestre a Grendene apresenta novas coleções, propondo ao mercado uma nova base de preços (para cada nova coleção). Neste modelo de negócios, quaisquer alterações de custos são repassadas para os preços finais sempre que a demanda por estes produtos e o poder de compra dos consumidores permitirem. Assim sendo, a inflação afeta nosso resultado indiretamente, afetando a renda que o consumidor tem disponível para o consumo de nossos produtos. Nossos principais insumos são *commodities* cotadas em dólar no mercado internacional.

A taxa de câmbio influencia os nossos custos na medida em que afeta os preços em reais destas *commodities* quando seu preço é traduzido para o real. Entretanto esta não é uma relação linear, uma vez que o preço das *commodities* em dólar flutua de acordo com a oferta e demanda no mercado internacional (quando o real se valoriza o preço das *commodities* em reais fica mais barato, entretanto nestes casos geralmente também acontece variação no preço das *commodities* em dólar compensando uma parte deste efeito). Por outro lado, a taxa de câmbio afeta positivamente as nossas receitas de exportações, geralmente contribuindo positivamente para as margens uma vez que os nossos custos na sua grande maioria são em reais.

As taxas de juros não afetam diretamente o resultado operacional da Companhia, somente o resultado financeiro. A Companhia mantém um saldo expressivo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (CP e LP) que em 31 de dezembro de 2024 era de R\$1.603,2 milhões (R\$1.252,3 milhões em 2023). Estes recursos basicamente estão aplicados no mercado financeiro rendendo juros a taxas próximas da Selic. Quaisquer variações nas taxas de juros praticados no mercado afetarão a remuneração destes recursos.

Indiretamente a elevação dos juros pode afetar o poder de compra de nossos consumidores.

O quadro a seguir apresenta as variações para os itens nele demonstrados:

	2023	2024	Var. 2024/2023
Receita bruta por par – MI – R\$	21,72	23,26	7,1%
Receita bruta por par – ME – R\$	20,86	23,00	10,3%
Receita bruta por par – ME – US\$	4,18	4,27	2,2%
Receita bruta total par – R\$	21,56	23,21	7,7%
CPV por par – R\$	9,67	9,95	2,9%
Taxa R\$ / US\$ (Final)	4,8413	6,1923	27,9%
Taxa R\$ / US\$ (médio)	4,9950	5,3895	7,9%
IGP-M	-3,18%	6,54%	
IPCA amplo	4,62%	4,83%	

2.3 – Os diretores devem comentar

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76), bem como, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Normas e interpretações de normas ainda não vigentes

Na data de emissão destas demonstrações financeiras, o Grupo não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

Normas	Natureza da mudança	Vigência
IAS 21/ CPC 02 (R3): Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As modificações implementadas exigirão que as empresas apliquem uma abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra. Quando a troca não for possível, as empresas devem determinar a taxa de câmbio a ser usada e fornecer as divulgações necessárias.	1/01/2025
IAS 28/ CPC 18 (R3): Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Esta norma incorporou o método de equivalência patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas Demonstrações Individuais, conforme a Lei 6.404/76. A alteração na IAS 27/CPC 35 permitiu a aplicação do MEP nas Demonstrações Separadas, equiparando-se à prática brasileira.	1/01/2025
ICPC 9 (R3): Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	A interpretação foi revisada para corrigir a redação e as referências, em resposta às alterações introduzidas pelo CPC 18(R3).	1/01/2025
Emenda IFRS 7 e IFRS 9: Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Trata-se da diversidade nas práticas contábeis, buscando torná-las mais transparentes e coerentes. Dentre os aspectos abordados, destacam-se: (i) Classificação dos ativos financeiros com ESG e características semelhantes; (ii) Liquidação de passivos por meio de sistemas de pagamento eletrônico.	1/01/2026
IFRS S1/ NBC TDS 1: Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade.	Requer que as entidades forneçam informações relevantes sobre seus riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que sejam úteis aos principais usuários de relatórios financeiros ao tomar decisões sobre o fornecimento de recursos à entidade.	1/01/2026
IFRS S2/ NBC TDS 2: Requisitos de Divulgação Relacionadas ao Clima	Esta norma exige que as entidades divulguem informações sobre riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas, relevantes para os principais usuários de relatórios financeiros ao tomar decisões relacionadas ao fornecimento de recursos à entidade.	1/01/2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras	Substituirá a IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras, promovendo consistência na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. As principais alterações incluem: (i) Novas categorias e subtotais no DRE: operacional, investimento e financiamento; (ii) Novos subtotais exigidos na DRE; (iii) Exigências aprimoradas em agrupamento de informações: agregação, desagregação e rotulagem; (iv) Requisitos para divulgações sobre medidas de desempenho definidas pela gestão (MPMs).	1/01/2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública	Esta norma permite que subsidiárias sem responsabilidade pública, cujos controladores elaborem demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS, forneçam divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis internacionais em suas demonstrações financeiras. A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis.	1/01/2027

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha impacto significativo em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor:

Não há opiniões modificadas e ênfases no parecer do auditor.

2.4 – Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2023 e 2024, não houve introdução ou alienação de segmento operacional em nossas atividades que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 07 de outubro de 2021, a Grendene celebrou com a Radar Private Fund I LP (“Radar Private”), fundo gerido pela Radar Gestora de Recursos Ltda (“Radar”), os documentos vinculantes para a constituição de uma joint venture (“JV”) com sede no Reino Unido a ser denominada Grendene Global Brands Limited (GGB). O objetivo da JV era a distribuição e comercialização dos produtos da Grendene no mercado internacional, sendo os primeiros destinos: EUA, Canadá, China e Hong Kong, com início das operações em 2022. A Radar detinha 50,1% do capital social da JV, enquanto a Grendene era proprietária de 49,9%.

Em 29 de novembro de 2024, a Grendene adquiriu os 50,1% restantes das ações da GGB, passando a deter 100% do capital social da empresa. Com essa operação, a GGB deixou de ser uma joint venture para se tornar uma subsidiária integral da Grendene. Essa aquisição está alinhada à estratégia da Companhia de internacionalização, fortalecimento da presença global e ampliação das iniciativas de digitalização e venda direta ao consumidor (DTC).

c. Eventos ou operações não usuais

Em 2023 e 2024, não ocorreram quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia e/ou suas atividades.

2.5 – Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

Em 2024 tivemos itens não recorrentes referente a: créditos processuais R\$5,6 milhões; baixa investimento controlada de R\$0,3 milhão; reversão perdas estimadas devedores duvidosos R\$14,3 milhões; resultado equivalência patrimonial R\$46,5 milhões; assessoria jurídica de R\$3,2 milhões; descontinuidade investimentos – controladas exterior R\$0,7 milhão; doação calamidade pública-RS R\$1,2 milhão; gestão de franquias R\$7,7 milhões e processos judiciais R\$4,7 milhões.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Conciliação do EBIT / EBITDA – Em milhares de reais	2023	2024	Var. 2024/2023
Lucro líquido do exercício	557.671	735.236	31,8%
Tributos sobre o lucro	34.298	77.583	126,2%
Resultado financeiro líquido	(317.041)	(255.255)	(19,5%)
EBIT	274.928	557.564	102,8%
Depreciação e amortização	95.796	84.371	(11,9%)
EBITDA	370.724	641.935	73,2%
Efeito não recorrente	106.511	(49.213)	(146,2%)
EBIT recorrente	381.439	508.351	33,3%
EBITDA recorrente	477.235	592.722	24,2%
Margem EBIT	11,3%	21,2%	9,9 pp
Margem EBIT recorrente	15,7%	19,3%	3,6 pp
Margem EBITDA	15,2%	24,4%	9,2 pp
Margem EBITDA recorrente	19,6%	22,5%	2,9 pp

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Entendemos que a exclusão dos itens não recorrentes, mencionados no item 2.5, letra “a”, ajuda a entender de forma mais apropriada e correta a situação financeira e o resultado das operações da Companhia, ao excluir e/ou incluir itens que não se repetem.

2.6 – Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

MN Vila Participações S.A.: Conforme as diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Investimentos, a Companhia realizou em 21 de fevereiro de 2025, o primeiro aditamento ao acordo de acionistas da MN Vila Participações S.A., com o objetivo de realizar ajustes sobre as sociedades de propósitos específicos na qual ela configura como sócia participante para o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários.

2.7 – Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

Segundo o Estatuto Social da Grendene em seu artigo 32, “Os acionistas fazem jus a dividendo obrigatório anual equivalente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- a. 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei; e
- b. importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão dessas reservas que tenham sido formadas em exercícios anteriores na forma prevista no Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações.

§1º. O pagamento do dividendo de que trata este artigo limita-se ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, e a diferença é registrada como reserva de lucros a realizar na forma prevista no Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações. Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados, se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, devem ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

§2º. A assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar parcela do lucro líquido para a constituição e/ou manutenção de reserva de lucros estatutária denominada “Reserva para Aquisição de Ações”, que terá por finalidade resgate, recompra ou aquisição de ações de sua própria emissão inclusive para cumprimento de suas obrigações de entregar ações aos participantes do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado pela mesma, que exercerem suas opções. A Reserva para Aquisição de Ações poderá ser formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias, e cujo saldo terá um limite máximo de 20% do Capital Social. Ao final do exercício, o eventual saldo remanescente não utilizado desta reserva poderá ser utilizado, com o mesmo propósito, para o exercício seguinte se assim entender necessário a administração, mediante aprovação da Assembleia Geral, e, caso não utilizado total ou parcialmente, o referido saldo será revertido para o pagamento de dividendos. Na forma prevista no Artigo 198 da Lei das Sociedades por Ações, a destinação dos lucros para constituição da Reserva para Aquisição de Ações não poderá ser aprovada em prejuízo da distribuição do dividendo obrigatório.

§3º. Os lucros remanescentes têm a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral, de acordo com a proposta formulada pela Diretoria, observando-se os preceitos legais aplicáveis, notadamente o art. 202, §6º, da Lei nº 6.404/76.”

Ainda de acordo com o artigo 35 do Estatuto Social, “A assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais, de acordo com Art. 195-A da Lei 6.404/76, modificado pela Lei 11.638/07, a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.”

Em 2023 e 2024 a Companhia destinou todo valor recebido a título de subvenção para investimentos para reserva de incentivos fiscais conforme facultado pela lei e pelo Estatuto Social.

Valores de retenção de lucros		
Destinação do resultado do exercício	2023	2024
Lucro líquido do exercício	557.670.992,91	735.235.785,91
Reserva de incentivos fiscais subvenção para investimentos	(274.688.369,97)	(257.188.892,14)
Reserva legal *	-	(23.902.344,72)
Base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório – 25%	282.982.622,94	454.144.549,05
Dividendos prescritos	4.791,44	16.492,00
Total do dividendo proposto pela administração	282.987.414,38	454.161.041,25
Pago da seguinte forma:		
Dividendo obrigatório – 25%	70.745.655,74	113.536.137,26
Dividendo em excesso ao mínimo obrigatório	97.241.758,64	175.624.903,99
Juros sobre capital próprio (JCP)	115.000.000,00	165.000.000,00
Valores das retenções de lucros	274.683.578,53	281.074.744,66
% em relação aos lucros totais declarados	49,3%	38,2%

b. regras sobre distribuição de dividendos

Segundo o artigo 33 do Estatuto Social, a Companhia poderá, *“Por deliberação do Conselho de Administração, pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório de que trata o Artigo 32, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos.”*

Também, de acordo com Parágrafo Único do referido artigo do Estatuto Social, *“Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode pagar aos seus acionistas dividendos à conta de lucros acumulados de exercícios sociais anteriores.”*

Além disso, nos termos do Parágrafo Único do artigo 34 do Estatuto Social, *“Os dividendos não vencem juros e se não reclamados por qualquer acionista no prazo de 3 (três) anos da data da deliberação de sua distribuição reverterão em favor da Companhia.”*

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Segundo o artigo 34 do Estatuto Social, *“A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício, observadas as limitações previstas em lei. Os dividendos assim declarados constituem antecipação do dividendo obrigatório a que se refere o Artigo 32.”*

Nos anos de 2023 e 2024 a Companhia declarou e pagou os dividendos trimestralmente.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

De acordo com o artigo 32, §1º, do Estatuto Social, *“O pagamento do dividendo de que trata este artigo limita-se ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, e a diferença é registrada como reserva de lucros a realizar na forma prevista no Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações. [...]”*

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Conforme divulgado em Fato Relevante, a reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de março de 2023 aprovou a nova Política de Dividendos da Companhia, vigente por prazo indeterminado. A política estabelece a distribuição obrigatória de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social, nos termos da Lei das S.A., após a constituição das reservas legais e estatutárias, lembrando ainda que poderão ser pagos na forma de juros sobre capital próprio (“JSCP”) conforme faculta a legislação. Assim, o pagamento de dividendos adicionais (dividendos extraordinários), além do mínimo previsto em lei, ficará a cargo do Conselho de Administração “*ad referendum*” da Assembleia Geral de acionistas. Todavia, como já praticado pela Companhia, o valor a ser distribuído a cada ano será proposto pela administração (“*ad referendum*” da assembleia de acionistas) após a avaliação que considerará, entre outros aspectos, o nível de capitalização, alavancagem financeira e liquidez da Companhia, sua capacidade de geração de caixa, seu plano de investimento, as perspectivas de utilização de capital em função do crescimento esperado dos negócios da Companhia e/ou a necessidade de recursos para fins de utilização em programas de recompra em vigor.

Adicionalmente, manteremos nossa política de distribuição trimestral dos dividendos.

A Política de Dividendos da Companhia, conforme alterada, pode ser encontrada na internet no endereço: <https://ri.grendene.com.br/PT/Governanca-Corporativa/Estatuto-Políticas-Regimentos>

2.8 – Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não Aplicável

ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não Aplicável

iii) Contratos de construção não terminada

Não Aplicável

iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não Aplicável

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não mantém quaisquer operações, contratos, obrigações ou outros tipos de compromissos com sociedades controladas não consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, em sua situação financeira e/ou mudanças em sua situação financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, gastos com capital ou recursos de capital que não estejam registrados em seu balanço patrimonial.

2.9 – Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

- a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não Aplicável

- b. Natureza e o propósito da operação**

Não Aplicável

- c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não Aplicável

2.10 – Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2023 e 2024 os maiores investimentos foram em manutenção de prédios industriais, reposição do ativo imobilizado e aquisição de novos equipamentos para modernização do parque fabril e nos diversos projetos para melhorar a eficiência da companhia.

A composição dos investimentos está demonstrada no quadro a seguir:

Em milhares de reais	2023	2024	Var. 2024/2023
Investimentos (em imobilizado e intangível)	122.876	187.381	52,5%

As descrições quantitativas e qualitativas dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos estão descritas nos itens 2.10.b e 2.10.c. abaixo.

ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia tem condições de fazer todos os investimentos com recursos próprios.

iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e não há desinvestimentos previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não temos previsão de aquisição de plantas industriais, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a nossa capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

A Grendene atua no setor de calçados com fortes componentes de moda e seu modelo de negócios se assemelha ao que é conhecido no mercado como “*fast fashion*”, que consiste no lançamento de muitos produtos num ano compondo diversas coleções. Desta forma o portfólio de produtos da Grendene é inteiramente renovado a cada 90 (noventa) a 180 (cento e oitenta) dias.

Para garantir o sucesso e aceitação destas coleções a Grendene acompanha continuamente o mercado mantendo estreita comunicação com os pontos de venda e realiza pesquisas de mercado junto a consumidores alvo sobre suas propostas de lançamentos. Também faz parte deste esforço a participação em muitas feiras nacionais e internacionais onde as reações dos compradores relativas aos produtos podem ser observadas e testadas.

i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Grendene não divulga pesquisas em andamento pelas características de seu negócio, mas mostra o resultado na forma de produtos nos lançamentos, que geralmente ocorrem durante a participação em feiras e eventos.

ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em milhares de reais	2023	2024	Var. 2024/2023
Investimento em P&D de novos produtos	51.212	46.657	(8,9%)

iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Vide itens 2.10.b e 2.10.c.

iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não distinguimos estes gastos dos apresentados no item 2.10.c.ii.

d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG:

Existem inúmeras oportunidades relacionadas a questões Ambientais, Sociais e de Governança (“ASG”). Diante disso, unimos sustentabilidade à estratégia dos negócios e, apoiados em um modelo de produção eco eficiente, investimos no lançamento de produtos de menor impacto, contemplando a escolha da matéria-prima ideal e avaliando o ciclo de vida dos nossos produtos.

Acreditamos que os investimentos contínuos em inovação aumentam nossa geração de valor e promovem uma cultura de sustentabilidade para nossos públicos. Em vista disso, podemos destacar, o lançamento de coleções com menor impacto ambiental e baixa emissão de carbono, que contam com o uso de biomateriais, como a cana-de-açúcar e as cascas de arroz, de origem renovável, além de outras estratégias, como o aumento do percentual de conteúdo reciclado nos calçados e uso de materiais reciclados pós-consumo.

2.11 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Anexo II

À Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 17 de abril de 2025

Resolução CVM n.º 81/2022, art. 10º, parágrafo único, item II

ANEXO A

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2024.

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$735.235.785,91 (setecentos e trinta e cinco milhões, duzentos e trinta e cinco mil, setecentos e oitenta e cinco reais e noventa e um centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O Valor global do dividendo (i.e., dividendo obrigatório mais dividendo adicional) e dos juros sobre capital próprio é de R\$454.161.041,25 (quatrocentos e cinquenta e quatro milhões, cento e sessenta e um mil, quarenta e um reais e vinte cinco centavos), correspondente ao valor bruto de R\$0,503415183 por ação, incluído dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados, sendo:

- Resultado do exercício social de 2024 no valor de R\$454.144.549,05 (quatrocentos e cinquenta e quatro milhões, cento e quarenta e quatro mil quinhentos e quarenta e nove reais e cinco centavos);
- Dividendos prescritos R\$16.492,20 (dezesesseis mil quatrocentos e noventa e dois reais e vinte centavos) – Lei 6.404/76, art. 287, Inciso II, alínea a.

As antecipações efetuadas e o saldo proposto de dividendo e JCP a ser pago está demonstrado na tabela a seguir:

Dividendos e JCP já distribuídos / propostos, deliberados pelo Conselho de Administração

Forma de pagamento: Crédito em conta corrente							
Dividendo	Data de aprovação	Data ex-	Data de início de pagamento	Valor bruto R\$	Valor bruto por ação R\$	Valor líquido R\$	Valor líquido por ação R\$
Dividendo ¹	09/05/2024	22/05/2024	05/06/2024	75.786.867,09	0,084006016	75.786.867,09	0,084006016
Dividendo ¹	08/08/2024	22/08/2024	04/09/2024	13.222.292,70	0,014656261	13.222.292,70	0,014656261
Dividendo ¹	07/11/2024	22/11/2024	05/12/2024	79.592.541,84	0,088224419	79.592.541,84	0,088224419
JCP ¹	07/11/2024	22/11/2024	05/12/2024	55.000.000,00	0,060964796	46.750.000,00	0,051820076
Dividendo ¹	27/02/2025	23/04/2025	07/05/2025	120.559.339,62	0,133634100	120.559.339,62	0,133634100
JCP ¹	27/02/2025	23/04/2025	07/05/2025	110.000.000,00	0,121929591	93.500.000,00	0,103640153
Total				454.161.041,25	0,503415183	429.411.041,25	0,475981025

¹ Dividendos aprovados “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária que apreciar o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2024.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Em 2024, o percentual de dividendos (i.e., dividendo obrigatório mais dividendo adicional) e de JCP (bruto) distribuídos pela Companhia, em relação ao lucro líquido do exercício e do lucro líquido do exercício após constituição da reserva legal foi de 63,8%.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Em reunião do Conselho de Administração de 27 de fevereiro de 2025 foi proposto (ad referendum da AGO) o valor bruto de R\$ 16.492,20 (dezesesseis mil quatrocentos e noventa e dois reais e vinte centavos) referente a dividendos prescritos dos exercícios sociais de 2019, 2020 e 2021 (Lei 6.404/76, art. 287, Inciso II, alínea a), correspondente a R\$0,000018281 por ação.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

A Grendene tem apenas uma espécie e uma classe de ação (ON). Proposto somente ratificação dos dividendos e JCP aprovados antecipadamente pelo Conselho de Administração (vide tabela do item 2 acima).

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Vide tabela do item 2 acima.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não Aplicável.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Vide tabela do item 2 acima.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Vide tabela do item 2 acima.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Vide tabela do item 2 acima.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Em reais	2022	2023	2024
Lucro líquido do exercício – R\$	568.027.378,53	557.670.992,91	735.235.785,91
Lucro por (ação ON) – R\$	0,6298	0,6182	0,8149

b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Em reais	2022	2023	2024
Espécie e Classe da ação	ON	ON	ON
Dividendos + JCP – R\$	316.639.487,09	282.982.622,94	454.144.549,05
Dividendos + JCP bruto – por ação – R\$	0,351048254	0,313672774	0,503415183
Dividendos – R\$	117.639.487,09	167.982.622,94	289.144.549,05
Dividendo por ação – R\$	0,130436138	0,186200863	0,320520796
JCP bruto – R\$	199.000.000,00	115.000.000,00	165.000.000,00
JCP bruto por ação – R\$	0,220612116	0,127471911	0,182894387
JCP líquido – R\$	169.150.000,00	97.750.000,00	140.250.000,00
JCP líquido por ação – R\$	0,187520298	0,108351124	0,155460229

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

A Companhia não constituiu reserva legal no exercício social de 2023, nos termos do art. 193 da Lei das S.A., pois no exercício social de 2022 atingiu o limite máximo de constituição de Reserva Legal. Assim sendo, o montante total destinado a reserva legal, com base no art. 193 da Lei das S.A., é de R\$ 23.902.344,72 que corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, conforme tabela abaixo.

Em reais	2022	2023	2024
Reserva legal	16.665.236,16	0,00	23.902.344,72

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Em reais	2022	2023	2024
Lucro líquido do exercício	568.027.378,53	557.670.992,91	735.235.785,91
Reserva de incentivos fiscais	(234.722.655,28)	(274.688.369,97)	(257.188.892,14)
Base de cálculo da reserva legal	333.304.723,25	282.982.622,94	454.144.549,05
Reserva legal (5%)	16.665.236,16	0,00	23.902.344,72

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**
- Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**
- Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**
- Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**
- Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não Aplicável, a Companhia não possui ações preferências.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O Estatuto Social da Companhia, aprovado em 22 (vinte e dois) de abril de 2024, define nos artigos reproduzidos a seguir, a forma de cálculo do dividendo obrigatório:

“Artigo 32 - Os acionistas fazem jus a dividendo obrigatório anual equivalente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei; e

b) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão dessas reservas que tenham sido formadas em exercícios anteriores na forma prevista no Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações.

§1º. O pagamento do dividendo de que trata este artigo limita-se ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, e a diferença é registrada como reserva de lucros a realizar na forma prevista no Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações. Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados, se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, devem ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

§2º. A assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar parcela do lucro líquido para a constituição e/ou manutenção de reserva de lucros estatutária denominada “Reserva para Aquisição de Ações”, que terá por finalidade resgate, recompra ou aquisição de ações de sua própria emissão inclusive para cumprimento de suas obrigações de entregar ações aos participantes do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado pela mesma, que exercerem suas opções. A Reserva para Aquisição de Ações poderá ser formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias, e cujo saldo terá um limite máximo de 20% do Capital Social. Ao final do exercício, o eventual saldo remanescente não utilizado desta reserva poderá ser utilizado, com o mesmo propósito, para o exercício seguinte se assim entender necessário a administração, mediante aprovação da Assembleia Geral, e, caso não utilizado total ou parcialmente, o referido saldo será revertido para o pagamento de dividendos. Na forma prevista no Artigo 198 da Lei das Sociedades por Ações, a destinação dos lucros para constituição da Reserva para Aquisição de Ações não poderá ser aprovada em prejuízo da distribuição do dividendo obrigatório.

§3º. Os lucros remanescentes têm a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral, de acordo com a proposta formulada pela Diretoria, observando-se os preceitos legais aplicáveis, notadamente o art. 202, §6º, da Lei nº 6.404/76.

Artigo 33 - Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório de que trata o Artigo 32, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos.

Parágrafo Único. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode pagar aos seus acionistas dividendos à conta de lucros acumulados de exercícios sociais anteriores.

Artigo 34 - A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício, observadas as limitações previstas em lei. Os dividendos assim declarados constituem antecipação do dividendo obrigatório a que se refere o Artigo 32.

Parágrafo Único - Os dividendos não vencem juros e se não reclamados por qualquer acionista no prazo de 3 (três) anos da data da deliberação de sua distribuição reverterão em favor da Companhia.

Artigo 35. A assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais, de acordo com Art. 195-A da Lei 6.404/76, modificado pela Lei 11.638/07, a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.”

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim, o dividendo obrigatório está sendo integralmente pago pela Companhia (i.e., 25% - cf. estabelecido pelo Art. 32 do Estatuto Social da Companhia).

c) Informar o montante eventualmente retido

Não houve retenção do dividendo obrigatório, conforme demonstrado a seguir:

Em reais	2022	2023	2024
Dividendo obrigatório (25%)	79.159.871,77	70.745.655,74	113.536.137,26
Dividendo em excesso ao mínimo obrigatório do exercício	237.479.615,32	212.236.967,20	340.608.411,79
Sub-total	316.639.487,09	282.982.622,94	454.144.549,05
Dividendo adicional	1.000.000.000,00	4.791,44	16.492,20
Total	1.316.639.487,09	282.987.414,38	454.161.041,25

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não houve retenção do dividendo obrigatório pela Companhia.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado a reserva

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

c. Explicar por que a perda foi considerada provável

d. Justificar a constituição da reserva

Não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva

Não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

De acordo com o Estatuto Social, artigo 32, §2º, “A assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar parcela do lucro líquido para a constituição e/ou manutenção de reserva de lucros estatutária denominada “Reserva para Aquisição de Ações”, que terá por finalidade resgate, recompra ou aquisição de ações de sua própria emissão inclusive para cumprimento de suas obrigações de entregar ações aos participantes do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado pela mesma, que exercerem suas opções. A Reserva para Aquisição de Ações poderá ser formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias, e cujo saldo terá um limite máximo de 20% do Capital Social. Ao final do exercício, o eventual saldo remanescente não utilizado desta reserva poderá ser utilizado, com o mesmo propósito, para o exercício seguinte se assim entender necessário a administração, mediante aprovação da Assembleia Geral, e, caso não utilizado total ou parcialmente, o referido saldo será revertido para o pagamento de dividendos. Na forma prevista no Artigo 198 da Lei das Sociedades por Ações, a destinação dos lucros para constituição da Reserva para Aquisição de Ações não poderá ser aprovada em prejuízo da distribuição do dividendo obrigatório.”

b. Identificar o montante destinado à reserva

Em reais	2022	2023	2024
Destinação de reserva para aquisição de ações	0,00	0,00	0,00

Não houve montante destinado à reserva.

c. Descrever como o montante foi calculado

Em 2025, estarão disponíveis para exercício 886.926 opções de compra ou subscrição de ações. Para 2026, está prevista a disponibilidade de 2.050.899 opções de compra ou subscrição de ações para exercício pelos executivos beneficiários dos planos.

O Conselho de Administração entende que, a aquisição no mercado de ações ordinárias da Companhia é a melhor forma para contemplar tal propósito. Por esta razão, a Companhia mantém o saldo de reserva para aquisição de ações, no montante de R\$10.682.779,86 para atender a este objetivo.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Em reais	2022	2023	2024
Reservas de incentivos fiscais	234.722.655,28	274.688.369,97	257.188.892,14

b. Explicar a natureza da destinação

Em reais	2022	2023	2024
ICMS (Provin, Proade e Proapi)	175.947.355,43	199.176.210,26	136.430.678,51
Imposto de renda (IRPJ)	58.775.299,85	75.512.159,71	120.758.213,63
Total	234.722.655,28	274.688.369,97	257.188.892,14

Anexo III

À Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 17 de abril de 2025

RCVM 81/22, art. 13, inciso I e II - Proposta de remuneração dos administradores; e as informações indicadas no item 8 do Formulário de Referência.

8 Remuneração dos Administradores

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos.

- a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Política de Remuneração dos Administradores da Grendene, aprovada na reunião do Conselho da Administração em 24 de fevereiro de 2022, reúne, resumidamente, as principais práticas e princípios de remuneração, sendo certo que ela visa atrair, reter e compensar de forma meritocrática as entregas realizadas pelos Executivos da Companhia.

Assim, a Política estabelece diretrizes e regras para a fixação da remuneração e dos benefícios concedidos aos diretores, aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, e dos comitês instituídos pela Companhia.

A Política possui como principais objetivos: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar os Executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e que permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos Executivos.

A Política de Remuneração dos Administradores está disponível para consulta no site de RI (<https://ri.grendene.com.br>), da CVM e da B3.

- b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**
- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos**
- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

O Conselho de Administração é o órgão que define a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores Estatutários. Os critérios e a metodologia que fixam a remuneração consideram a experiência para o exercício do cargo e tem como referência valores de mercado, os quais são obtidos através de pesquisas, informações em jornais e revistas especializadas em negócios sobre remuneração dos executivos e a situação econômico-financeira da Companhia.

O Conselho de Administração avaliará anualmente, de forma a verificar a aderência da Política de Remuneração com as responsabilidades de cada Executivo, bem como com o volume de trabalho do cargo, com o negócio desenvolvido pela Companhia e com sua situação econômico-financeira no exercício social em questão.

- c. composição da remuneração, indicando:**

- i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:**

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**
- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**
- sua metodologia de cálculo e de reajuste**

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

A remuneração dos Executivos da Companhia poderá ser composta da seguinte forma:

Conselho de Administração: Os membros do Conselho de Administração recebem apenas remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções, portanto, além de referida remuneração mensal fixa, não há outros elementos na remuneração dos membros do Conselho de Administração.

O montante da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração é fixado anualmente pela Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) tomando por base valores de mercado e a situação econômico-financeira da Companhia.

Comitês de Assessoramento: Os membros dos Comitês poderão ser elegíveis a uma remuneração fixa mensal, conforme definido pelo Conselho de Administração.

Conselho Fiscal: Os membros do Conselho Fiscal, quando estiver instalado nos termos da lei e do Estatuto Social da Companhia, recebem apenas remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções, portanto, além da remuneração fixa, não há outros elementos na remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

A remuneração fixa do Conselho Fiscal é aprovada em AGO e respeita os limites definidos na Lei 6.404, art. 162, §3.

Os membros do Conselho Fiscal não recebem outro tipo de remuneração.

Diretoria Estatutária e não estatutária: A remuneração da diretoria é composta por remuneração fixa e variável, sendo:

Remuneração Fixa: Refere-se ao salário mensal fixo que tem por objetivo remunerar os executivos em condições atrativas em comparação ao mercado, visando a atração e retenção de bons profissionais.

A remuneração fixa da diretoria considera a experiência e as responsabilidades para o exercício.

A remuneração dos diretores é fixada anualmente pelo Conselho de Administração.

Remuneração Variável: Refere-se à remuneração baseada em ações, através de planos de outorga de opções de compra ou subscrição de ações (“Plano”) onde os diretores podem investir até 100% (cem por cento) de sua remuneração variável, na compra de ações da Companhia. O Plano, em resumo, consiste na concessão de direitos de compra de ações da Companhia, respeitados regras de preços e prazo, previamente aprovado em assembleia geral, tendo como principal objetivo incentivar, bem como alinhar os interesses de médio e longo prazo dos nossos acionistas com os dos executivos, de modo a maximizar a criação de valor à Companhia, por meio de resultados consistentes e sustentáveis, tanto de médio quanto de longo prazo.

A remuneração baseada em ações tem seu regramento definido em política específica nos termos do Regulamento de Plano de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações, devidamente disponibilizado na íntegra no site da Companhia (<https://ri.grendene.com.br>).

Exceto a remuneração fixa e a remuneração variável acima detalhadas, os membros da diretoria estatutária não recebem outro tipo de remuneração.

Apresentamos no quadro a seguir a proporção de cada elemento na remuneração total, por órgão da administração:

Período	2022		2023		2024	
Órgão da administração	Remuneração fixa	Remuneração baseada em ações	Remuneração fixa	Remuneração baseada em ações	Remuneração fixa	Remuneração baseada em ações
Conselho de administração	100%	-	100%	-	100%	-
Conselho Fiscal	100%	-	100%	-	100%	-
Diretoria Estatutária	84%	16%	92%	8%	87%	13%
Comitê de Auditoria	100%	-	100%	-	100%	-
Comitê de Ética	-	-	-	-	-	-
Comitê de Gestão do Programa de Stock Option	-	-	-	-	-	-
Comitê de Investimentos	-	-	-	-	-	-
Comitê de Partes Relacionadas	-	-	-	-	-	-

Indicadores de desempenho vinculados à remuneração variável baseada em ações:

A remuneração variável baseada em ações adota indicadores estratégicos que incorporam critérios ASG, evidenciando o compromisso da Grendene com a sustentabilidade, o bem-estar social e a governança ética. Esses indicadores, integrados à avaliação de desempenho, incluem:

- Sustentabilidade dos Produtos: Avaliação de produtos lançados com base em critérios ambientais, como o uso de materiais ecológicos, processos de fabricação de baixo impacto ambiental e maior durabilidade, refletindo a preocupação ambiental da Companhia.
- Satisfação do Cliente: Indicador que mede a aceitação dos produtos no mercado, considerando fatores como conforto, design inclusivo e acessibilidade, reforçando o impacto social e a satisfação dos consumidores.
- Ambiente de Trabalho e Inovação: Promoção de um ambiente corporativo que incentiva inovação, diversidade, inclusão e desenvolvimento profissional, contribuindo para a criação de um espaço de trabalho positivo e ético.
- Evolução do Resultado Operacional: Monitoramento do desempenho financeiro e operacional da Companhia em relação às tendências de mercado, avaliando a eficácia de suas estratégias e práticas de governança.
- Competitividade na Remuneração Fixa: Ajustes com base em padrões de mercado e inflação, garantindo práticas de governança justas e competitivas para a retenção de talentos e administradores.

Esses indicadores reforçam o compromisso da Grendene com sustentabilidade, governança ética e resultados consistentes, alinhando a remuneração dos executivos aos interesses de longo prazo da Companhia e de seus acionistas.

A Grendene continua acompanhando as tendências globais de remuneração para garantir que seus critérios permaneçam alinhados às melhores práticas do mercado, fortalecendo ainda mais a sustentabilidade e a governança corporativa.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração fixa é comparada com os valores praticados em outras Companhias de igual porte. A remuneração baseada em ações reflete o valor da Companhia, resultado da avaliação do mercado sobre o desempenho da Companhia e da avaliação do Comitê de Stock Option sobre a evolução dos indicadores.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Com exceção dos membros do Comitê de Auditoria que recebem a remuneração definida pelo Conselho de Administração, os membros dos demais Comitês não recebem nenhum tipo de remuneração pelo exercício de seus cargos, conforme definido em seus regimentos.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existe nenhuma forma de remuneração de Conselheiros ou Diretores, suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de eventos societários. No entanto, na hipótese de dissolução, fusão, incorporação, cisão ou liquidação da Companhia, os Beneficiários do Plano de Opções de Compra ou Subscrição de Ações poderão exercer suas Opções que já possam ser exercidas (isto é, com período de “vesting” já decorrido) no período compreendido entre a data da convocação da assembleia geral de acionistas que tiver por objeto deliberar sobre a dissolução, fusão, incorporação, cisão ou liquidação da Companhia e a data da sua realização. Caso contrário, as Opções serão extintas, da mesma forma que o Regulamento de Plano de Outorga e os respectivos Contratos de Adesão.

8.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 (três) últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal, conforme o caso

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente findo em 31/12/2025 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	-	10,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00	-	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.050.000,00	6.200.000,00	0,00	8.200.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participantes em comitês	250.000,00	0,00	0,00	200.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseado em ações	0,00	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00
Observação				
Total da remuneração	2.300.000,00	8.700.000,00	0,00	11.000.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00	0,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.854.160,00	6.107.440,00	0,00	7.961.600,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participantes em comitês	187.520,00	0,00	0,00	187.520,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseado em ações, incluindo opções	0,00	896.241,58	0,00	896.241,58
Observação			Conselho Fiscal não instalado na AGOE em 2024.	
Total da remuneração	2.041.680,00	7.003.681,58	0,00	9.045.361,58

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00	0,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.787.240,00	5.652.060,00	0,00	7.439.300,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participantes em comitês	180.800,00	0,00	0,00	180.800,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseado em ações, incluindo opções	0,00	524.368,01	0,00	524.368,01
Observação			Conselho Fiscal não instalado na AGOE em 2023.	
Total da remuneração	1.968.040,00	6.176.428,01	0,00	8.144.468,01

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	1,00	11,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00	1,00	11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.675.520,00	5.083.080,00	157.140,00	6.915.740,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participantes em comitês	117.120,00	0,00	0,00	117.120,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseado em ações, incluindo opções	0,00	955.605,92	0,00	955.605,92
Observação			Conselho Fiscal não instalado na AGOE em 2022.	
Total da remuneração	1.792.640,00	6.038.685,92	157.140,00	7.988.465,92

8.3 Em relação à remuneração variável dos 3 (três) últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. em relação ao bônus:**
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração**
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração**
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas**
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 (três) últimos exercícios sociais**
- e. em relação à participação no resultado:**
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração**
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração**
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas**
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 (três) últimos exercícios sociais**

A política de remuneração da Grendene S.A. não contempla programas de remuneração variável para os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária.

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais

O Regulamento estabelece as regras relativas ao Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Grendene e suas empresas controladas (“Programa de Opção”), instituído no âmbito do Plano de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia (“Regulamento” e “Plano”, respectivamente), submetido à deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 14 de abril de 2008. O Plano e o Regulamento, em vigor, foram recomendados pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 13 de março de 2008, com alterações aprovadas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 01 de março de 2012, 12 de fevereiro de 2015 e 01 de agosto de 2019.

Definições estabelecidas no Plano

Para os fins do Regulamento atualmente em vigor, os termos abaixo empregados, respeitarão as definições a seguir:

- i) Acionista: pessoa física ou jurídica titular de ação(ões) da Companhia;
- ii) Ações: ações ordinárias nominativas que serão ou já foram emitidas pela Companhia;
- iii) Beneficiário: o Colaborador Elegível a quem é outorgada efetivamente a Opção;
- iv) Colaboradores Elegíveis: executivos em níveis de Administradores, Diretoria e de Gerência, excetuados aqueles que fazem parte do Controle Acionário, aptos a participar do Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações, na forma da indicação prevista no referido Regulamento;
- v) Companhia: a sociedade GRENDENE S.A. e suas empresas controladas;
- vi) Contrato de Adesão: o Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações, celebrado entre a Companhia e o Colaborador Elegível, por meio do qual este último se torna participante do Plano;
- vii) Data de Outorga: a data de assinatura do Contrato de Adesão, que formalizará a outorga das Opções aos Beneficiários;
- viii) Desligamento: significa qualquer ato ou fato que, justificado ou não, ponha fim à relação jurídica do Beneficiário com a Companhia, exceto nos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento. Desligamento abrange inclusive as hipóteses de destituição, substituição ou não reeleição do Beneficiário como administrador e rescisão do contrato de trabalho;
- ix) Exercício das Opções: a efetiva compra ou subscrição, pelo Beneficiário, de ações relativas às opções a ele outorgadas pelo Contrato de Adesão;
- x) Opção ou Opções: a possibilidade de os Beneficiários adquirirem ou subscreverem ações da Companhia por preço previamente fixado, durante um determinado período de tempo, atendidas as condições estabelecidas no Regulamento;
- xi) Opção(ões) Exercível(is): a(s) Opção(ões) que atendeu(eram) às condições delimitadas para o exercício do direito de compra ou subscrição das Ações (regras de reserva de direito), portanto passível(eis) de ser(em) exercida(s);
- xii) Opção(ões) não exercível(is): a(s) Opção(ões) que não atendeu(eram) as condições delimitadas para o exercício do direito de compra ou subscrição das Ações;
- xiii) Período de Exercício de Opção: período compreendido entre a data em que é possível comprar ou subscrever as ações e a data limite para a compra ou subscrição;
- xiv) Regulamento: o referido Instrumento, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral da Companhia;
- xv) Preço de Exercício da Opção: valor determinado a ser pago pelo Beneficiário para a compra ou subscrição das ações objeto da opção a ele outorgada;
- xvi) Reserva de Direito (Vesting): período estabelecido pela Companhia que antecede o prazo para o exercício da opção de compra ou subscrição de ações pelo Beneficiário.

b. data de aprovação e órgão responsável

O Regulamento estabelece as regras relativas ao Programa de Opção da Grendene e suas empresas controladas, instituído no âmbito do Plano da Companhia, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de abril de 2008. O Plano e o Regulamento, em vigor, foram recomendados pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 13 de março de 2008, com alterações aprovadas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 01 de março de 2012, 12 de fevereiro de 2015 e 01 de agosto de 2019.

A íntegra do Regulamento está disponível para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia. (<https://ri.grendene.com.br>)

c. número máximo de ações abrangidas

As opções de compra de ações outorgados nos termos do Regulamento em vigor terão o limite total de 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia. As ações resultantes do exercício de opção serão emitidas em decorrência de deliberação de aumento de capital, pelo Conselho de Administração, dentro dos limites do capital autorizado da Companhia ou utilização de ações em tesouraria, dentro dos limites legais. Os atuais acionistas não terão preferência na outorga ou no exercício de opção de compra de ações, previstos no referido regulamento, conforme disposto no art. 171, §3º da Lei das S.A.

Na eventualidade de o número, espécie e/ou classe das ações de emissão da Companhia serem alterados em razão de desdobramentos, bonificações, grupamentos ou conversões, o Conselho de Administração deverá efetuar o ajuste correspondente ao número, espécie e/ou classe das ações objeto de cada Opção em vigor e seu respectivo preço de aquisição ou subscrição, conforme o caso, informando aos Beneficiários por escrito.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Os critérios são os mesmos do item anterior. A Companhia prevê sempre a outorga de uma opção para compra de uma ação conforme critérios definidos no Plano.

e. condições de aquisição de ações

Terminado o período de vesting previsto no Regulamento do Plano, o beneficiário poderá exercer suas opções de compra de ações, após a divulgação dos resultados anuais e/ou trimestrais, conforme deliberação do Conselho de Administração. O Exercício da Opção consistirá na compra das ações pelo preço de exercício estabelecido, após decorrido o prazo de "Vesting". O Beneficiário, para tanto, deverá manifestar formalmente o exercício das opções à Companhia, através de uma Notificação de Exercício, no prazo de até quinze (15) dias subsequentes à reunião do Conselho de Administração da Companhia que tiver aprovado o Balanço do Exercício Anterior, respeitados os limites previstos pelo período de vesting. Além disso, a seu exclusivo critério o Conselho de Administração poderá autorizar o exercício de opções com direito já adquirido, no prazo de até quinze (15) dias subsequentes a divulgação dos resultados trimestrais, respeitados os limites previstos pelo período de vesting. As opções poderão ser exercidas total ou parcialmente, observados os prazos e condições estabelecidos pelo Conselho de Administração, pelo Comitê (se for o caso), pelo Regulamento (especialmente, mas não limitado aos limites previstos pelo período de vesting) e pelos Contratos de Adesão. A parcela de Opção não exercida até a data prevista no regulamento será considerada extinta automaticamente, sem qualquer direito a indenização. O exercício da Opção somente poderá ocorrer desde que se verifique a continuidade do vínculo do Beneficiário com a Companhia ou com suas controladas, até a data do efetivo exercício da Opção. A Notificação de Exercício só poderá ser expedida pelo Beneficiário, após a divulgação dos resultados anuais e/ou trimestrais conforme deliberação do Conselho de Administração. Na Notificação de Exercício, o Beneficiário deverá indicar a quantidade de ações que deseja adquirir, nos termos do modelo de comunicação a ser divulgado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso.

Aprovada a emissão das ações ou transferência de ações em tesouraria, conforme o caso e a deliberação do Conselho de Administração, as ações resultado dos Exercícios de Opção serão transferidas ou lançadas em nome do respectivo Beneficiário, que deverá pagar à Companhia o Preço de Emissão em até 5 (cinco) dias após o registro ou transferência.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Preço do Exercício da opção será baseado na média ponderada por volume da cotação da ação no mês anterior ao da outorga e ajustado pela inflação (IPCA) até o Exercício da Opção, estabelecido, pois, como critério de fixação do preço de emissão o art. 170, §1º, III, da Lei das S.A. O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, mas sem desrespeitar os limites legais retro referidos, poderá aplicar um desconto de até 50% (cinquenta por cento) sobre o resultado da média referida neste item. A aplicação do referido desconto não cria direito adquirido, a favor dele ou de outros Beneficiários, a similares descontos em outras emissões de ações.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Conforme previsto no Regulamento, as Opções terão prazo total de carência de três anos, podendo ser exercidas da seguinte forma: (i) até 1/3 após 1 (um) ano contado da data da outorga; (ii) mais 1/3 após 2 (dois) anos da data da

outorga, totalizando o limite de 2/3; (iii) 1/3 restante após 3 (três) anos da data da outorga. As opções terão prazo de vigência de seis (06) anos, contados da data da outorga.

Os prazos foram estabelecidos para gerar incentivos de longo prazo.

h. forma de liquidação

O pagamento do preço do Exercício de Opção deverá ser na data determinada pela Companhia, em moeda corrente nacional por meio de (i) cheque nominal à Companhia; (ii) transferência bancária para conta indicada pela Companhia; ou (iii) qualquer outra forma de pagamento expressamente permitida pela Companhia e previamente comunicada ao Beneficiário, por escrito.

i. restrições à transferência das ações

As ações adquiridas pelos beneficiários no âmbito deste plano não têm quaisquer restrições de transferência, entretanto, conforme prevê o Regulamento, o Conselho de Administração ou Comitê (conforme o caso), poderá impor termos e/ou condições prévias para o exercício da opção e impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício da Opção, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações, até o término do prazo e/ou cumprimento das condições fixadas. Os Contratos de Adesão serão individualmente elaborados para cada Beneficiário, podendo o Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Adesão, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano e o Regulamento entraram em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e poderá ser extinto a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. O término da vigência respeitará os direitos adquiridos, não afetando a eficácia das Opções ainda em vigor, outorgadas com base nele.

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Regulamento ou no Contrato de Adesão, as opções outorgadas extinguir-se-ão automaticamente, cessando de pleno direito todos os seus efeitos, nos seguintes casos: (a) mediante o seu exercício integral; (b) após o decurso do prazo de vigência da opção; (c) mediante distrato do Contrato de Adesão; ou (d) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada. Entretanto, na hipótese de dissolução, fusão, incorporação, cisão ou liquidação da Companhia, os Beneficiários poderão exercer suas Opções que já possam ser exercidas (isto é, com período de “vesting” já decorrido) no período compreendido entre a data da convocação da assembleia geral de acionistas que tiver por objeto deliberar sobre a dissolução, fusão, incorporação, cisão ou liquidação da Companhia e a data de realização da mesma. Caso contrário, as Opções serão extintas, da mesma forma que o Regulamento e os respectivos Contratos de Adesão.

O Regulamento não impedirá a realização de quaisquer operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão. O Conselho de Administração da Companhia e as Sociedades envolvidas em tais operações poderão, a seu critério, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidirem por equidade: (a) a substituição das ações objeto das Opções por ações da sociedade sucessora da Companhia; (b) a antecipação da aquisição do direito ao exercício da Opção de aquisição das Ações, de forma a assegurar a inclusão das ações correspondentes na operação em questão; e/ou (c) o pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus nos termos do Plano.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão ou rescisão do contrato respectivo, se houver, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição do cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Regulamento, poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto no item 6.2 do Regulamento, transcrito abaixo.

“6.2. Se, a qualquer tempo da vigência do Plano, o Beneficiário: a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, rescindindo o respectivo contrato, se houver, ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) as Opções Não Exercíveis na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) as Opções Exercíveis poderão ser exercidas no prazo de até trinta (30) dias, após o que ficarão automaticamente extintas, independentemente de aviso, notificação ou intimação; b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão ou rescisão do contrato respectivo, se

houver, por justa causa ou destituição de seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Adesão, na data de seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; c) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão ou rescisão do contrato respectivo, se houver, sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) as Opções Não Exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Adesão, na data do seu desligamento, ficarão automaticamente canceladas, independentemente de aviso prévio, notificação ou indenização; (ii) as Opções Exercíveis deverão ser exercidas improrrogavelmente em até trinta (30) dias a contar do anúncio do desligamento, após o que restarão automaticamente canceladas, independentemente de aviso prévio, notificação ou indenização; d) desligar-se da Companhia por comum acordo entre as partes ou invalidez permanente: (i) as Opções Não Exercíveis de acordo com o Contrato de Adesão, na data de seu desligamento, serão exercidas nos termos devidamente estabelecidos no Contrato de Adesão, mesmo após o encerramento do vínculo jurídico e/ou trabalhista com a Companhia; e (ii) as Opções Exercíveis de acordo com o Contrato de Adesão na data de seu desligamento permanecerão inalteradas, podendo ser exercidas normalmente nos termos do Contrato; d.1) Em ambos os casos mencionados na letra “d” acima, o Comitê que administra o Plano de Stock Option, fica, desde já, autorizado para tomar todas as decisões e medidas cabíveis para implementar conforme descrito nos itens (i) e (ii) acima. d.2) O Comitê deverá avaliar, de modo independente o trabalho prestado pelo Beneficiário, para sua sucessão de suas atividades na Companhia, a começar 12 (doze) meses antes da efetiva data de seu Desligamento. O Beneficiário deverá indicar, no mínimo 6 (seis) meses antes de seu desligamento efetivo da Companhia, seu sucessor bem como deverá treiná-lo e prepará-lo devidamente para que assuma sua função. O sucessor deve demonstrar no Período de Sucessão e treinamento, estar apto para exercer as funções do cargo bem como responder positivamente a todas as obrigações e responsabilidades inerentes ao cargo. d.3) Para fins do presente REGULAMENTO, Período de Sucessão significa o tempo decorrido entre a data em que o Beneficiário demonstrar expressamente ao Comitê sua vontade de desligar-se da Companhia até o dia da formalização do seu desligamento. e) desligar-se da Companhia por falecimento: (i) as Opções Não Exercíveis de acordo com o Contrato de Adesão, na data de seu falecimento, passarão a ser automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, podendo os herdeiros e sucessores legais do Beneficiário exercer a respectiva Opção no prazo de até doze (12) meses a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) as Opções Exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Adesão, na data de seu falecimento, poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, desde que o façam no prazo de até doze (12) meses a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio, notificação ou indenização.”

8.5 Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 (três) últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Os Beneficiários dos planos são diretores e gerentes da Companhia, conforme definido pelo Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal não fazem parte do programa.

A Companhia efetuou a primeira outorga no ano de 2008 (1º Plano) e a última em 29 de fevereiro de 2024 (17º Plano). Não houve outorga de opções de ações nos anos de 2020, 2021 e 2023.

Remuneração baseada em ações – prevista para o exercício social corrente (2025)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	3,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	3,90
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	4,10
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,21%

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	3,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	4,50
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	4,50
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,07%

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	3,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	4,50
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	4,50
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,03%

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	3,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	4,68
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	4,68
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,05%

8.6 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 (três) últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Outorgas realizadas no exercício social findo em 31/12/2022, 31/12/2024 e 31/12/2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
Outorga de opções de compras de ações	Não há	15º Plano	17º Plano	18º Plano
Nº total de membros	-	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	-	3,00	3,00	3,00
Data de outorga	-	24/02/2022	29/02/2024	27/02/2025
Quantidade de opções outorgadas	-	449.994	441.153	1.639.119
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	Conforme previsto no Plano: As Opções terão prazo total de carência de três anos, podendo ser exercidas da seguinte forma: até 1/3 após 1 (um) ano contado da data da outorga; mais 1/3 após 2 (dois) anos da data da outorga, totalizando o limite de 2/3; 1/3 restante após 3 (três) anos da data da outorga.		
Prazo máximo para exercício das opções	-	23/02/2028	28/02/2030	26/02/2031
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não há restrição		
Valor justo das opções na data da outorga	-	R\$3,79	R\$2,75	R\$2,28
Multiplificação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	R\$1.705.477,26	R\$1.213.170,75	R\$3.737.191,32

Não houve outorga de opções de ações nos exercícios sociais findos em 31/12/2021 e 31/12/2023.

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Opções em aberto ao final do exercício social de 31/12/2024

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	
Nº total de membros	7,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	-	3,00	3,00
Opções ainda não exercíveis	-	15º Plano (2022)	17º Plano (2024)
I. Quantidade	-	149.998	441.153
II. Data em que se tornarão exercíveis	-	24/02/2025 – 149.998	28/02/2025 – 147.051 28/02/2026 – 147.051 28/02/2027 – 147.051
III. Prazo máximo para exercício das opções	-	24/02/2028	28/02/2030
IV. Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não há restrição	
V. Preço médio ponderado de exercício	-	R\$4,50	R3,70
VI. Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	R\$4,72	R\$3,57
Opções exercíveis	-	Não há opções exercíveis em 31/12/2024	
I. Quantidade	-	-	-
II. Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
III. Prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-
IV. Preço médio ponderado de exercício	-	-	-
V. Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	R\$707.990,56	R\$1.574.916,21

8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 (três) últimos exercícios sociais

Opções exercidas no exercício social findo em 31/12/2024

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	3,00
Nº de membros remunerados	-	3,00
Nº de ações	-	149.998
Preço médio ponderado de exercício	-	R\$4,56
Preço médio de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	R\$7,05
Valor total da diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	(R\$373.234,12)

Opções exercidas no exercício social findo em 31/12/2023

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	3,00
Nº de membros remunerados	-	3,00
Nº de ações	-	149.998
Preço médio ponderado de exercício	-	R\$4,36
Preço médio de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	R\$7,39
Valor total da diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	(R\$455.236,10)

Opções exercidas no exercício social findo em 31/12/2022

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	3,00
Nº de membros remunerados	-	3,00
Nº de ações	-	65.128
Preço médio ponderado de exercício	-	R\$5,23
Preço médio de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	R\$8,92
Valor total da diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	(R\$240.078,39)

8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 (três) últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2025)

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	3,00
Nº de membros remunerados	-	3,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	0,21%

Remuneração baseada em ações reconhecida para o exercício social encerrado em 31/12/2024

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	3,00
Nº de membros remunerados	-	3,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	0,07%

Remuneração baseada em ações reconhecida para o exercício social encerrado em 31/12/2023

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	3,00
Nº de membros remunerados	-	3,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	0,03%

Remuneração baseada em ações reconhecida para o exercício social encerrado em 31/12/2022

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	3,00
Nº de membros remunerados	-	3,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	0,05%

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 (três) últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Outorgas previstas no exercício social corrente (2025)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	3,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00
Data de outorga	-	27/02/2025
Quantidade de opções outorgadas	-	1.639.119
Prazo máximo para entrega das ações	-	6 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não há
Valor justo das ações na data da outorga	-	2,28
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	3.737.191,32

Outorgas realizadas no exercício social findo em 31/12/2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	3,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00
Data de outorga	-	29/02/2024
Quantidade de opções outorgadas	-	441.153
Prazo máximo para entrega das ações	-	6 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não há
Valor justo das ações na data da outorga	-	2,75
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	1.213.170,75

Outorgas realizadas no exercício social findo em 31/12/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	3,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00
Data de outorga	-	24/02/2022
Quantidade de opções outorgadas	-	449.994
Prazo máximo para entrega das ações	-	6 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não há
Valor justo das ações na data da outorga	-	3,79
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	1.705.477,26

Não houve outorga de opções no exercício social findo em 31 de dezembro 2023.

8.11 Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 (três) últimos exercícios sociais

Ações entregues – Exercício findo em 31/12/2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	3,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00
Número de ações	-	149.998
Preço médio ponderado de aquisição	-	R\$4,56
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	R\$7,05
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	(R\$373.234,12)

Ações entregues – Exercício findo em 31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	3,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00
Número de ações	-	149.998
Preço médio ponderado de aquisição	-	R\$4,36
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	R\$7,39
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	(R\$455.236,10)

Ações entregues – Exercício findo em 31/12/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	3,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00
Número de ações	-	65.128
Preço médio ponderado de aquisição	-	R\$5,23
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	R\$8,92
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	(R\$240.078,39)

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. Modelo de precificação

	15º Plano (2022)	17º Plano (2024)	18º Plano (2025)
Modelo de precificação	Black and Scholes		

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

	15º Plano (2022)	17º Plano (2024)	18º Plano (2025)
Data da outorga	24/02/2022	29/02/2024	27/02/2025
Total de opções de compra concedido	449.994	441.153	1.639.119
Preço de exercício	4,50	3,70	3,07
Volatilidade estimada	25,95%	17,05%	24,43%
Dividendo esperado sobre as ações (*)	5%	5%	9%
Taxa de juros livre de risco média ponderada (**)	12,25%	9,00%	15,00%
Maturidade máxima	6 anos	6 anos	6 anos
Maturidade média	2,5 anos	2,5 anos	2,5 anos
Valor justo na data da concessão	3,79	2,75	2,28

* Os dividendos esperados foram obtidos com base na média de pagamentos de dividendos por ação em relação ao valor de mercado das ações nos últimos 12 meses.

** A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a taxa média projetada da Selic, divulgadas pelo Banco Central (BACEN).

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

	15º Plano (2022)	17º Plano (2024)	18º Plano (2025)
Método e premissas	Utilizamos para o cálculo do valor justo das opções o valor esperado da vida das opções. Não levamos em consideração a rotatividade por ser considerada desprezível no nível da diretoria da Grendene. A maturidade média até o exercício de cada opção foi estimada em 2,5 anos de acordo com o histórico observado pela Companhia.		

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

	15º Plano (2022)	17º Plano (2024)	18º Plano (2025)
Volatilidade esperada	A volatilidade foi apurada com base na oscilação média histórica do preço da ação dos últimos 18 (dezoito) meses anteriores à data da outorga.		

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

	15º Plano (2022)	17º Plano (2024)	18º Plano (2025)
Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo	Não		

8.13 Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Notas:

(*) Estão incluídas as participações dos acionistas controladores e dos demais acionistas vinculados ao acordo de acionistas da Companhia.

(**) Conselho Fiscal não instalado.

Acionistas	31/12/2024	
	Quantidade de ações	% de participação no capital social total
Membros do Conselho de Administração (*)	631.454.212	69,993593%
Membros da Diretoria Estatutária	2.687.702	0,297918%
Membros do Conselho Fiscal (**)	0	0,000000%
Total de ações	634.141.914	70,291511%

Acionistas	31/12/2023	
	Quantidade de ações	% de participação no capital social total
Membros do Conselho de Administração (*)	631.470.212	69,995366%
Membros da Diretoria Estatutária	2.551.308	0,282799%
Membros do Conselho Fiscal (**)	0	0,000000%
Total de ações	634.021.520	70,278165%

Acionistas	31/12/2022	
	Quantidade de ações	% de participação no capital social total
Membros do Conselho de Administração (*)	631.454.212	69,993593%
Membros da Diretoria Estatutária	2.614.506	0,289805%
Membros do Conselho Fiscal (**)	0	0,000000%
Total de ações	634.068.718	70,283398%

8.14 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão**
- a. número total de membros**
- b. número de membros remunerados**
- c. nome do plano**
- d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar**
- e. condições para se aposentar antecipadamente**
- f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores**
- g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores**
- h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições**

A Companhia não mantém Planos de Previdência para seus administradores.

8.15 Em forma de tabela, indicar, para os 3 (três) últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
Valores anuais	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	3,00	3,00	3,00	7,00	7,00	7,00	0,00	0,00	3,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	7,00	7,00	7,00	0,00	0,00	3,00
Valor da maior remuneração (Reais)	2.820.195,30	2.468.117,68	2.602.945,00	452.400,00	436.120,00	356.480,00	0,00	0,00	52.380,00
Valor da menor remuneração (Reais)	1.886.368,63	1.646.851,48	1.358.429,00	264.880,00	255.320,00	239.360,00	0,00	0,00	52.380,00
Valor médio da remuneração (Reais)	2.334.560,53	2.058.809,34	2.012.895,33	291.668,57	281.148,57	256.091,43	0,00	0,00	52.380,00

Observação

Diretoria Estatutária
Conselho de Administração
Conselho Fiscal
Não houve solicitação de instalação de Conselho Fiscal nas AGOEs de 25 de abril de 2022, 17 de abril de 2023 e 22 de abril de 2024.

8.16 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não existem arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Exercício social encerrado em:	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
31/12/2022	22,4%	2,0%	75,6%
31/12/2023	24,2%	0,0%	75,8%
31/12/2024	22,6%	0,0%	77,4%
31/12/2025	20,2%	0,0%	79,8%

8.18 Em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não existem valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, conforme o caso, por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 Em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não existem valores reconhecidos no resultado de Controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, conforme o caso.

8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Informamos que a íntegra do Regulamento de Plano de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária do dia 14 de abril de 2008 e as alterações aprovadas na Reunião do Conselho de Administração de 01 de março de 2012, 12 de fevereiro de 2015 e 01 de agosto de 2019, está disponível para consulta nos sites da CVM, B3 e no site de relações com investidores da Companhia.

Comissão de Valores Mobiliários – <https://www.cvm.gov.br>

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão - <https://www.b3.com.br>

Grendene – Relações com Investidores – <https://ri.grendene.com.br/PT/Governanca-Corporativa/Stock-Options>

Plano de opções de ações

As informações contidas nos itens anteriores referem-se apenas aos Diretores. Entretanto é preciso esclarecer que o plano de opções de ações, administrado pelo Conselho de Administração prevê como beneficiários os executivos em níveis de Administradores, além dos diretores acima inclui também os principais gerentes. Para maior transparência transcrevemos abaixo a nota explicativa das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Plano de opções de compra ou subscrição de ações

O Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações, aprovado pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária em 14 de abril de 2008, concede aos diretores e gerentes, exceto diretores controladores, o direito de adquirir ações da Companhia, na forma e condições descritas no plano.

As opções de ações podem ser exercidas até 6 (seis) anos contados da data da outorga, com período de carência (*vesting*) de 3 (três) anos, com liberação de 33% a partir do primeiro aniversário, 66% a partir do segundo aniversário e 100% a partir do terceiro aniversário.

Para o cumprimento dos planos de exercício de opções de compra de ações, foram adquiridas no ano de 2024 um total de 430.942 ações, a um custo médio de R\$7,05, totalizando R\$3.036.

No primeiro trimestre de 2024 foram exercidas 433.613 ações a um preço médio de R\$4,56, totalizando um montante de R\$1.977.

A diferença entre o preço médio de exercício das opções e o custo médio das ações adquiridas e canceladas em 2024, para cumprimento dos exercícios de opções de ações, resultou no reconhecimento de um ganho de R\$631 no patrimônio líquido, uma vez que a liquidação das opções dos planos ocorre com instrumentos patrimoniais.

a) Premissas para reconhecimento das despesas com remuneração de ações

As ações são mensuradas a valor justo na data outorga e a despesa é reconhecida no resultado como “despesa com pessoal”, ao longo do período em que o direito ao exercício de opção é adquirido, em contrapartida ao patrimônio líquido.

O valor justo das opções outorgadas foi estimado usando-se o modelo de precificação de opções “Black-Scholes”. As premissas econômicas consideradas foram: (i) dividendos esperados obtidos com base na média de pagamentos de dividendos por ação em relação ao valor de mercado das ações nos últimos 12 meses; (ii) volatilidade baseada na oscilação média histórica do preço da ação dos últimos 18 meses anteriores à data da outorga; (iii) a taxa de juros livre de risco a taxa média projetada da Selic, divulgada pelo Banco Central (BACEN). No quadro a seguir apresentamos o detalhamento dessas informações:

	12° Plano	15° Plano	17° Plano
Data da outorga	14/02/2019	24/02/2022	29/02/2024
Total de opções de compra concedido	695.892	1.402.950	1.385.736
Preço de exercício	4,68	4,50	3,70
Volatilidade estimada	17,11%	25,95%	17,05%
Dividendo esperado sobre as ações	4%	5%	5%
Taxa de juros livre de risco média ponderada	6,50%	12,25%	9,00%
Maturidade máxima	6 anos	6 anos	6 anos
Maturidade média	2,5 anos	2,5 anos	2,5 anos
Valor justo na data da concessão	4,12	3,79	2,75

A Companhia não está compromissada à recompra de ações que forem adquiridas pelos Beneficiários.

b) Movimentação das opções de compra ou subscrição de ações

As movimentações decorrentes das operações de compra ou subscrição de ações, estão demonstradas a seguir:

	12º Plano	15º Plano	17º Plano	Saldo final
Saldo em 31/12/2020	418.790	-	-	418.790
Exercidas	(209.395)	-	-	(209.395)
Canceladas	(3.873)	-	-	(3.873)
Saldo em 31/12/2021	205.522	-	-	205.522
Outorgadas	-	1.402.950	-	1.402.950
Exercidas	(202.296)	-	-	(202.296)
Canceladas	(3.226)	(8.013)	-	(11.239)
Saldo em 31/12/2022	-	1.394.937	-	1.394.937
Exercidas	-	(464.979)	-	(464.979)
Canceladas	-	(53.478)	-	(53.478)
Saldo em 31/12/2023	-	876.480	-	876.480
Outorgadas	-	-	1.385.736	1.385.736
Exercidas	-	(433.613)	-	(433.613)
Canceladas	-	(9.254)	-	(9.254)
Saldo em 31/12/2024	-	433.613	1.385.736	1.819.349
Opções exercíveis em 2025	-	433.613	461.912	895.525
Opções exercíveis em 2026	-	-	461.912	461.912
Opções exercíveis em 2027	-	-	461.912	461.912
Soma	-	433.613	1.385.736	1.819.349
Resultado das opções outorgadas, reconhecidas em 31/12/2021	(874)	-	-	(874)
Resultado das opções outorgadas, reconhecidas em 31/12/2022	(832)	(11)	-	(843)
Resultado das opções outorgadas, reconhecidas em 31/12/2023	-	(1.865)	-	(1.865)
Resultado das opções outorgadas, reconhecidas em 31/12/2024	-	-	-	-
Despesa com pessoal em 31/12/2021	(314)	-	-	(369)
Despesa com pessoal em 31/12/2022	(23)	(2.951)	-	(2.974)
Despesa com pessoal em 31/12/2023	-	(1.602)	-	(1.602)
Despesa com pessoal em 31/12/2024	-	(628)	(2.134)	(2.762)

melissa GRENDA ZAXY Ipanema
Grendene kids rider CARTAGO PEGA FORTÉ

Grendene®



Management Proposal and Manual for Participation in the Annual General Meeting on April 17, 2025

Grendene S.A.
Publicly Held Company
CNPJ: 89.850.341/0001-60
NIRE: 23300021118-CE
Site: <https://ri.grendene.com.br>
Email: dri@grendene.com.br

Table of Contents

1.	Invitation	2
2.	Notice of Meeting	3
3.	Clarifications and Guidelines	5
4.	Participation in the Annual General Meeting	6
4.1.	Guidelines for participation via Electronic System	6
4.2	Guidelines for participation via Absentee Voting Ballot	7
4.2.1.	Guidelines for sending of the Absentee Voting Ballots directly to the Company.....	7
4.2.2.	Installation of the Fiscal Council.....	8
4.3.	Guidelines for participation by proxy	8
5.	Management Proposal	9
5.1.	Matters to be deliberated at the Annual General Meeting	9
6.	Documents pertinent to the matters to be deliberated at the Annual General Meeting	12
7.	Appendices	
	Appendix I: CVM Resolution No. 81/2022, Article 10; Item III: Executive Board's Comments on the Company's Financial Situation pursuant to Item 2 of the Reference Form	13
	Appendix II - CVM Resolution No. 81/2022, Article 10, sole paragraph, II - Appendix A - Allocation of net income for the year ending on December 31, 2023,	34
	Appendix III – CVM Resolution No. 81/2022, Article 13, items I and II - Proposal for remuneration of administrators; and information outlined in item 8 of the Reference Form	39

1. Invitation

Dear Shareholders,

Grendene S.A. ("Company" or "Grendene") is pleased to invite you to participate in the Annual General Meeting to be held at 9:00 a.m. on April 17, 2025 ("AGM"), **exclusively in a digital format**.

The decision to hold the AGM **exclusively in a digital format** ensures broad and secure participation for all shareholders, regardless of their geographic location. This decision is particularly relevant considering, among other factors, that: (i) the Company's headquarters is located far from the country's main financial centers (e.g., approximately 3,000 km from São Paulo and approximately 2,716 km from Rio de Janeiro); (ii) access to Sobral (the Company's headquarters) is challenging, with limited and costly flights between Fortaleza and Sobral. Thus, for the reasons mentioned above (among others), access to the Company's headquarters presents an obstacle for shareholders wishing to attend in person. Holding the meeting exclusively in a digital format allows more shareholders to participate without incurring significant travel expenses, ensuring full access to the AGM discussions while offering greater convenience, security, and efficiency.

Pursuant to CVM Resolution No. 81, of March 29, 2022, as amended ("CVM Resolution 81"), the Company provides a remote voting system, allowing its shareholders to submit distance voting ballots through their respective custodians, the central depository, the financial institution responsible for bookkeeping the Company's common shares, or directly to the Company, in accordance with the guidelines detailed in this Management Proposal and Participation Manual.

The Company's management presents this proposal and participation guidelines for the AGM to provide shareholders with relevant information regarding the resolutions to be deliberated upon, as listed in the Notice of Meeting, which has been duly published in the newspaper O Povo, filed at the Company's headquarters, and made available on the websites of the Brazilian Securities and Exchange Commission ("CVM") (<https://www.cvm.gov.br>), B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (<https://www.b3.com.br>), and the Company's Investor Relations website (<https://ri.grendene.com.br>). We hope this Proposal and Manual contribute to your effective participation in the AGM.

Sincerely,

Alexandre Grendene Bartelle
Chairman of the Board of Directors

2. Notice of Meeting

We hereby call the shareholders of Grendene S.A. ("Company" or "Grendene") to convene at the Annual General Meeting to be held on April 17, 2025, at 9:00 a.m. ("AGM"), exclusively in a digital format, including for voting purposes, via the Microsoft Teams platform ("Electronic System" or "Digital Platform"), in order to deliberate on the following Agenda:

I – At the Annual General Meeting

1. Approve the management accounts, review, discuss, and vote on the Company's financial statements and/or accounting statements and the Management Report, accompanied by the Independent Auditors' report and the Summary Report of the Audit Committee, for the fiscal year ended December 31, 2024.
2. Deliberate on the allocation of the net income for the 2024 fiscal year and the ratification of the advance distributions of dividends and interest on equity, as well as the remaining balance of dividends, in accordance with the proposal of the Company's management bodies; and
3. To set the total annual compensation of the administrators in accordance with Article 14 of the Company's Bylaws.

General Information:

The Company informs that the AGM will be held **exclusively in a digital format**, pursuant to Article 124, §2-A, of Law No. 6,404, of December 15, 1976, as amended ("Brazilian Corporate Law"), allowing shareholders to participate and vote through the electronic system to be made available by the Company or exercise their voting rights by submitting distance voting ballots ("Voting Ballots"), in accordance with CVM Resolution No. 81 of March 29, 2022, as amended ("RCVM 81/22").

For the Voting Ballots to be considered valid, they must be received by the Company (through the means indicated below) by April 14, 2025 (inclusive), i.e., four (4) days before the AGM.

Thus, shareholders who wish to do so may choose to exercise their voting rights via the remote voting system, in accordance with the aforementioned resolution, by submitting their respective Voting Ballots through their Custodian Agent, the central depository, the financial institution responsible for bookkeeping the Company's common shares ("Bookkeeper"), or directly to the Company, as per the guidelines set forth in this Management Proposal and Participation Manual for Grendene's AGM ("Management Proposal" and "Participation Manual," respectively), by April 14, 2025. Voting Ballots received after April 14, 2025, will not be counted.

Pursuant to Article 6, §3, of RCVM 81/22, shareholders who wish to participate and vote at the AGM via the electronic system must submit a request to the Company, along with proof of their shareholder status, an identification document, and a statement issued by the depository institution confirming their shareholding, via email to dri@grendene.com.br by 9:00 a.m. on April 15, 2025, i.e., two (2) business days prior to the AGM.

Shareholders represented by proxies must submit the respective powers of attorney by the same deadline and via the same email address.

Once the registration is approved by the Company, the shareholder will receive, no later than 6:00 p.m. on April 16, 2025, their individual login and password to access the platform, sent to the email address used for registration.

If a shareholder does not receive an email confirming registration or document upload within 24 hours of submission—except for registrations submitted over the weekend, in which case confirmation will be processed on the next business day—they must contact the Company via email at dri@grendene.com.br no later than 11:59 p.m. on April 16, 2025.

Shareholders who fail to register or do not submit the required documents for participation in the AGM via the designated access link by 11:59 p.m. on April 16, 2025, will not be allowed to participate in the AGM.

Detailed information regarding shareholder participation, whether directly, through their legal representative, or a duly appointed proxy, as well as the rules and procedures for remote participation and/or voting at the Meeting—including instructions for submitting the Voting Ballot(s), accessing the digital platform, and the code of conduct to be followed during the Meeting—are available in the Management Proposal and the Participation Manual.

In compliance with RCVM 81/22, we inform that the minimum percentage of voting capital required to request the installation of the Fiscal Council is 3% (three percent) of the Company's voting capital.

The Management Proposal and the Participation Manual, as provided in RCVM 81/22, along with related documents, are available to shareholders at the Company's headquarters and on the websites of the Brazilian Securities and

Exchange Commission (CVM) (<https://www.cvm.gov.br>), B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (<https://www.b3.com.br>), and Grendene's Investor Relations (<https://ri.grendene.com.br>).

Should shareholders have any questions regarding the procedures for participating in the digital AGM, they should contact the Company's Investor Relations Department via email at dri@grendene.com.br or by phone at +55 54 2109-9011.

Sobral, Ceará, March 14, 2025.

Alexandre Grendene Bartelle
Chairman of the Board of Directors

(This page has been intentionally left blank.)

3. Clarifications and Guidelines

This document provides detailed information on the matters to be deliberated at the AGM through the Management Proposal, as well as the necessary guidelines for shareholders to participate in Grendene's AGM, which will be held on April 17, 2025, **exclusively in a digital format**.

This initiative aims to align the Company's established practices of timely and transparent communication with its shareholders with the requirements set forth in the Brazilian Corporate Law, RCVN 81/22, and other applicable regulations.

Therefore, in accordance with Article 124, §2-A, of the Brazilian Corporate Law, RCVN 81/22, and other applicable regulations, Grendene will hold the AGM **exclusively in a digital format**, as follows:

Date: April 17, 2025

Time: 9:00 a.m.

Quorum for Installation: Pursuant to Article 125 of the Brazilian Corporate Law, we inform that for the AGM to be installed on first call, the presence of at least one-fourth (¼) of the Company's voting capital is required. In the event of a second call, following the publication of a new notice, the AGM will be installed with any number of shareholders present.

On behalf of the Company's Management, we invite Shareholders to participate in and express their views at the AGM.

Without prejudice to participation in the AGM via the Electronic System, as detailed below, the Company strongly encourages Shareholders to utilize alternative voting mechanisms, particularly by submitting Distance Voting Ballots. The guidelines for completing and submitting these ballots (see item 4.2 below) and the ballot templates have been made available for consultation at the Company's headquarters and on its website (<https://ri.grendene.com.br>).

Detailed information on each of the matters to be deliberated at the AGM is provided in item 5.1 and the annexes of this document.

The financial figures presented in this Management Proposal are expressed in thousands of Brazilian reais (R\$), unless otherwise indicated.

(This page has been intentionally left blank.)

4. Participation in the Annual General Meeting

Shareholder participation will take place through the electronic system to be made available by the Company, with instructions for participation provided in the Notice of Meeting (item 2 above) and in the sections below, or by submitting the Distance Voting Ballot(s), in accordance with RCVM 81/22.

4.1. Guidelines for participation via Electronic System

For participation via the Electronic System, which will be accessible on the date and time of the AGM, shareholders interested in attending must express their intention by sending an email to dri@grendene.com.br by 9:00 a.m. on April 15, 2025, along with the following documents, as applicable:

For natural persons:

- I. A valid photo identification document (if applicable) of the shareholder or, if represented by a proxy, a valid photo identification document of the proxy along with the corresponding power of attorney.
- II. Proof of shareholding, issued by the financial depository institution (Banco Bradesco S.A.) or by the Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), confirming the shareholder's ownership of common shares issued by the Company.

For legal entities:

- I. The latest consolidated and registered bylaws or articles of incorporation, along with any applicable corporate documents, duly registered with the competent government authorities, that prove the legal representation of the shareholder (e.g., minutes of the election of directors, if applicable).
- II. A valid photo identification document (if applicable) of the legal representative.
- III. Proof of shareholding, issued by the financial depository institution (Banco Bradesco S.A.) or by the Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), confirming the shareholder's ownership of common shares issued by the Company.

For investment funds:

- I. The latest consolidated fund regulation, duly registered with the competent government authorities.
- II. The bylaws or articles of incorporation of the fund's administrator or manager, as applicable, duly registered with the competent government authorities, in compliance with the fund's voting policy, along with corporate documents that prove the powers of representation (e.g., minutes of the election of directors, if applicable).
- III. A valid photo identification document (if applicable) of the legal representative.
- IV. Proof of shareholding, issued by the financial depository institution (Banco Bradesco S.A.) or by the Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), confirming the shareholder's ownership of common shares issued by the Company.

Note: The Company will not require a sworn translation of documents originally issued in Portuguese or English, provided that documents in English are accompanied by a non-sworn translation into Portuguese.

The following valid photo identification documents will be accepted, provided that they (i) are within their respective validity periods and (ii) include a photo: RG (Brazilian National Identity Card), RNE (Foreigner's National Registry), CNH (Brazilian Driver's License), Passport, or officially recognized professional association ID cards.

Once the Investor Relations Department verifies the compliance of the documents submitted by shareholders as per the requirements above, the access information and instructions for the Electronic System, including the individual login and password, will be sent by 6:00 p.m. on April 16, 2025, to the email address used by the shareholder at the time of registration.

The Company emphasizes that the access credentials and participation instructions are unique and non-transferable, and shareholders assume full responsibility for the confidentiality and security of the information provided by the Company.

Additionally, shareholders must access the Electronic System at least 30 (thirty) minutes before the scheduled start of the AGM to allow sufficient time for access validation and ensure participation. Access to the AGM will not be permitted after the start of the meeting.

Furthermore, the Company informs that the AGM will be fully recorded, in accordance with Article 28, §1, II, of RCVM 81/22.

Finally, the Company clarifies that it is not and will not be responsible for any operational or connectivity issues encountered by shareholders, as well as for any external factors beyond the Company's control that may hinder or prevent a shareholder's participation in the AGM via the Electronic System.

4.2. Guidelines for participation via Absentee Voting Ballot

The Company will provide the remote voting system as established in Article 26 of RCVM 81/22. Accordingly, pursuant to Article 27 of RCVM 81/22, shareholders may, from this date, submit their voting instructions regarding the AGM matters through the following methods:

- I. By transmitting voting instructions to their custodians that provide this service, for shareholders holding common shares issued by the Company and deposited with the central depository.
- II. By transmitting voting instructions directly to the central depository, for shareholders holding common shares issued by the Company and deposited with the central depository.
- III. By transmitting voting instructions to the financial institution responsible for bookkeeping the Company's shares, which is Banco Bradesco S.A. ("Bookkeeper"), for shareholders holding shares deposited with the Bookkeeper; or
- IV. By submitting Distance Voting Ballot(s) directly to the Company, at the following address: Av. Pedro Grendene, 131 – Bairro Volta Grande, CEP 95180-052, Farroupilha, State of Rio Grande do Sul, Brazil, Attn: Investor Relations Department.

To be considered, Voting Ballot(s) must be received no later than four (4) days before the AGM, i.e., by **April 14, 2025, at 11:59 p.m. (inclusive)**. Any Distance Voting Ballots received after this deadline will be disregarded.

If there is any discrepancy between a Voting Ballot received directly by the Company and the voting instruction contained in the consolidated voting map submitted by the Bookkeeper for the same Taxpayer Identification Number (CPF/ME for individuals or CNPJ/ME for legal entities), the instruction in the Bookkeeper's consolidated voting map will prevail, in accordance with Article 48, §2, of RCVM 81/22, and the Voting Ballot(s) received directly by the Company will be disregarded.

If a shareholder has already submitted a Voting Ballot but wishes to vote during the AGM via the Electronic System, all previous voting instructions submitted through the Voting Ballot will be disregarded, pursuant to Article 28, §2, II, of RCVM 81/22.

During the voting period, shareholders may change their voting instructions as many times as necessary. The Company's voting map will reflect only the latest submitted instruction, provided that the submission deadline is respected, as detailed above.

Once the voting period via Voting Ballot has ended, shareholders will not be able to alter their voting instructions through a new Voting Ballot. If a shareholder deems a change necessary, they must participate in the AGM via the Electronic System by completing the registration process and submitting the required documents as outlined in item 4.1 above. The shareholder must then request to vote during the AGM, in which case any previously submitted Voting Ballot instructions will be disregarded, in accordance with Article 48, §5, I, of RCVM 81/22.

4.2.1. Guidelines for sending of the Absentee Voting Ballots directly to the Company

In accordance with item 4.2 above regarding votes submitted through shareholders' respective custodians, the central depository, and/or the Bookkeeper, as applicable, shareholders who choose to exercise their voting rights remotely may, as an alternative to the methods mentioned above, submit their votes directly to the Company. To do so, shareholders must send the following documents to: Av. Pedro Grendene, 131 – Bairro Volta Grande, CEP 95180-052, Farroupilha, State of Rio Grande do Sul, Brazil, Attn: Investor Relations Department.

- (a) The physical copy of the duly completed, initialed, and signed Distance Voting Ballot(s); and
- (b) A copy of the documents described in item 4.1 above, as applicable.

Alternatively, shareholders may choose to submit scanned copies of the documents mentioned in (a) and (b) above via email to dri@grendene.com.br. However, in this case, it will also be necessary to send the original physical copies of the Distance Voting Ballot(s) and the required supporting documents to the Company's mailing address provided above.

Once the Company receives the documents listed in (a) and (b) above, it will notify the shareholder within three (3) days, in accordance with Article 46 of RCM 81/22, confirming: (i) Receipt of the voting ballot(s) and (ii) Whether the submitted documents are sufficient for the shareholder's vote to be considered valid or if any corrections or resubmissions are required under RCM 81/22.

The documents listed in (a) and (b) above must be received no later than four (4) days before the AGM, i.e., by April 14, 2025, at 11:59 p.m. (inclusive). Any voting ballots received by the Company after this date will be disregarded and will not be valid for vote computation at the AGM.

4.2.2. Installation of the Fiscal Council

It is important to highlight that the installation of the Fiscal Council, which is included in the Voting Ballot for the Annual General Meeting, is not part of this Management Proposal and has been included in the Voting Ballot solely due to regulatory requirements.

In compliance with RCM 81/22, we inform that the minimum percentage of voting capital required to request the installation of the Fiscal Council is 3% (three percent) of the Company's voting capital.

4.3. Guidelines for participation by proxy

Shareholders may be represented at the AGM by a proxy, in accordance with Article 126, §1, of the Brazilian Corporate Law. The proxy must have been granted within the last one (1) year and must be: (i) a shareholder; (ii) a lawyer; (iii) a financial institution; or (iv) a manager of the Company.

The power of attorney may be executed either by public or private instrument, with a notarized signature, or signed using digital certificates issued by an entity accredited by the Brazilian Public Key Infrastructure ("ICP-Brasil").

To be valid, the power of attorney must be submitted either at the Company's headquarters or via email to dri@grendene.com.br, along with the other required documents specified in the applicable legal provisions, at least two (2) business days before the AGM, i.e., by April 15, 2025, at 9:00 a.m.

Shareholders that are legal entities may be represented at the AGM by their legal representative or by a duly appointed proxy, in accordance with the Company's corporate documents and Brazilian Civil Code (Law No. 10,406 of January 10, 2002).

In line with the CVM Board decision from November 4, 2014 (CVM Process RJ 2014/3578), legal entity shareholders are not required to have their proxy be a: (i) shareholder; (ii) lawyer; (iii) financial institution; or (iv) Company manager. Instead, such shareholders must be represented in accordance with their corporate documents.

(This page has been intentionally left blank.)

5. Management Proposal

The suggestions outlined below are submitted **exclusively in digital format** to the upcoming Annual General Meeting (AGM) of Grendene on April 17, 2025.

5.1. Matters to be deliberated at the Annual General Meeting

1. Approve the management accounts, review, discuss, and vote on the Company's financial statements and/or accounting statements and the Management Report, accompanied by the Independent Auditors' report and the Summary Report of the Audit Committee, for the fiscal year ended December 31, 2024.
2. Deliberate on the allocation of the net income for the 2024 fiscal year and the ratification of the advance distributions of dividends and interest on equity, as well as the remaining balance of dividends, in accordance with the proposal of the Company's management bodies; and
3. To set the overall remuneration of the managers in accordance with Article 14 of the Company's Bylaws.

Below are the clarifications provided by Grendene's Management regarding each item of the proposal to be deliberated at the Annual General Meeting (AGM):

First item: ***Approve the management accounts, review, discuss, and vote on the Company's financial statements and/or accounting statements and the Management Report, accompanied by the Independent Auditors' report and the Summary Report of the Audit Committee, for the fiscal year ended December 31, 2024.***

The management shall submit for the shareholders' consideration the Management Report and the Financial Statements of the Company prepared by Grendene's Management, accompanied by the opinion of the independent auditors and the Summary Report of the Audit Committee, relating to the fiscal year ended on December 31, 2024, and published on March 13, 2025, in the newspaper "O Povo," in both printed (summary version) and digital (complete version) editions, approved by the Company's Board of Directors at a meeting held on February 27, 2025.

Financial Statements

The financial statements provide an overview of the Company's economic and financial condition, detailing the equity changes that transpired throughout the fiscal year. This information allows shareholders to evaluate the financial position and level of profitability of the company.

The Financial Statements are prepared in accordance with the International Financial Reporting Standards ("IFRS") issued by the International Accounting Standards Board ("IASB"), as well as based on accounting practices adopted in Brazil and regulations of the Brazilian Securities and Exchange Commission (CVM), observing the accounting guidelines stipulated in Brazilian corporate legislation (Corporations Law). The company has adopted all regulations, revisions to regulations, and interpretations issued by the IASB that are effective for the financial statements as of December 31, 2024. Among such statements are the Balance Sheet, Income Statement, Comprehensive Income Statement, Statement of Changes in Shareholders' Equity, Cash Flow Statement, and Added Value Statement. The Financial Statements are supplemented by explanatory comments that aid shareholders in the examination and comprehension of these Statements.

Management Report

The Management Report is a supplementary document to the Financial Statements. It contains non-financial data, operational details, and statistical information in addition to financial information, including the primary accounts of the Income Statement for the fiscal year ended. This encompasses a comprehensive range of information pertaining to the Company's employees, social responsibility, corporate governance, and the capital market.

Summary Report of the Audit Committee

The Audit Committee of Grendene is an internal, permanent, non-statutory advisory body that is linked to the Board of Directors and is subject to the applicable laws, regulations, and rules. Among its duties, it advises the Board of Directors on assessing the quality of the financial statements, monitors compliance with legal and regulatory requirements, verifies the independence and effectiveness of the work carried out by the internal and external auditors, as well as the

effectiveness of the internal operational risk systems, and, within the scope of its duties and responsibilities, whenever necessary, recommends corrections and improvements in practices and procedures.

The Committee reviewed the Financial Statements for the 2024 fiscal year, as well as the work and planning of Grendene's Internal Audit, Compliance, Risk Management, and Internal Controls. All of the topics raised at the Committee meetings were presented and evaluated by Grendene's Board of Directors at their quarterly ordinary meetings.

Risk Management, Internal Controls and Compliance

The Audit Committee confirmed that Grendene's management has reviewed and developed standards, policies, and processes, as well as formed a Governance, Risks, and Compliance (GRC) team dedicated only to these functions. These initiatives attempt to improve Grendene's internal controls, governance system, risk management culture, and integrity (compliance). Throughout the year, the Committee held quarterly meetings: stimulating and monitoring the integrity and ethics training and communications carried out; analyzing the data from the Ethics Channel and the actions taken by the Company; evaluating and forwarding for approval by the Board of Directors the Gifts and Hospitality Policy; monitoring the risk management actions; and developing the Internal Controls Matrix, conducted by the GRC area in collaboration with Grendene's businesses.

External Auditors

The Audit Committee communicates with the External Auditors on a regular basis to discuss the outcomes of their work and provide its opinion.

The Committee finds the information given by the External Auditors to be satisfactory, and no issues have been detected that could jeopardize the independence of these providers.

Internal audit

In 2024, the Committee followed the Internal Audit's actions quarterly, as outlined in the yearly plan adopted at the end of 2023. Thus, it validated that the execution went as intended, as well as monitoring the evolution of the action plans for the highlighted audit points.

Financial Statements

The Audit Committee evaluated the Financial Statements and Notes prepared by Management and examined by External Audit for the fiscal year 2024, noting that all relevant information is recorded and in conformity with the relevant regulations.

Conclusion

The Audit Committee of Grendene S.A., taking into account its responsibilities and the natural limitations arising from the scope of its performance, as well as the decisions and responsibilities of the other Governance, External Audit, and administrator bodies, believes that the Financial Statements adequately present Grendene S.A.'s equity and financial position as of December 31, 2024.

Independent Auditors' Report

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda examined the Financial Statements and issued an opinion concluding that they adequately represent, in all material respects, the financial position of Grendene and its subsidiaries as of December 31, 2024

Documents provided by the Company's Management

The following documents pertaining to this agenda item are available to shareholders at the Company's headquarters, on its Investor Relations website (<https://ri.grendene.com.br>), and on the websites of B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (Brazil Stock Exchange and Over-the-Counter Market) (<https://www.b3.com.br>), and Brazilian Securities and Exchange Commission (CVM) (<https://www.cvm.gov.br>):

- I. Management Report
- II. Financial statements for the fiscal year 2024
- III. Comments of the Officers regarding Grendene's financial situation, which are required on Item 2 of the Reference Form pursuant to Securities and Exchange Commission (CVM) Resolution No. 80 of March 29, 2022, as amended. (**Appendix I hereto**).
- IV. Summary Report of the Audit Committee
- V. Independent Auditors' Report
- VI. DFP Form (Standardized Financial Statements).

Second item: ***Deliberate on the allocation of the net income for the 2024 fiscal year and the ratification of the advance distributions of dividends and interest on equity, as well as the remaining balance of dividends, in accordance with the proposal of the Company's management bodies (**Appendix II hereto**).***

The Board of Directors, at a meeting held on February 27, 2025, in accordance with the Company's Bylaws and Dividends Policy, proposed to allocate the net income for the fiscal year ended December 31, 2024, calculated in accordance with Article 32 of the Company's Bylaws and the Brazilian Corporations Law in the amount of R\$735,235.785.91 (seven hundred and thirty-five million, two hundred and thirty-five thousand, seven hundred and eighty-five reais and ninety-one centavos), as follows:

- a) R\$257,188,892.14 (two hundred fifty-seven million, one hundred eighty-eight thousand, eight hundred ninety-two reais and fourteen centavos) allocated to the tax incentive reserve, pursuant to Article 195-A of the Brazilian Corporate Law.
- b) R\$23,902,344.72 (twenty-three million, nine hundred two thousand, three hundred forty-four reais and seventy-two centavos) allocated to the legal reserve, pursuant to Article 193 of the Brazilian Corporate Law.
- c) R\$113,536,137.26 (one hundred thirteen million, five hundred thirty-six thousand, one hundred thirty-seven reais and twenty-six centavos) distributed as mandatory minimum dividends, in accordance with Article 32 of the Company's Bylaws and the Brazilian Corporate Law.
- d) R\$340,608,411.79 (three hundred forty million, six hundred eight thousand, four hundred eleven reais and seventy-nine centavos) distributed as additional dividends to the mandatory minimum dividend, in accordance with Article 202, §6, of the Brazilian Corporate Law.
- e) Additionally, subject to AGM ratification ("*ad referendum*"), the distribution of unclaimed dividends in the amount of R\$16,492.20 (sixteen thousand, four hundred ninety-two reais and twenty centavos), pursuant to Article 287, II, "a" of the Brazilian Corporate Law.

The information on the proposal for the allocation of the Company's net income, pursuant to Article 10, sole paragraph, section II – Annex A, of CVM Resolution no. 81/22, is contained in **Appendix II** hereto.

Third Item: ***To set the total annual compensation of the administrators in accordance with Article 14 of the Company's Bylaws – **Appendix III** of this document.***

For the period from January to December 2025, it is proposed that the General Meeting approve a total annual amount of up to R\$ 11,000,000.00 (eleven million reais) for the compensation of administrators, with up to R\$ 2,300,000.00 (two million three hundred thousand reais) allocated to the Board of Directors and up to R\$ 8,700,000.00 (eight million seven hundred thousand reais) allocated to the Executive Board. The Board of Directors shall distribute this amount among the members of these bodies in accordance with the Company's compensation policy.

The proposal for Remuneration of Administrators, as specified in Item 8 of the Reference Form, is included in **Appendix III** of this document.

6. Documents pertinent to the matters to be deliberated at the Annual General Meeting of Grendene.

The following documents are available to shareholders at the Company's headquarters, on its Investor Relations website (<https://ri.grendene.com.br>), and on the websites of B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (Brazil Stock Exchange and Over-the-Counter Market) (<https://www.b3.com.br>), and Brazilian Securities and Exchange Commission (CVM) (<https://www.cvm.gov.br>):

- Absentee voting ballot for the Annual General Assembly required in Appendix M of RCM 81/22.
- Notice of Meeting for the Annual General Meeting (AGM).
- Financial Statements for the fiscal year ended December 31, 2024 (Management Report, Financial Statements, Independent Auditors' Report, and the Summary Report and Opinion of the Audit Committee).
- Standard Financial Statements (DFP).
- Minutes of the Board of Directors meeting held on February 27, 2025, together with the Profit Distribution Plan for the fiscal year ending December 31, 2024.
- Comments of the Officers on Grendene's financial situation are listed at Item 2 of the reference form, pursuant to CVM Resolution No. 80/2022, **Appendix I**.
- Information regarding the proposed allocation of net income for the fiscal year ended December 31, 2024 is required in Appendix A of RCM 81/22, **Appendix II**.
- Proposal for remuneration of administrators; and the information indicated in item 8 of the Reference Form, according to RCM 80/22, **Appendix III**.

If you have any questions, please contact the Investor Relations Office by calling +55 54 2109-9000 or +55 54 2109-9011 or via email: dri@grendene.com.br.

Appendix I

To the Management Proposal for the Company's Annual General Meeting to be held on April 17, 2025.

CVM Resolution No. 81/2022, Article 10; Item III: Executive Board's Comments on the Company's Financial Situation pursuant to Item 2 of the Reference Form.

2. Comments from the Company's Officers

2.1. Directors should comment on:

a. General financial and equity conditions:

According to the management, the company's economic and financial state is healthy. The cash, equivalents, and/or financial investments maintained by the company provide confidence that it can meet all its short- and long-term financial commitments.

under economic terms, the company has proved its ability to make a profit even under unfavorable circumstances, remunerating capital invested in an adequate manner and distributing dividends that exceed the minimum statutory payouts since its listing on the *Novo Mercado* (New Market) in 2004.

The following tables represent Grendene's general financial and equity status for 2023 and 2024. They are supplemented by sections 2.1.b, 2.1.c, 2.1.d, 2.1.e, 2.1.f, 2.1.g, 2.1.h, and 2.2 of this proposal.

Year (in thousands of R\$)	Initial net ¹ equity	Parent company net income	Dividends	Reinvestment	Return on net equity	Final net ¹ equity
2023	3,266,401	557,671	282,983	274,688	17.1%	3,527,877
2024	3,527,877	735,236	454,161	281,075	20.8%	3,826,887

1) Adjusted net equity with the exclusion of the dividend payable balance.

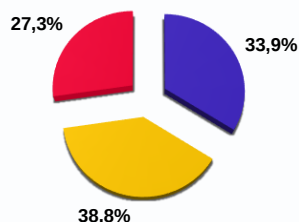
Liquidity	2023	2024
General liquidity	7.6	8.1
Current liquidity	7.0	7.5
Dry liquidity	6.1	6.3

Profitability	2023	2024
Gross margin	44.5%	47.2%
EBIT margin	11.3%	21.2%
Recurring EBIT margin	15.7%	19.3%
Net margin	22.9%	28.0%
Recurring net margin	27.2%	30.3%

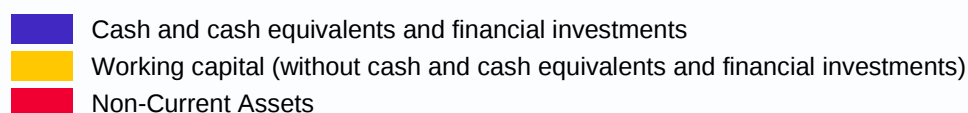
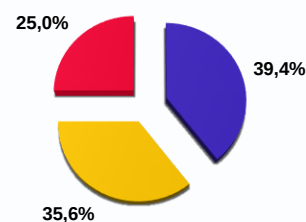
In thousands of R\$	2023	2024
Loans and financings (ST and LT)	92,430	68,939
Cash and cash equivalents plus cash investments (ST and LT)	1,252,296	1,603,197

Assets

December 31, 2023



December 31, 2024

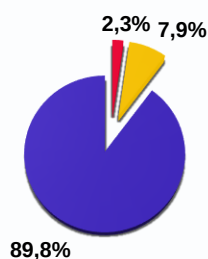


b. Capital Structure:

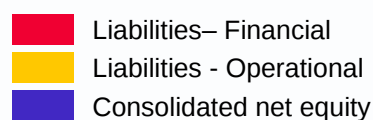
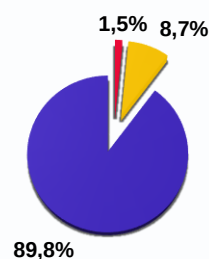
The Company's capital structure is not dependent on third-party financing in order to operate. Grendene uses its own funds for both fixed and working capital investments. Grendene finances its investments in fixed and working capital with its own funds.

Liabilities: Current liabilities + non-current liabilities

December 31, 2023

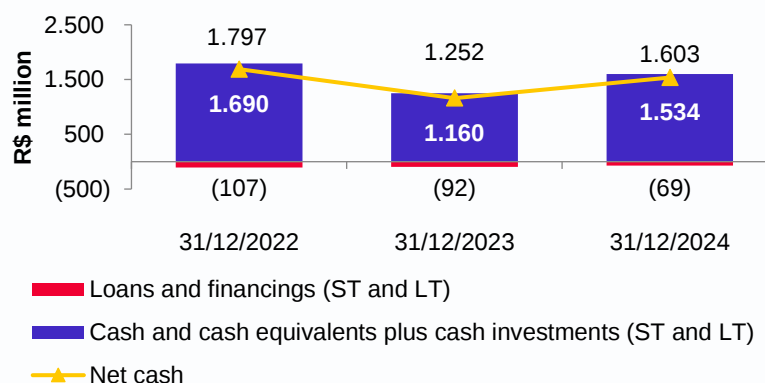


December 31, 2024



c. Ability to pay in relation to the financial commitments assumed:

Grendene has a stable and comfortable financial position and is able to fulfill all of its obligations.



In thousands of R\$	2023	2024
Current Assets	2,701,852	3,042,039
Non-Current Assets	1,373,509	1,458,020
Current Liabilities	384,800	428,642
Non-Current Liabilities	31,118	30,471
Consolidated net equity	3,659,443	4,040,946

As shown on the balance sheet and in the preceding table, the Company's cash (equivalents, and financial investments) exceeds its short- and long-term liabilities, making it unlikely that external economic or financial conditions will impair its ability to satisfy its obligations.

d. Finance sources for working capital and investments in non-current assets:

Grendene has a positive net cash position (cash balance, cash equivalents, and financial assets minus short- and long-term loans), a strong and consistent operating cash flow, and the capacity to finance its current operations and investments with its own funds. Yet, the Company may utilize alternative financing sources whenever, in the opinion of its management board, the expenses of these resources are low enough to provide shareholder value.

e. Sources of funding for working capital and investments in non-current assets intended to cover liquidity deficits:

Grendene has no cash issues, has never had liquidity issues in the past, and does not expect this situation to arise. It finances its working capital and investments using its own resources.

f. Debt levels and characteristics of such debts, elaborating on:

i. Relevant loan and financing agreements

Loans and funding are recorded at their contract values plus any agreed-upon fees, such as interest and any monetary or exchange rate restatements. After initial recognition, they are measured using the effective interest method and amortized cost.

On December 31, 2023, and 2022, bank debt was as follows:

Consolidated	Indexers	Interest rates (p.a)	2023	2024
National Currency - Financing Incentives	TJLP ¹	7.43% and 6.55%	11,792	14,428
Foreign Currency - ACE	Dollar +	5.54% and 6.51%	80,638	54,511
Total loans and financings			92,430	68,939
Total, current liabilities			82,413	56,629
Total, non-current liabilities			10,017	12,310

We present below the breakdown of loan and long-term finance installments as of December 31, 2024:

Salaries	2026	2027	2028	2029	Total
Proapi	1,360	704	1,496	1,347	4,907
Provin	983	-	-	-	983
Proade	780	2,011	1,774	1,855	6,420
Total	3,123	2,715	3,270	3,202	12,310

Financing - Working Capital - ACE

The Company took out loans for its export operations under the ACE modality (Advances on Exchange Delivered). These operations consist of advancing the corresponding value in reais of shipped exports.

Financing – Proapi, Provin and Proade

The company receives tax incentives for its activities based in the state of Ceará by acquiring financing from the Industrial Development Fund of Ceará (FDI) through the fund's designated financial agent. Monthly calculations are performed on these financings in accordance with the Tax on the Circulation of Goods and Services ("ICMS") owed (Proade and Provin) and on exported products (Proapi; this benefit has been eliminated, but balances receivable and financings payable remain). Financing must be settled within 36 and 60 months after its release.

The Company's Management believes that the benefit of reduction of amounts due is recorded at the time of obtaining financing in order to more accurately reflect the accrual basis of accounting for the year, as the cost of ICMS and exports, pertaining to the incentive operations, are also recorded concurrently with the benefits.

¹ TJLP = Long-Term Interest Rate

Non-incentivized portions of these loans in the amount of R\$14.4 million (R\$11.8 million in 2023) are recorded in the current and non-current liabilities as of December 31, 2024.

In the scope of the Proapi Program, loans were granted based on 11% (eleven percent) of the FOB value exported with a 60-month term for payment, on which Long-Term Interest Rate (TJLP) interest rates apply. Upon maturity of the financing, the Company paid 10% of the outstanding balance of the financing, with the remaining 90% paid, representing a net incentive of 9.9% of the FOB exported value in force until March 2017.

ii. Other long-term relationships with financial institutions

The Company does not have long-term obligations with financial institutions other than obligations related to the above operations.

iii. Degree of subordination between debts

There is no degree of subordination between debts.

iv. Any restrictions imposed on the issuer, including those pertaining to limits on indebtedness and contracting additional debt, dividend distribution, the sale of assets, the issuance of new securities, and the sale of corporate control, and if the issuer has been complying with these restrictions.

There are no restrictions on the company's ability to incur additional debt, distribute dividends, dispose of assets, issue new securities, or transfer corporate control.

g. Limits of contracted financing and percentages already used:

There is no contracted or unused financing.

h. Significant changes in income statement and cash flow statement items:

Individual and consolidated financial statements for the Company's fiscal years ending December 31, 2023 and 2024 were prepared in accordance with accounting practices adopted in Brazil and the rules of the Brazilian Securities and Exchange Commission (CVM), observing the accounting guidelines set forth in the Brazilian Corporations Law (Law No. 6,404/76), as well as in accordance with the international financial reporting standards (IFRS) issued by the International Accounting Standards Board (IASB).

In the fiscal years 2023 and 2024, there are no material changes to the Consolidated Financial Statements of the Company, as determined by the company's management.

Description of the main accounts of the Consolidated Income Statement

Considerations on the main accounts of the Asset

Cash and equivalents and financial investments.

Cash and equivalents and short- and long-term financial investments totaled R\$ 1,252.3 million on December 31, 2023, and R\$1,603.2 million on December 31, 2024. Cash and cash equivalents are represented by bank deposits without interest. Financial investments classified as cash equivalents are represented by short-term investments, maturing in three (3) months or less, counting from the acquisition date.

Financial investments comprise Bank Deposit Certificates, Assignment of Credit Rights, Repurchase Debentures, Financial Bills, Investment Funds, National Treasury Notes, Time Deposits with Special Guarantee, Shares, Simple Debentures, Bank Credit Note, Companies in participation account and are classified in "Financial assets at amortized cost" and "Financial assets at fair value through profit or loss", according to the Company's investment strategy.

We demonstrate below the Company's cash generation:

In thousands of R\$	December 31, 2023	December 31, 2024
Net cash from operational activities (a)	736,725	702,738
Net cash generated / consumed by investing activities (b)	473,240	(301,943)
Net cash consumed / generated in financial investments	647,667	(181,163)
Net cash consumed by investments and fixed assets	(174,427)	(120,780)
Net cash consumed by financing activities (c)	(1,263,639)	(398,421)
Increase in cash and equivalents (a + b + c)	(53,674)	2,374

Cash and cash equivalents and financial investments (short and long term) represented 35.6% of total assets on December 31, 2024 (30.7% in 2023).

Accounts receivable from clients and Inventories

The entries, Accounts receivable from customers and Inventories totaled R\$1,490.5 million on December 31, 2023, and R\$1,712.8 million on December 31, 2024.

The average collection terms for the domestic market on December 31, 2023, and 2024 were 118 and 116 days, while for the international market they were 79 and 82 days, respectively.

Shareholder's Equity

On December 31, 2023, consolidated shareholders' equity totaled R\$3,659.4 million, compared to R\$4,040.9 million on December 31, 2024. The evolution of the Company's consolidated shareholders' equity is detailed below:

	In thousands of R\$
Balances as of December 31, 2022	4,364,132
Net income for the year	557,671
Exchange differences on subsidiaries abroad	(9,285)
Realization of reclassification adjustment - gain on disposal of investment	(7,557)
Sale of treasury shares: exercise of stock options	2,027
Expenses with stock option or subscription plan	1,602
Dividends distributed	(4,231)
Interest on distributed equity	(93,500)
Additional Proposed Dividend – Destination of Tax Incentive (ICMS)	(1,000,000)
Interim dividends	(117,167)
Proposed additional dividend	1
Interest on equity allocated to dividends	(34,250)
Balances as of December 31, 2023	3,659,443
Net income for the year	735,236
Exchange differences on subsidiaries abroad	16,540
Realization of reclassification adjustment - gain on disposal of investment	(318)
Sale of treasury shares: exercise of stock options	(3,036)
Expenses with stock option or subscription plan	1,977
Dividends distributed	2,755
Interest on distributed equity	(50,816)
Additional Proposed Dividend – Destination of Tax Incentive (ICMS)	(80,750)
Interim dividends	(168,589)
Proposed additional dividend	4
Interest on equity allocated to dividends	(71,500)
Balances as of December 31, 2024	4,040,946

Working capital

Working capital is shown below:

In thousands of R\$	December 31, 2023	December 31, 2024
Working capital (Current Assets - Current Liabilities)	2,317,052	2,613,397
Working capital / Total assets	56.9%	58.1%
Working capital / Net sales revenue	95.2%	99.4%

Description of the main accounts of the Consolidated Income Statement

See item 2.2, letter "a" of this Form.

2.2 – Officers must comment on:

Results of the issuer's operations, in particular:

i. Description of any important components of the revenue

Gross Sales Revenue

In 2024, Grendene achieved total gross revenue of R\$3.2 billion, driven by the sale of 139.4 million pairs, which represented a growth of 7.5%. However, there was a slight decrease of 0.2% in the volume of pairs sold compared to 2023.

In the domestic market, the Company recorded an increase of 8.1% in gross revenue, reaching R\$2.7 billion, in addition to a growth of 1.0% in the volume of pairs sold compared to 2023, totaling 114.1 million pairs. These results reflect the strength of our brands and consumer loyalty, even in the face of a challenging economic scenario.

In the foreign market, footwear exports faced significant challenges, such as rising interest rates in several economies, international logistics problems and regional conflicts. Despite these difficulties, exports generated gross revenue of R\$581.9 million, with a growth of 4.8% compared to 2023. However, the volume of exported pairs fell by 5.0%, totaling 25.3 million pairs, highlighting the need for agile strategies in the face of global economic volatility.

In thousands of R\$	2023	2024	Change 2024/2023
Gross Sales Revenue	3,010,376	3,236,823	7.5%
Domestic market	2,454,904	2,654,898	8.1%
Exports	555,472	581,925	4.8%
Exports (US\$)	111,206	107,974	(2.9%)

Thousands of pairs	2023	2024	Change 2024/2023
Volume	139,659	139,448	(0.2%)
Domestic market	113,035	114,148	1.0%
Exports	26,624	25,300	(5.0%)

In Brazilian reais	2023	2024	Change 2024/2023
Gross sales revenue per pair	21.56	23.21	7.7%
Domestic market	21.72	23.26	7.1%
Exports	20.86	23.00	10.3%
Exports (US\$)	4.18	4.27	2.2%

Net sales revenue

In thousands of R\$	2023	2024	Change 2024/2023
Gross Sales Revenue	3,010,376	3,236,823	7.5%
Domestic market	2,454,904	2,654,898	8.1%
Exports	555,472	581,925	4.8%
Deductions from sales	(576,769)	(608,243)	5.5%
Sales returns and sales taxes	(445,975)	(470,671)	5.5%
Discounts given to clients	(130,794)	(137,572)	5.2%
Net sales revenue	2,433,607	2,628,580	8.0%

Average cost of goods sold (COGS)

The ongoing benefit of the reduction in the prices of essential raw materials, which was observed in the first quarter of 2022, resulted in a 10.3% decline in COGS for the quarter compared to the previous year.

In thousands of R\$	2023	2024	Change 2024/2023
Cost of goods sold	1,349,924	1,387,506	2.8%

In reais per pair	2023	2024	Change 2024/2023
Average cost of goods sold/pair	9.67	9.95	2.9%

Gross Profit

Gross profit grew by 14.5% compared to the previous year, and gross margin showed a significant increase of 2.7 percentage points, rising from 44.5% in 2023 to 47.2% in 2024. This growth was driven both by the increase in net revenue and volume, and by greater efficiency in managing the costs of products sold, which increased to a lesser extent.

In thousands of R\$	2023	2024	Change 2024/2023
Gross Profit	1,083,683	1,241,074	14.5%
Gross margin	44.5%	47.2%	2.7 pp

Operational Expenses (SG&A)

Selling expenses (DV)

The Company's commercial expenses are predominantly variable in the form of freight, licensing, commissions, advertising and marketing. In 2024, these expenses represented 23.5% of net revenue, a reduction of 1.2 pp compared to 2023.

In thousands of R\$	2023	2024	Change 2024/2023
Selling expenses	(600,218)	(618,441)	3.0%
% Net Sales Revenue	24.7%	23.5%	(1.2 pp)

General and Administrative Expenses (G&A Exp.)

In 2024, general and administrative expenses increased by 4.5% compared to 2023, but remained at around 4.0% of net sales revenue. The Company remains committed to optimizing costs and improving operational efficiency, aiming to ensure the sustainability of its growth.

In thousands of R\$	2023	2024	Change 2024/2023
General & Administrative Expenses	106,510	111,264	4.5%
% Net Sales Revenue	4.4%	4.2%	(0.2 pp)

Net financial revenue

In 2024, the recurring financial result was positive at R\$255.3 million, 14.5% higher than that obtained in 2023, driven mainly by income from the equity equivalence of investments in SCPs.

In thousands of R\$	2023	2024	Change 2024/2023
Income from financial investments	137,154	128,837	(6.1%)
Income from financial investments	137,154	128,837	(6.1%)
Gain on equity financial instruments	(6,050)	-	(100.0%)
Result of variable income financial instruments	(6,050)	-	(100.0%)
Net gain (loss) on FX variations	13,864	(30,235)	(318.1%)
Net gain (loss) on FX derivatives transactions– BM&F	14,962	(47,585)	(418.0%)
Net gain (loss) on FX derivatives transactions– BM&F	24,611	20,732	(15.8%)
Net gain (loss) on FX derivatives transactions– BM&F	(9,649)	(68,317)	608.0%
Net gain (loss) from FX variations	(1,098)	17,350	(1,680.1%)
FX variation – gains	50,913	68,654	34.8%
FX variation expenses	(52,011)	(51,304)	(1.4%)
Profit/loss on other financial assets – SCPs	18,204	52,233	186.9%
Profit/loss on other financial assets – SCPs	18,204	52,233	186.9%
Profit/loss on Structured Transaction Certificate (COE)	29,531	(3,105)	(110.5%)
Profit/loss on Structured Transaction Certificate (COE)	29,531	(3,105)	(110.5%)
Other financial transactions	8,152	(9,096)	(211.6%)
Active interest	35,684	16,939	(52.5%)
Interest received from clients	2,972	2,969	(0.1%)
Bank expenses	(7,407)	(6,749)	(8.9%)
Borrowing costs	(9,106)	(9,967)	9.5%
PIS and Cofins taxes on financial revenues	(8,320)	(7,360)	(11.5%)
Other financial revenues (expenses)	(5,671)	(4,928)	(13.1%)
Gains on adjustments to present value	116,186	116,621	0.4%
Adjustments to present value	116,186	116,621	0.4%
Accounting net financial revenue	317,041	255,255	(19.5%)
(+) Equity Method (SCPs)	1,812	109,913	5,965.8%
Recurring net financial revenue	318,853	365,168	14.5%

Net income for the year

In 2024, recurring net income registered a growth of 20.5% compared to the same period in 2023. The recurring net margin also showed improvement, rising from 27.2% in 2023 to 30.3% in 2024, which represents an increase of 3.1 percentage points.

In thousands of R\$	2023	2024	Change 2024/2023
Net income for the year	557,671	735,236	31.8%
Non-recurring effect	103,499	61,222	(40.8%)
Recurring net income for the year	661,170	796,458	20.5%
Net margin	22.9%	28.0%	5.1 pp
Recurring net margin	27.2%	30.3%	3.1 pp

ii. Factors that materially affected operating results

In 2023, we had non-recurring items related to: procedural credits of R\$8.2 million, exchange rate variation on low investment – foreign subsidiaries of R\$7.5 million, legal advisory expenses of R\$2.5 million, discontinuation of investments abroad of R\$18.4 million, inventory recycling – foreign subsidiaries of R\$1.0 million, franchise management of R\$13.2 million, compensation to representatives of R\$1.3 million, legal proceedings of R\$5.6 million, estimated losses from doubtful accounts of R\$17.2 million and equity income of R\$63.0 million.

In 2024, we had non-recurring items related to: procedural credits of R\$5.6 million; low investment in controlled companies of R\$0.3 million; reversal of estimated losses from doubtful accounts of R\$14.3 million; equity income of R\$46.5 million; legal advisory of R\$3.2 million; discontinued investments – foreign subsidiaries R\$0.7 million; public calamity donation – RS R\$1.2 million; franchise management R\$7.7 million and legal proceedings R\$4.7 million.

We present below the reconciliation of the Operational EBIT and EBITDA:

EBIT / EBITDA reconciliation- In thousands of reais	2023	2024	Change 2024/2023
Net income for the year	557,671	735,236	31.8%
Taxes on profit	34,298	77,583	126.2%
Net financial revenue	(317,041)	(255,255)	(19.5%)
EBIT	274,928	557,564	102.8%
Depreciation and amortization	95,796	84,371	(11.9%)
EBITDA	370,724	641,935	73.2%
Non-recurring effect	106,511	(49,213)	(146.2%)
Recurring EBIT	370,724	641,935	73.2%
Recurring EBITDA	477,235	592,722	24.2%
EBIT margin	11.3%	21.2%	9.9 pp
Recurring EBIT margin	15.7%	24.4%	9.2 pp
EBITDA margin	15.2%	24.4%	9.2 pp
Recurring EBITDA margin	19.6%	22.5%	2.9 pp

b. Changes in revenues attributable to the introduction of new products and services, volume fluctuations, and pricing, exchange rate, and inflation fluctuations:

Changes in the number of pairs sold, the gross revenue per pair, and the exchange rate on export have an effect on our operational revenues. The impact of the mentioned factors can be seen in the following tables:

Gross revenue (in thousands of R\$)	2023	2024	Change 2024-2023	
			R\$	%
Domestic market R\$	2,454,904	2,654,898	199,994	8.1%
Exports R\$	555,472	581,925	26,453	4.8%
Exports (US\$)	111,206	107,974	(3,232)	(2.9%)
Total	3,010,376	3,236,823	226,447	7.5%

Sales Volume (In thousands of pairs))	2023	2024	Change 2024-2023	
			Pairs	%
Domestic market	113,035	114,148	1,113	1.0%
Exports	26,624	25,300	(1,324)	(5.0%)
Total	139,659	139,448	(211)	(0.2%)

Gross sales revenue per pair (R\$)	2023	2024	Change 2024-2023	
			R\$	%
Domestic market R\$	21.72	23.26	1.54	7.1%
Exports R\$	20.86	23.00	2.14	10.3%
Exports (US\$)	4.18	4.27	0.09	2.2%
Total	21.56	23.21	1.65	7.7%

Variation in Reais of footwear's gross sales in the domestic and external markets due to volume and gross sales revenue per pair.	
2023– 2024	R\$ thousands
Change in DM volume x gross revenue of the previous year (1,113 x 21.72)	24,172
Change in FM volume vs gross revenue per pair of previous year (-1,324 x 20.86)	(27,623)
Revenue variation - due to volumes	(3,451)
Gross revenue per pair variation - Domestic Market vs. Domestic Market Volume current year (1.54 x 114,148)	175,822
Gross revenue per pair variation – FM vs FM Volume current year (2.14 x 25,300)	54,076
Variable revenue - depending on gross revenue per pair	229,898
Total	226,447

Variation in Brazilian reais of footwear's gross sales in the domestic and external markets due to volume and gross sales revenue per pair.	
2023– 2024	US\$ thousands
Variation in FM volume vs gross revenue per pair of previous year (-1,324 x 4.18)	(5,530)
Revenue variation - due to volumes	(5,530)
Gross revenue per pair variation – FM vs FM Volume current year (0.09 x 25,300)	2,298
Variable revenue - depending on gross revenue per pair	2,298
Total	(3,232)

The business model used by Grendene takes into account the company's performance in fashion-driven markets, where it displays a significant number of new styles in each period as a competitive advantage. Each of the company's styles is part of a collection with an average shelf life of 90 to 180 days. The products are primarily manufactured on customer orders.

c. Relevant impacts from inflation, price fluctuation of the primary inputs and outputs, exchange rates, and interest rates on the operating result and financial result of the issuer are as follows:

Each quarter, Grendene introduces new collections and introduces a new pricing structure to the market (for each new collection). With such a business model, any changes in expenses are reflected in the final pricing whenever demand and the purchasing power of consumers allow. So, inflation indirectly influences our results by influencing the consumer's disposable money for consumption of our products. Our main inputs are commodities priced in dollars on the foreign market.

The exchange rate affects our costs to the extent that it affects the BRL prices of these commodities when converted to BRL. This is not a linear relationship, however, because the price of goods in USD changes based on supply and demand on the worldwide market (when the BRL appreciates, the price of commodities in BRL becomes cheaper; in these cases, there is usually also a variation in the price of commodities in USD, compensating part of this effect). On the other hand, the exchange rate has a beneficial effect on our export revenues, which contributes positively to our margins as the majority of our expenses are priced in BRL.

Interest rates do not directly affect the Company's operating result, only the financial result. The Company maintains a significant balance of cash and equivalents and financial investments (ST and LT), which as of December 31, 2024, was R\$1,603.2 million (R\$1,252.3 million in 2023). These resources are primarily invested in the financial market, where they generate interest rates comparable to the SELIC. Any variations in the interest rates practiced in the market will affect the remuneration of these resources.

The rise in interest rates can have an indirect impact on the spending power of our consumers.

The following table displays the variants for the items listed:

	2023	2024	Change 2024/2023
Gross sales revenue per pair, DM (R\$)	21.72	23.26	7.1%
Gross sales revenue per pair, FM (R\$)	20.86	23.00	10.3%
Gross sales revenue per pair, FM (R\$)	4.18	4.27	2.2%
Gross sales revenue per pair (R\$)	21.56	23.21	7.7%
COGS per pair (R\$)	9.67	9.95	2.9%
Rate R\$ / US\$ (Final)	4.8413	6.1923	27.9%
Rate R\$ / US\$ (Average)	4.9950	5.3895	7.9%
IGP-M	-3.18%	6.54%	
Broad IPCA	4.62%	4.83%	

2.3 – Officers must comment on:

a. Changes in accounting procedures have had a substantial impact on the data supplied in fields 2.1 and 2.2.

The individual and consolidated financial statements of the Company has been prepared in accordance with accounting policies adopted in Brazil, issued by the Accounting Pronouncements Committee (CPC), and rules of the Brazilian Securities Commission (Comissão de Valores Mobiliários – CVM), obeying the accounting rules stated in the Brazilian Corporation Law legislation (Law 6.406/76) and also International Financial Reporting Standards (IFRS) issued by the International Accounting Standards Board (IASB).

Rules, and interpretations of rules, not yet in force

On the date of issue of these financial statements, the Group had not adopted the following new and/or revised international financial reporting standards, which had been issued but were not yet in force:

Revisions	Nature of change	Comes into force
IFRS 21 / CPC 02 (R3): <i>Effects of changes in foreign exchange rates and conversion of financial statements</i>	The changes made to this standard require companies to apply a consistent approach when assessing whether one currency can be exchanged for another. Where exchange is not possible, companies must determine the exchange rate to be used and provide the necessary disclosures.	January 1, 2025.
IAS 28 / CPC 18 (R3): <i>Investments in associates, subsidiaries and jointly-controlled subsidiaries</i>	This standard incorporated the equity method for valuation of investments in controlled entities in the Individual Financial Statements, in accordance with Law 6,404/76. The change in IAS 27/CPC 35 allowed application of the equity method in Separate Financial Statements, thus coming into line with Brazilian practice.	January 1, 2025.
ICPC 9 (R3): <i>Individual, Separate and Consolidated financial statements, and application of the equity method</i>	The interpretation was adjusted to correct the wording and references, in response to the changes introduced by CPC 18 (R3).	January 1, 2025.
Amendments to IFRS 7 and IFRS 9: <i>Classification and measurement of financial instruments</i>	The amendments deal with a range of accounting practices, seeking to make them more transparent and coherent. The more significant aspects include: (i) classification of financial assets with ESG and similar characteristics; and (ii) settlement of liabilities through electronic payment systems.	January 1, 2026.
IFRS S1/ NBC TDS 1: <i>General requirements for disclosure of sustainability-related financial information</i>	This standard requires entities to provide such significant information on their risks and opportunities related to sustainability as could be useful to main users of financial reporting when making decisions about providing funds to the entity.	January 1, 2026.
IFRS S2 / NBC TDS 2: <i>Climate-related disclosures</i>	This standard requires entities to disclose information about risks and opportunities related to climate change that is significant for the main users of financial reporting when making decisions about providing funds to the entity.	January 1, 2026.
IFRS 18: <i>Presentation and disclosure of financial statements</i>	This will replace IAS 1 – <i>Presentation of financial statements</i> , promoting consistency in the presentation and disclosure of financial statements. Key changes include: (i) new categories and subtotals in the Profit and loss account: Operational, Investment and Financing; (ii) new subtotals required in the P&L; (iii) improved requirements for grouping of information – aggregation, disaggregation and labeling; and (iv) requirements for disclosures on management-defined performance measures (MPMs).	January 1, 2027.
IFRS 19: <i>Subsidiaries without public accountability</i>	This standard allows subsidiaries that do not have an obligation of public accountability, whose controlling stockholders draw up consolidated financial statements in accordance with IFRS, to provide reduced disclosures when applying international accounting standards in their financial statements. IFRS 19 is optional for eligible subsidiaries.	January 1, 2027.

The adjustments to wording and references related to the text of the international standards in IAS21/CPC 02 (R3), IAS 28/CPC 18 (R3), ICPC 09 (R3), IFRS 7 and IFRS 9 have no impact on the Company. The Company's management does not expect adoption of the standards listed above to have any significant impact on its individual or consolidated financial statements.

b. Modified opinions and emphases present in the auditor's report:

There are no modified opinions and emphases in the auditor's opinion.

2.4 – Directors shall comment on the relevant effects that the following events have caused or are expected to cause in the issuer's financial statements and in its results:

a. Introduction or disposal of operating segment.

In 2023 and 2024, there was no introduction or disposal of an Operating Segment that had or was projected to have a major impact on the financial statements or results of the Company.

b. Constitution, acquisition or disposal of equity interest.

On October 7, 2021, Grendene entered into binding agreements with Radar Private Fund I LP ("Radar Private"), a fund managed by Radar Gestora de Recursos Ltda ("Radar"), for the establishment of a joint venture ("JV") based in the United Kingdom, to be named Grendene Global Brands Limited (GGB). The JV aimed to distribute and market Grendene's products in international markets, with the initial destinations being the USA, Canada, China, and Hong Kong, and operations commencing in 2022. Radar held 50.1% of the JV's share capital, while Grendene owned 49.9%.

On November 29, 2024, Grendene acquired the remaining 50.1% of GGB's shares, gaining full ownership of the company. With this transaction, GGB transitioned from a joint venture to a wholly owned subsidiary of Grendene. This acquisition aligns with the Company's strategy of internationalization, strengthening its global presence, and expanding digitalization and direct-to-consumer (DTC) sales initiatives.

c. Unusual events or operations.

In 2023 and 2024, no unusual events or operations occurred with respect to the Company and/or its activities.

2.5 – If the issuer has disclosed, during the last fiscal year, or wishes to disclose in this form, non-IFRS measures such as EBITDA (earnings before interest, taxes, depreciation, and amortization) or EBIT (earnings before interest and income tax), the issuer must:

a. Inform the value of the non-accounting measurements.

In 2024, we had non-recurring items related to: procedural credits of R\$5.6 million; reduced controlled investment of R\$0.3 million; reversal of estimated losses on doubtful debts of R\$14.3 million; equity income of R\$46.5 million; legal advice of R\$3.2 million; discontinuation of investments – foreign subsidiaries of R\$0.7 million; donation due to public calamity-RS of R\$1.2 million; franchise management of R\$7.7 million and legal proceedings of R\$4.7 million.

b. Perform reconciliations between the declared amounts and the audited financial statements' amounts.

EBIT / EBITDA reconciliation– In thousands of reais	2023	2024	Change 2024/2023
Net income for the year	557,671	735,236	31.8%
Taxes on profit	34,298	77,583	126.2%
Net financial revenue	(317,041)	(255,255)	(19.5%)
EBIT	274,928	557,564	102.8%
Depreciation and amortization	95,796	84,371	(11.9%)
EBITDA	370,724	641,935	73.2%
Non-recurring effect	108,323	(49,213)	(146.2%)
Recurring EBIT	383,251	508,351	33.3%
Recurring EBITDA	479,047	592,722	24.2%
EBIT margin	11.3%	21.2%	9.9 pp
Recurring EBIT margin	15.7%	19.3%	3.6 pp
EBITDA margin	15.2%	24.4%	9.2 pp
Recurring EBITDA margin	19.7%	22.5%	2.9 pp

c. Explain why they believe that such a measurement is more appropriate for a correct understanding of its financial condition and the results of its operations.

We believe that the exclusion of the non-recurring items specified in Item 2.5, Letter "a" helps to comprehend the financial status and the result of the company's operations in a more appropriate and accurate manner by excluding and/or including non-recurring items.

2.6 – Identify and remark on any subsequent occurrences that have a significant impact on the fiscal year's final financial results.

MN Vila Participações S.A.: In accordance with the guidelines established by the Investment Committee, on February 21, 2025 the Company executed the First Amendment to the shareholders' agreement of MN Vila Participações S.A., consisting of adjustments to the special-purpose companies in which it is a participating partner for development of real estate ventures.

2.7 – Directors should comment on the destination of social results, indicating:

a. rules on retention of profits

According to Grendene's Bylaws, in its Article 32, 'Shareholders are entitled to an annual mandatory dividend equivalent to at least 25% (twenty-five percent) of the net income for the year, decreased or increased by the following values:

- a. five percent (5%) for the constitution of the legal reserve, until it reaches the limits established by law; and
- b. amount destined to the formation of reserves for contingencies, and reversal of these reserves that have been formed in previous years as provided for in Article 195 of the Brazilian Corporations Law.

§1: The payment of the dividend referred to in this article is limited to the amount of net income for the year that has been realized, and the difference is recorded as an unrealized profit reserve as provided for in Article 197 of the Brazilian Corporations Law. Profits recorded in the unrealized profits reserve, when realized, if they have not been absorbed by losses in subsequent years, must be added to the first dividend declared after realization.

§2: The general meeting may, at the proposal of the management bodies, allocate a portion of the net income to the constitution and/or maintenance of a statutory profit reserve called "Reserve for Acquisition of Shares", which will have the purpose of redeeming, repurchasing or acquiring of shares of its own issuance, including to fulfill its obligations to deliver shares to the participants of the Company's Stock Option Plan approved by the same, who exercise their options. The Share Acquisition Reserve may be formed with up to 100% of the net income remaining after legal and statutory deductions, and the balance of which will have a maximum limit of 20% of the Share Capital. At the end of the fiscal year, any remaining unused balance of this reserve may be used for the same purpose for the next year if the board of directors believes it necessary, subject to approval by the General Meeting; otherwise, the balance will be returned to the payment of dividends. According to Article 198 of the Brazilian Corporations Law, the allocation of profits for the creation of the Capital Redemption Reserve Account cannot be allowed at the expense of the payment of the mandatory dividend.

§3: Following the relevant legal requirements, particularly Article 202, paragraph 6, of Law No. 6,404/76, the Board of Directors will allocate the remaining profits in accordance with the resolution that the General Meeting approved.

Additionally, according to Article 35 of the Bylaws, "The General Meeting may, at the proposal of the management bodies, allocate to the tax incentive reserve, in accordance with Article 195-A of Law 6.404/76, as amended by Law 11.638/07, the portion of net income resulting from donations or government grants for investments, which may be excluded from the basis for calculating the mandatory dividend."

In 2023 and 2024, the Company allocated all funds received as investment subsidies to the tax incentive reserve, as permitted by law and the Bylaws.

Retained Earnings Amounts		
Allocation of net income for the fiscal year	2023	2024
Net income for the year	557,670,992.91	735,235,785.91
Reserve of tax incentives for investment grants	(274,688,369.97)	(257,188,892.14)
Legal reserve*	-	(23.902.344,72)
Basis for calculating the minimum mandatory dividend – 25%	282,982,622.94	454,144,549.05
Dividends prescribed	4,791.44	16,492.00
Amount of the dividend proposed by the management	282,987,414.38	454,161,041.25
Allocation of dividends:		
Mandatory dividend – 25%	70,745,655.74	113,536,137.26
Dividend proposed in excess of the mandatory minimum	97,241,758.64	175,624,903.99
Interest on distributed equity (IOE)	115,000,000.00	165,000,000.00
Amounts of retained profit	274,683,578.53	281,074,744.66
% in relation to total reported profits	49.3%	38.2%

b. dividend distribution rules

According to Article 33 of the Bylaws, the Company may, *“Upon resolution of the Board of Directors, pay its shareholders interest on equity, which shall be imputed to the mandatory dividend referred to in Article 32, with such amount being included in the total dividends distributed by the Company for all purposes.”*

Also, according to the Sole Paragraph to the mentioned article of the Bylaws, *“Upon resolution of the Board of Directors, the Company may pay its shareholders dividends from accumulated profits of previous fiscal years.”*

Furthermore, pursuant to the Sole Paragraph of Article 34 of the Bylaws, *“The dividends do not accrue interest, and if not claimed by any shareholder within three years from the date of the resolution for their distribution, they will revert to the Company.”*

c. Dividend distribution frequency

According to Article 34 of its Bylaws, *“The Company may prepare semiannual, quarterly, or shorter period financial statements and declare, by resolution of the Board of Directors, dividends from the profit determined in these statements, as part of the total to be distributed at the end of the respective fiscal year, observing the limitations provided by law. Dividends declared in this way constitute an anticipation of the mandatory dividend referred to in Article 32.”*

In the years 2023 and 2024 the Company declared and paid dividends quarterly.

d. Restrictions on dividend distribution imposed by legislation or specific regulations applicable to the issuer, as well as contracts, judicial, administrative, or arbitration rulings.

According to Article 32, §1, of the Bylaws, *“The payment of the dividend referred to in this article is limited to the amount of the net income for the year that has been realized, and the difference is recorded as a reserve for unrealized profits in accordance with Article 197 of the Brazilian Corporations Law. [...]”*

e. If the issuer has an officially approved policy for allocation of net income, the issuer must inform the body responsible for approval, the date of approval, and the website url where the document can be seen.

As disclosed in the Material Fact, the Board of Directors meeting held on March 2, 2023, approved the Company's new Dividend Policy, which is effective for an indefinite period. The policy establishes the mandatory distribution of 25% (twenty-five percent) of the net income for the fiscal year, in accordance with the Brazilian Corporate Law, after the establishment of legal and statutory reserves. It also allows for payments in the form of interest on equity (“JCP”), as permitted by law. Thus, the payment of additional dividends (extraordinary dividends), beyond the legal minimum, will be decided by the Board of Directors “*ad referendum*” of the General Meeting of shareholders.

However, as previously practiced by the Company, the amount to be distributed each year will be proposed by management (“*ad referendum*” of the shareholders' meeting) after an evaluation considering, among other factors, the Company's capitalization level, financial leverage, and liquidity, its cash generation capacity, investment plans, anticipated capital utilization for expected business growth, and/or the need for resources to support ongoing share buyback programs.

Additionally, we will maintain our quarterly dividend distribution policy.

The Company's Dividends Policy, as amended, can be found on the Internet at: <https://ri.grendene.com.br/EN/Corporate-Governance/By-laws-Policies-and-Regulations>.

2.8 – Directors shall describe the relevant items not disclosed in the issuer’s financial statements, indicating:

a. Assets and liabilities held by the issuer, directly or indirectly, that do not appear on its balance sheet (off-balance sheet items), such as:

i) Receivables portfolios written off over which the entity has neither retained nor substantially transferred the risks and rewards of ownership of the transferred asset, indicating the respective liabilities.

Not Applicable

ii) Contracts for the future purchase and sale of products or services

Not Applicable

iii) Unfinished construction contracts

Not Applicable

iv) Contracts for future financing collections

Not Applicable

b. Other items not shown in the financial statements

The Company does not have any operations, contracts, obligations or other types of commitments with unconsolidated subsidiaries or other operations that may have a material effect, present or future, on its financial condition and/or changes in its financial condition, income or expenses, operating results, liquidity, capital expenditures or capital resources that are not recorded on its balance sheet.

2.9 – For each of the items not disclosed in the financial statements indicated in item 2.8, the directors must comment:

- a. How such items change or may change the issuer's revenues, expenses, operating income, financial expenses, and other financial statement items.**

Not Applicable

- b. Nature and purpose of the operation.**

Not Applicable

- c. Nature and number of obligations assumed, and rights generated in favor of the issuer as a result of the transaction.**

Not Applicable

2.10 – Directors must indicate and comment on the main elements of the issuer's business plan, specifically exploring the following topics:

a. Investments, including:

i) Quantitative and qualitative description of ongoing and planned investments

Maintenance of industrial structures and facilities, replacement of fixed assets, procurement of new equipment to upgrade the industrial park, and different projects to improve the company's performance were the primary investments in 2023 and 2024.

The composition of the investments is shown in the following table:

In thousands of R\$	2023	2024	Change 2024/2023
Investments (fixed and intangible)	122,876	187,381	52.5%

The quantitative and qualitative descriptions of ongoing and planned investments are described in items 2.10.b and 2.10.c.

ii) Investment financing sources

The Company is able to make all investments with its own resources.

iii) Relevant divestments in progress and expected divestments.

There are no relevant divestments in progress and no divestments are planned.

b. Provided it has already been disclosed, indicate the acquisition of plants, equipment, patents or other assets that should materially influence the issuer's production capacity.

We do not foresee the acquisition of industrial plants, equipment, patents or other assets that should materially influence our production capacity.

c. New products and services, indicating:

Grendene operates in the footwear industry, which has significant fashion elements, and its business model is comparable to what is known as "fast fashion" on the market, which consists of producing a considerable number of goods per year, creating multiple collections. In this way, Grendene's product portfolio is entirely renewed every 90 to 180 days.

To ensure the success and acceptance of these collections, Grendene continuously monitors the market, maintaining close communication with the points of sale and carrying out market research with target consumers about its launch proposals. This effort also includes participation in numerous national and international fairs where the reactions of purchasers to products can be monitored and evaluated.

i) Description of ongoing research that have already been released.

Grendene does not disclose ongoing research on the characteristics of its business but shows the result in the form of products at launches, which generally occur during participation in exhibitions and events.

ii) Total amounts spent by the issuer on research for the development of new products or services.

In thousands of R\$	2023	2024	Change 2024/2023
Investment in R&D of new products	51,212	46,657	(8.9%)

iii) Previously announced development projects

See item 2.10.b and 2.10.c.

iv) Total amounts spent by the issuer on the development of new products or services.

We do not distinguish these expenses from those presented in item 2.10.c. ii.

d. Opportunities embedded in the issuer's business plan related to ESG issues:

There are numerous opportunities related to Environmental, Social and Governance issues ("ESG"). In light of this, we incorporate sustainability into our company strategy and, supported by an eco-efficient production model, we invest in releasing products with a lower environmental effect, considering the selection of the optimal raw material, and analyzing our products life cycle.

We believe that continuous investments in innovation, boost our value generation and foster a culture of sustainability among our stakeholders. In light of this, we can highlight the launch of collections with lower environmental impact and low carbon emissions, which rely on the use of biomaterials of renewable origin, such as sugar cane and rice husks, in addition to other strategies, such as increasing the percentage of recycled content in footwear and employing post-consumer recycled materials.

2.11 – There are no further issues that have materially impacted operating performance that have not been recognized or discussed in the preceding sections.

There are no further issues that have materially impacted operating performance that have not been recognized or discussed in the preceding sections.

Appendix II

To the Management Proposal for the Company's Annual General Meeting to be held on April 17, 2025.

CVM Resolution No. 81/2022, Article 10, sole paragraph, II

APPENDIX A

Allocation of net income for the year ending on December 31, 2024.

1. Net income for the fiscal year

The net income for the fiscal year ended December 31, 2024, was R\$735,235,785.91 (seven hundred thirty-five million, two hundred thirty-five thousand, seven hundred eighty-five reais and ninety-one centavos).

2. Inform the overall amount and the value per share of the dividends, including advance dividends and interest on equity already declared.

The total amount of dividends (i.e., mandatory minimum dividend plus additional dividend) and interest on equity (IOE) is R\$454,161,041.25 (four hundred fifty-four million, one hundred sixty-one thousand, forty-one reais and twenty-five centavos), corresponding to a gross amount of R\$0.503415183 per share, including advanced dividends and interest on equity already declared, as follows:

- The net income for the fiscal year of 2024 in the amount of R\$454.144.549,05 (four hundred and fifty-four million, one hundred and forty-four thousand, five hundred and forty-nine reais and five cents).
- Prescribed dividends R\$16,492.20 (sixteen thousand four hundred ninety-two reais and twenty cents) - Law No. 6.404/76, article 287, item II, clause a.

The advance payments made and the proposed balance of dividend and IOE to be paid are shown in the following table:

Dividends and IOE already distributed/proposed, deliberated by the Board of Directors

Payment: Credit in current account							
Dividend	Approval Date	Ex-date	Payment starts date	Gross value R\$	Gross value per share R\$	Net value R\$	Net value per share R\$
Dividend ¹	May 9, 2024	May 22, 2024	Jun. 5, 2024	75,786,867.09	0.084006016	75,786,867.09	0.084006016
Dividend ¹	Aug. 8, 2024	Aug. 22, 2024	Sep. 4, 2024	13,222,292.70	0.014656261	13,222,292.70	0.014656261
Dividend ¹	Nov. 7, 2024	Nov. 22, 2024	Dec. 5, 2024	79,592,541.84	0.088224419	79,592,541.84	0.088224419
IOE ¹	Nov. 7, 2024	Nov. 22, 2024	Dec. 5, 2024	55,000,000.00	0.060964796	46,750,000.00	0.051820076
Dividend ¹	Feb. 27, 2025	Apr. 23, 2025	May 7, 2025	120,559,339.62	0.133634100	120,559,339.62	0.133634100
IOE ¹	Feb. 27, 2025	Apr. 23, 2025	May 7, 2025	110,000,000.00	0.121929591	93,500,000.00	0.103640153
Total				454,161,041.25	0.503415183	429,411,041.25	0.475981025

¹ Dividends approved subject to ratification by the Annual General Meeting of Stockholders that considers the financial statements for the 2024 business year.

3. Inform the percentage of net income distributed for the fiscal year.

In 2024, the percentage of dividends (i.e., mandatory minimum dividend plus additional dividend) and gross interest on equity (IOE) distributed by the Company, in relation to both net income for the fiscal year and net income after the allocation to the legal reserve, was 63.8%.

4. Inform the overall amount and the value per share of dividends distributed on the basis of profit from previous financial years.

At the Board of Directors' meeting held on February 27, 2025, it was proposed (*ad referendum* of the AGM) a gross amount of R\$16,492.20 (sixteen thousand, four hundred ninety-two reais and twenty centavos) related to unclaimed dividends from the 2019, 2020, and 2021 fiscal years, pursuant to Article 287, II, "a" of Law 6,404/76, corresponding to R\$0.000018281 per share.

5. Inform, net of advance dividends and declared interest on equity:

a) The gross dividend value and interest on equity, segregated, by share of each type and class.

Grendene has only one species and one class of action (ON). Only dividend ratification and IOE approval in advance by the Board of Directors are proposed (refer to the table in item 2 above).

b) The form and term of payment of dividends and interest on equity

Refer to the table in item 2 above.

c) Possible incidence of update and interest on dividends and interest on equity

Not Applicable

d) Date of the declaration of payment of dividends and interest on equity considered for identification of shareholders who will be entitled to their receipt.

Refer to the table in item 2 above.

6. If there has been a declaration of dividends or interest on equity on the basis of profits calculated on half-yearly balance sheets or shorter periods

a) Inform the number of dividends or interest on equity already declared.

Refer to the table in item 2 above.

b) Inform the date of the respective payments.

Refer to the table in item 2 above.

7. Provide comparative table indicating the following values per action of each type and class:

a) Net income for the financial year and the previous three years

In Brazilian reais	2022	2023	2024
Net income for the year (R\$)	568,027,378.53	557,670,992.91	735,235,785.91
Earnings per ON share (common shares) (R\$)	0.6298	0.6182	0.8149

b) Dividend and interest on equity distributed in the three previous years.

In Brazilian reais	2022	2023 ¹	2024
Type and Class of Shares	ON (common shares)	ON (common shares)	ON (common shares)
Dividends + IOE (R\$)	316,639,487.09	282,982,622.94	454,144,549.05
Dividends +IOE per share (R\$)	0.351048254	0.313672774	0.503415183
Dividends (R\$)	117,639,487.09	167,982,622.94	289,144,549.05
Dividend Per Share (R\$)	0.130436138	0.186200863	0.320520796
Gross IOE (R\$)	199,000,000.00	115,000,000.00	165,000,000.00
IOE per share (R\$)	0.220612116	0.127471911	0.182894387
Net IOE (R\$)	169,150,000.00	97,750,000.00	140,250,000.00
IOE per share (R\$)	0.187520298	0.108351124	0.155460229

8. If profits are allocated to the legal reserve

a) Identify the amount designated for the legal reserve.

The Company did not allocate funds to the legal reserve in the 2023 fiscal year, pursuant to Article 193 of the Brazilian Corporate Law, as the maximum limit for the Legal Reserve was reached in the 2022 fiscal year. Thus, the total amount allocated to the legal reserve for the 2024 fiscal year, based on Article 193 of the Brazilian Corporate Law, is R\$23,902,344.72, which corresponds to 5% of the net income for the year, as shown in the table below.

In Brazilian reais	2022	2023	2024
Legal reserve	16,665,236.16	0.00	23,902,344.72

b) Basis for calculation of the Legal reserve

In Brazilian reais	2022	2023	2024
Net income for the period	568,027,378.53	557,670,992.91	735,235,785.91
Tax Incentives reserve	(234,722,655.28)	(274,688,369.97)	(257,188,892.14)
Basis for calculation of the Legal reserve	333,304,723.25	282,982,622.94	454,144,549.05
Legal reserve (5%)	16,665,236.16	0.00	23,902,344.72

9. If the Company has preferred shares entitled to fixed or minimum dividends

- Describe the form of calculations of fixed or minimum dividends.**
- Inform whether the profit for the financial year is sufficient for the full payment of the fixed or minimum dividends.**
- Identify if any unpaid portion is cumulative.**
- Identify the total amount of fixed or minimum dividends to be paid to each class of preferred shares.**
- Identify the fixed or minimum dividends to be paid to each class of preferred shares.**

Not Applicable, the Company does not have preferred shares.

10. In relation to the mandatory dividend

a) Describe the calculation method provided in the Bylaws.

The Company's Bylaws, approved on April 22, 2024, define in the following reproduced articles the method of calculating the mandatory dividend:

Article 32: shareholders are entitled to an annual mandatory dividend equivalent to at least twenty-five percent (25%) of the net income for the year, reduced or increased by the following amounts:

a) five percent (5%) for the constitution of the legal reserve, until it reaches the limits established by law; and

b) the amount allocated to the formation of reserves for contingencies, and the reversal of those reserves that have been formed in previous fiscal years, in accordance with Article 195 of the Brazilian Corporations Law.

§1: The payment of the dividend referred to in this article is limited to the amount of net income for the year that has been realized, and the difference is recorded as an unrealized profit reserve as provided for in Article 197 of the Brazilian Corporations Law. Profits recorded in the unrealized profits reserve, when realized, if they have not been absorbed by losses in subsequent years, must be added to the first dividend declared after realization.

§2: The general meeting may, at the proposal of the management bodies, allocate a portion of the net income to the constitution and/or maintenance of a statutory profit reserve called "Reserve for Acquisition of Shares", which will have the purpose of redeeming, repurchasing or acquiring of shares of its own issuance, including to fulfill its obligations to deliver shares to the participants of the Company's Stock Option Plan approved by the same, who exercise their options. The Share Acquisition Reserve may be formed with up to 100% of the net income remaining after legal and statutory deductions, and the balance of which will have a maximum limit of 20% of the Share Capital. At the end of the fiscal year, any remaining unused balance of this reserve may be used for the same purpose for the next year if the board of directors believes it necessary, subject to approval by the General Meeting; otherwise, the balance will be returned to the payment of dividends. According to Article 198 of the Brazilian Corporations Law, the allocation of profits for the creation of the Capital Redemption Reserve Account cannot be allowed at the expense of the payment of the mandatory dividend.

§3: The remaining profits shall be allocated as approved by the General Meeting, in accordance with the proposal formulated by the Board of Directors, observing the applicable legal provisions, notably Article 202, §6, of Law No. 6,404/76.

Article 33 - By resolution of the Board of Directors, the Company may pay its shareholders interest on equity, which shall be imputed to the mandatory dividend referred to in Article 32, with such amount being included in the total dividends distributed by the Company for all purposes.

Sole Paragraph: By resolution of the Board of Directors, the Company may pay dividends to its shareholders from accumulated profits from previous fiscal years.

Article 34 - The Company may prepare semiannual, quarterly, or shorter period financial statements and declare, by resolution of the Board of Directors, dividends from the profit determined in these statements, as part of the total to be distributed at the end of the respective fiscal year, observing the limitations provided by law. Dividends declared in this way constitute an anticipation of the mandatory dividend referred to in Article 32.

Sole Paragraph - Dividends do not bear interest, and if not claimed by any shareholder within three (3) years from the date of the resolution of their distribution, they will revert to the Company.

Article 35 The general meeting may, in accordance with Article 195-A of Law No. 6,404/76, as amended by Law No. 11,638/07, allocate to the tax incentives reserve the portion of net income resulting from donations or government subsidies for investments that may be excluded from the calculation base for the mandatory dividend.

b) Inform if it is being paid in full.

Yes, the mandatory dividend is being fully paid by the Company, corresponding to 25% of net income, as established in Article 32 of the Company's Bylaws.

c) Inform any amount withheld.

There was no retention of the mandatory dividend, as demonstrated below:

In Brazilian reais	2022	2023	2024
Mandatory dividend (25%)	79,159,871.77	70,745,655.74	113,536,137.26
Dividend proposed in excess of the mandatory minimum – fiscal year 2022	237,479,615.32	212,236,967.20	340,608,411.79
Subtotal	316,639,487.09	282,982,622.94	454,144,549.05
Additional dividend	1,000,000,000.00	4,791.44	16,492.20
Total	1,316,639,487.09	282,987,414.38	454,161,041.25

11. There is retention of the mandatory dividend due to the financial situation of the Company.

a. Inform the amount of the retention.

b. Describe in detail the financial situation of the Company, including aspects related to liquidity analysis, working capital and positive cash flows.

c. Justify the withholding of dividends.

There was no retention of the compulsory dividend in 2022, 2023 and 2024.

12. If the result is allocated to reserve contingencies

a. Identify the amount designated for the reserve.

b. Identify the loss considered probable and its cause.

c. Explain why the loss was considered probable.

d. Justify the constitution of the reserve.

There was no allocation of results to contingency reserves.

13. If there is allocation of results to reserve for unrealized profits

a. Inform the amount allocated to reserve for unrealized profits.

b. Inform the nature of the unrealized profits that originated the reserve.

There was no allocation of profit for unrealized profit reserve.

14. If there is allocation of profit for statutory reserves

a. Describe the statutory clauses that establish the reserve.

As per Article 32, §2 of the Bylaws, "The general meeting may, in response to a proposal from the administrative bodies, allocate a fraction of the net income towards the establishment and/or upkeep of a statutory profit reserve known as the "Share Acquisition Reserve." This reserve shall be utilized for the redemption, repurchase, or acquisition of shares that the general meeting has issued itself, including to fulfill its duty of delivering shares to participants of the Company's Stock Option Plan. The Share Acquisition Reserve may be formed with up to 100% of the net income remaining after legal and statutory deductions, and the balance of which will have a maximum limit of 20% of the Share Capital. At the end of the fiscal year, any remaining unused balance of this reserve may be used for the same purpose for the next year if the board of directors believes it necessary, subject to approval by the General Meeting; otherwise, the balance will be returned to the payment of dividends. In accordance with Article 198 of the Brazilian Corporations Law, the allocation of profits to the Share Acquisition Reserve shall not be approved to the detriment of the distribution of the mandatory dividend."

b. Identify the amount designated for the reserve.

In Brazilian reais	2022	2023	2024
Allocation of reserve for acquisition of shares	0.00	0.00	0.00

No amount was allocated to the reserve.

c. Describe how the amount was calculated.

There will be 886,926 exercisable options to purchase or subscribe to shares in 2025. For 2026, the availability of 2,050.899 options to purchase or subscribe to shares is foreseen for exercise by the executives benefiting from the plans.

The Board of Directors believes that the acquisition of ordinary shares of the Company in the market is the best way to fulfill this purpose. As a consequence, the Company retains the reserve balance for share acquisitions at R\$10,682,779.86 in order to accomplish this goal.

15. If there is a retention of profits foreseen in the capital budget

a. Inform the amount of the retention.

b. Provide copy of the capital budget

There was no retention of profits foreseen in the capital budget.

16. If there is allocation of profit to the tax incentives reserve

a. Inform the amount allocated for the reserve.

In Brazilian reais	2022	2023	2024
Tax Incentives reserve	234,722,655.28	274,688,369.97	257,188,892.14

b. Explain the nature of destination.

In Brazilian reais	2022	2023	2024
ICMS (Provin, Proade and Proapi)	175,947,355.43	199,176,210.26	136,430,678.51
Income Tax (IRPJ)	58,775,299.85	75,512,159.71	120,758,213.63
Total	234,722,655.28	274,688,369.97	257,188,892.14

Appendix III

To the Management Proposal for the Company's Annual General Meeting to be held on April 17, 2025.

RCVM Resolution No. 81/22, Article 13, items I and II - Proposal for remuneration of administrators; and information outlined in item 8 of the Reference Form.

8 Remuneration policy or practice

8.1 Describe the remuneration policy or practice of the board of directors, statutory and non-statutory executive officers, the fiscal council, statutory committees, and the audit, risk, financial, and remuneration committees, addressing the following aspects.

- a. objectives of the remuneration policy or practice, indicating whether it has been formally approved by the responsible body, the date of approval, and the website url where the document can be seen, if the policy is publicly accessible.**

Grendene's Management Remuneration Policy, approved at the meeting of the Board of Directors on February 24, 2022, summarizes the main remuneration practices and principles, and aims to attract, retain, and compensate in a meritocratic manner the contributions made by the Company's executives.

Thus, the policy defines guidelines and rules for determining the remuneration and benefits awarded to officers, members of the Board of Directors and the Fiscal Council, when constituted, and members of the company's committees.

The primary goals of the Remuneration Policy are: (i) attract, reward, retain, and encourage Executives to conduct business in a sustainable manner, observing appropriate risk limits, and in line with the interests of shareholders. (ii) provide remuneration based on criteria that differentiate performance and also allow for the recognition and appreciation of individual performance; and (iii) ensure the maintenance of standards compatible with the responsibilities of each position and competitive with the benchmark labor market, establishing guidelines for setting any remuneration and benefits granted to Executives.

The Management Remuneration Policy is available for consultation on the CVM, B3 and IR (<https://ri.grendene.com.br>), websites.

- b. practices and procedures adopted by the board of directors to define the individual remuneration of the board of directors and the executive management, indicating:**

- i. the issuer's bodies and committees that participate in the decision-making process, identifying how they participate**
- ii. criteria and methodology used for setting the individual remuneration, indicating whether studies are used to verify market practices and, if so, the comparison criteria and scope of such studies**
- iii. how frequently and precisely the board of directors analyzes the issuer's remuneration policy**

The Board of Directors is the body that defines the individual remuneration of the members of the Board of Directors and the Statutory Officers. The criteria and methodology for determining remuneration take into account the experience required for the position and use market values as a point of reference. These market values are derived from research, articles in business-oriented newspapers and magazines on executive remuneration, and the economic and financial situation of the Company.

Annually, the Board of Directors shall examine the Remuneration Policy to ensure that it is aligned with the responsibilities of each Executive, the workload of the job, the business established by the Company, and its economic and financial state during the relevant fiscal year.

- c. Composition of remuneration, indicating:**

- i. description of the various elements making up the remuneration, including, for each one of them:**

- its objectives and alignment with the issuer's short, medium and long-term interests
- its total remuneration proportion in the last three fiscal years
- its calculation and adjustment methodology
- its main performance indicators taken into account, including, if applicable, indicators linked to ESG issues

The remuneration of the Company's Executives may be composed as follows:

Board of Directors: Members of the Board of Directors earn only a fixed monthly remuneration for the fulfillment of their tasks; consequently, their remuneration consists solely of the aforementioned fixed monthly remuneration

The amount of the fixed remuneration of the members of the Board of Directors is fixed annually by the Annual General Meeting ("AGM"), based on market values and the Company's economic and financial situation.

Advisory Committees: Committee members may be eligible for fixed monthly remuneration, as defined by the Board of Directors.

Fiscal Council: The members of the Fiscal Council, when installed in conformity with the legislation and the Company's bylaws, get only a fixed monthly remuneration for the fulfillment of their functions; consequently, there are no other components to the members' remuneration outside the defined monthly remuneration.

The fixed remuneration of the Fiscal Council is approved by the AGM and respects the limits defined in Law No. 6,404, Article 162, Paragraph 3. The members of the Fiscal Council receive no other type of remuneration.

Statutory and Non-Statutory Executive Board members: The executive board's remuneration is composed of fixed and variable remuneration, being:

Fixed Remuneration: It refers to the fixed monthly salary that aims to remunerate executives under attractive conditions compared to the market in order to attract and retain skilled professionals.

The executive board remuneration is based on their experience and responsibilities. The executives' remuneration is set annually by the Board of Directors.

Variable Remuneration: Refers to share-based remuneration through stock option or stock subscription plans ("Plan"), by which members may invest up to one hundred percent (100%) of their variable remuneration in the acquisition of Company's shares. In summary, the plan consists of the granting of rights to purchase Company shares, subject to price and term rules previously approved at a general meeting, with the primary goal of encouraging and aligning the medium- and long-term interests of our shareholders with those of the executives, in order to maximize the creation of value for the Company through consistent and sustainable results over the medium- and long-term.

The share-based remuneration is regulated by a specific policy under the Stock Option Plan Regulation, duly made available in full on the Company's website (<https://ri.grendene.com.br>).

Other than the fixed and variable remuneration described above, the members of the statutory board receive no other form of remuneration.

The following table illustrates the proportion of each component of total remuneration for each management body:

Period	2022		2023		2024	
Management Body	Fixed Remuneration	Share-based remuneration	Fixed Remuneration	Share-based remuneration	Fixed Remuneration	Share-based remuneration
Board of Directors	100%	-	100%	-	100%	-
Fiscal Council	100%	-	100%	-	100%	-
Statutory Board of Executive Officers	84%	16%	92%	8%	87%	13%
Audit Committee	100%	-	100%	-	100%	-
Ethics Committee	-	-	-	-	-	-
Stock Option Program Management Committee	-	-	-	-	-	-
Investment Committee	-	-	-	-	-	-
Related Parties Committee	-	-	-	-	-	-

Performance Indicators Linked to Share-Based Variable Compensation:

Share-based variable compensation adopts strategic indicators that incorporate ESG criteria, highlighting Grendene's commitment to sustainability, social well-being, and ethical governance. These indicators, integrated into the performance evaluation process, include:

- Product Sustainability: Evaluation of launched products based on environmental criteria, such as the use of eco-friendly materials, low-impact manufacturing processes, and enhanced durability, reflecting the Company's environmental responsibility.
- Customer Satisfaction: An indicator measuring product acceptance in the market, considering factors such as comfort, inclusive design, and accessibility, reinforcing social impact and consumer satisfaction.
- Workplace Environment and Innovation: Promotion of a corporate environment that fosters innovation, diversity, inclusion, and professional development, contributing to the creation of a positive and ethical workplace.
- Operational Performance Evolution: Monitoring the Company's financial and operational performance in relation to market trends, assessing the effectiveness of its strategies and governance practices.
- Competitiveness in Fixed Compensation: Adjustments based on market standards and inflation, ensuring fair and competitive governance practices for retaining talents and executives.

These indicators reinforce Grendene's commitment to sustainability, ethical governance, and consistent results, aligning executive compensation with the Company's and its shareholders' long-term interests.

Grendene continues to monitor global compensation trends to ensure its criteria remain aligned with the best market practices, further strengthening sustainability and corporate governance.

ii. justifications for the remuneration's composition

Fixed remuneration is compared to the values practiced in other companies of the same size. The share-based remuneration reflects the Company's value, resulting from the market's assessment of the Company's performance and the Stock Option Committee's assessment of the evolution of the indicators.

iii. the existence of members not remunerated by the issuer and the reason for that

Except for the members of the Audit Committee, who receive the salary specified by the Board of Directors, the members of the other committees do not receive any remuneration for their duties, as defined in the Company's bylaws.

d. Existence of remuneration supported by subsidiaries, controlled companies or direct or indirect controlling shareholders.

There is no form of remuneration for members of the Board of Directors or Officers supported by subsidiaries, controlled companies or direct or indirect controlling shareholders.

e. Existence of any remuneration or benefit linked to the occurrence of a certain corporate event, such as the sale of the issuer's corporate control.

There is no remuneration or benefit linked to the occurrence of corporate events. However, in the event of the Company's dissolution, merger, acquisition, spin-off, or liquidation, the beneficiaries of the Stock Option Plan may exercise their options that are already exercisable (i.e., with the vesting period having elapsed) between the date of the general meeting of shareholders convened to deliberate on the dissolution, merger, acquisition, spin-off, or liquidation of the Company and the date of its realization. Otherwise, the Options will be terminated, in the same way as the Grant Plan Regulation and the respective Adhesion Agreements

8.2 With regard to the remuneration recognized in the results of the last three (3) fiscal years and that expected for the current fiscal year of the board of directors, statutory directors, and the fiscal council.

Total remuneration of the board of Directors, Statutory Board of Executive Officers and Fiscal board, as the case may be.

Total remuneration expected for the current fiscal year of December 31, 2025 - Annual Values				
	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers	Fiscal Council	Total
Total number of members	7.00	3.00	-	10.00
Number of remunerated members	7.00	3.00	-	10.00
Annual fixed remuneration				
Salary or pro-labore	2,050,000.00	6,200,000.00	0.00	8,200,000.00
Direct and indirect benefits	0.00	0.00	0.00	0.00
Committee Memberships	250,000.00	0.00	0.00	200,000.00
Other	0.00	0.00	0.00	0.00
Description of other fixed remuneration				
Variable Remuneration				
Bonus	0.00	0.00	0.00	0.00
Profit sharing	0.00	0.00	0.00	0.00
Participation in meetings	0.00	0.00	0.00	0.00
Commissions	0.00	0.00	0.00	0.00
Other	0.00	0.00	0.00	0.00
Description of other variable remuneration				
Post-employment	0.00	0.00	0.00	0.00
End of position	0.00	0.00	0.00	0.00
Based on actions	0.00	2,500,000.00	0.00	2,500,000.00
Note				
Total remuneration	2,300,000.00	8,700,000.00	0.00	11,000,000.00

Total remuneration of the fiscal year ending on December 31, 2024– Annual Values				
	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers	Fiscal Council	Total
Total number of members	7.00	3.00	0.00	10.00
Number of remunerated members	7.00	3.00	0.00	10.00
Annual fixed remuneration				
Salary or pro-labore	1,854,160.00	6,107,440.00	0.00	7,961,600.00
Direct and indirect benefits	0.00	0.00	0.00	0.00
Committee Memberships	187,520.00	0.00	0.00	187,520.00
Other	0.00	0.00	0.00	0.00
Description of other fixed remuneration				
Variable Remuneration				
Bonus	0.00	0.00	0.00	0.00
Profit sharing	0.00	0.00	0.00	0.00
Participation in meetings	0.00	0.00	0.00	0.00
Commissions	0.00	0.00	0.00	0.00
Other	0.00	0.00	0.00	0.00
Description of other variable remuneration				
Post-employment	0.00	0.00	0.00	0.00
End of position	0.00	0.00	0.00	0.00
Share-based, including options	0.00	896,241.58	0.00	896,241.58
Note			Fiscal Council not installed at OEGM in 2024.	
Total remuneration	2,041,680.00	7,003,681.58	0.00	9,045,361.58

Total remuneration of the fiscal year ending on December 31, 2023– Annual Values				
	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers	Fiscal Council	Total
Total number of members	7.00	3.00	0.00	10.00
Number of remunerated members	7.00	3.00	0.00	10.00
Annual fixed remuneration				
Salary or pro-labore	1,787,240.00	5,652,060.00	0.00	7,439,300.00
Direct and indirect benefits	0.00	0.00	0.00	0.00
Committee Memberships	180,800.00	0.00	0.00	180,800.00
Other	0.00	0.00	0.00	0.00
Description of other fixed remuneration				
Variable Remuneration				
Bonus	0.00	0.00	0.00	0.00
Profit sharing	0.00	0.00	0.00	0.00
Participation in meetings	0.00	0.00	0.00	0.00
Commissions	0.00	0.00	0.00	0.00
Other	0.00	0.00	0.00	0.00
Description of other variable remuneration				
Post-employment	0.00	0.00	0.00	0.00
End of position	0.00	0.00	0.00	0.00
Share-based, including options	0.00	524,368.01	0.00	524,368.01
Note			Fiscal Council not installed at OEGM in 2023.	
Total remuneration	1,968,040.00	6,176,428.01	0.00	8,144,468.01

Total remuneration of the fiscal year ending on December 31, 2022– Annual Values				
	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers	Fiscal Council	Total
Total number of members	7.00	3.00	1.00	11.00
Number of remunerated members	7.00	3.00	1.00	11.00
Annual fixed remuneration				
Salary or pro-labore	1,675,520.00	5,083,080.00	157,140.00	6,915,740.00
Direct and indirect benefits	0.00	0.00	0.00	0.00
Committee Memberships	117,120.00	0.00	0.00	117,120.00
Other	0.00	0.00	0.00	0.00
Description of other fixed remuneration				
Variable Remuneration				
Bonus	0.00	0.00	0.00	0.00
Profit sharing	0.00	0.00	0.00	0.00
Participation in meetings	0.00	0.00	0.00	0.00
Commissions	0.00	0.00	0.00	0.00
Other	0.00	0.00	0.00	0.00
Description of other variable remuneration				
Post-employment	0.00	0.00	0.00	0.00
End of position	0.00	0.00	0.00	0.00
Share-based, including options	0.00	955,605.92	0.00	955,605.92
Note			Fiscal Council not installed at OEGM in 2022.	
Total remuneration	1,792,640.00	6,038,685.92	157,140.00	7,988,465.92

8.3 With regard to the remuneration recognized in the results of the last three (3) fiscal years and that expected for the current fiscal year of the board of directors, statutory directors, and the fiscal council, create a table with the following content:

- a. Body**
- b. Total number of members**
- c. Number of remunerated members**
- d. with regard to the bonus:**
 - i. minimum amount provided for in the remuneration plan**
 - ii. maximum value provided for in the remuneration plan.**
 - iii. the amount provided for in the remuneration plan if the established targets were achieved.**
 - iv. amount effectively recognized in the results of the last three (3) fiscal years.**
- e. with regard to profit sharing:**
 - i. minimum amount provided for in the remuneration plan**
 - ii. maximum value provided in the remuneration plan**
 - iii. the amount provided for in the remuneration plan if the established targets were achieved**
 - iv. amount effectively recognized in the results of the last three (3) fiscal years**

Grendene S.A.'s remuneration policy does not contemplate variable remuneration programs for members of the Board of Directors, Fiscal Council and Statutory Board of Executive Officers.

8.4 With regard to the share-based remuneration plan for the board of directors and the statutory executive board, in force in the last fiscal year and planned for the current fiscal year, please describe:

a. general terms and conditions:

The Regulation establishes the rules for the Grendene and its controlled companies' Stock Option Purchase or Subscription Program ('Option Program'), which was established within the scope of the Company's Stock Option Purchase or Subscription Grant Plan ('Regulation' and 'Plan,' respectively), and was submitted for deliberation at the Company's Extraordinary General Meeting on April 14, 2008. The Plan and Regulation currently in force were recommended by the Board of Directors, at a meeting held on March 13, 2008, with amendments approved at the Board of Directors' meeting, at a meeting held on March 1, 2012, February 12, 2015, and August 1, 2019.

definitions established in the Plan:

For the purposes of the current Regulation in force, the terms used below will respect the following definitions:

- i) Shareholder: individual or legal entity holding share(s) of the Company.
- ii) Shares: registered common shares that will be or have already been issued by the Company.
- iii) Beneficiary: the Eligible Employee to whom the Option is effectively granted.
- iv) Eligible Employees: executives at the levels of Administrators, Board of Executive Officers and Management, except for those who are part of the Shareholding Control, able to participate in the Stock Option or Share Subscription Plan, as indicated in the aforementioned Regulation.
- v) Company: the company GRENDENE S.A. and its subsidiaries.
- vi) Adhesion Agreement: the Private Instrument of Grant of Option to Purchase or Subscribe for Shares, entered into between the Company and the Eligible Employee, whereby the latter becomes a participant in the Plan.
- vii) Grant Date: the date of signature of the Adhesion Agreement, which will formalize the granting of the Options to the Beneficiaries.
- viii) Termination: means any act or fact that, justified or not, puts an end to the Beneficiary's legal relationship with the Company, except in cases of retirement, permanent disability or death. Termination also covers the cases of dismissal, replacement or non-reelection of the Beneficiary as administrator and termination of the employment contract.
- ix) Exercise of Options: the effective purchase or subscription, by the Beneficiary, of shares related to the options granted to him by the Adhesion Agreement.
- x) Option or Options: the possibility for the Beneficiaries to acquire or subscribe to the Company's shares at a previously fixed price, during a certain period of time, in compliance with the conditions established in the Regulation.
- xi) Exercisable Option(s): the Option(s) that met the conditions set out for the exercise of the right to purchase or subscribe for the Shares (reserve of rights rules), therefore subject to be exercised.
- xii) Option(s) not exercisable: the Option(s) that did not meet the conditions defined for the exercise of the right to purchase or subscribe for the Shares.
- xiii) Option Exercise Period: period between the date on which it is possible to buy or subscribe for shares and the deadline for the purchase or subscription.
- xiv) Regulation: the aforementioned Instrument, duly approved by the Board of Directors and by the Company's General Meeting.
- xv) Option Exercise Price: amount determined to be paid by the Beneficiary for the purchase or subscription of the shares object of the option granted to him or her.
- xvi) Reservation of Right (Vesting): period established by the Company that precedes the period for the exercise of the option to purchase or subscribe for shares by the Beneficiary.

b. approval date and responsible body

The Regulation establishes the rules regarding Grendene's Option Program and its controlled companies, established within the scope of the Company's Plan, approved by the Extraordinary General Meeting held on April 14, 2008. The Plan and Regulation currently in force were recommended by the Board of Directors, at a meeting held on March 13, 2008, with amendments approved at the Board of Directors' meeting, at a meeting held on March 1, 2012, February 12, 2015, and August 1, 2019.

The full Regulation is available for consultation on the Company's Investor Relations website. (<https://ri.grendene.com.br>)

c. Maximum number of shares covered.

The stock options granted pursuant to the Regulation in force will have a total limit of five percent (5%) of the Company's share capital. The shares resulting from the exercise of the option will be issued as a result of a decision on a capital increase, by the Board of Directors, within the limits of the Company's authorized capital or use of treasury shares, within the legal limits. The current shareholders will not have preference in the granting or in the exercise of the stock option, provided for in the aforementioned Regulation, as provided in Article 171, §3 of Law No. 6,404/76.

In the event that the number, type and/or class of shares issued by the Company are changed due to splits, bonuses, groupings or conversions, the Board of Directors shall make the adjustment corresponding to the number, type and/or class of shares subject matter of each Option in force and its respective acquisition or subscription price, as the case may be, informing the Beneficiaries in writing.

d. Maximum number of options to be granted.

The criteria are the same as in the previous item. The Company always envisages granting an option to purchase one share according to criteria defined in the Plan.

e. Share acquisition conditions.

After the vesting period stipulated in the Plan Regulation has ended, the beneficiary may exercise their stock options following the disclosure of annual and/or quarterly results, as determined by the Board of Directors. The Exercise of the Option will consist of the purchase of shares at the established exercise price, after the "Vesting period" has elapsed. The Beneficiary, therefore, must formally express the exercise of the options to the Company, through a Notification of Exercise, within a period of up to fifteen (15) days following the meeting of the Company's Board of Directors that approved the Balance of the Previous Year, respecting the limits foreseen by the vesting period. In addition, at its sole discretion, the Board of Directors may authorize the exercise of options with the right already acquired, within a period of up to fifteen (15) days following the disclosure of quarterly results, respecting the limits established for the vesting period. The options may be exercised in whole or in part, subject to the terms and conditions established by the Board of Directors, the Committee (if applicable), the Regulation (especially, but not limited to the limits provided for the vesting period) and the Adhesion Agreements. The portion of the Option not exercised by the date provided for in the regulation will be considered automatically extinguished, without any right to indemnification. The exercise of the Option may only occur as long as the Beneficiary's relationship with the Company or its subsidiaries is verified, until the date of the effective exercise of the Option. The Exercise Notice may only be issued by the Beneficiary, after the disclosure of the annual and/or quarterly results, as decided by the Board of Directors. In the Exercise Notice, the Beneficiary must indicate the number of shares he wishes to acquire, pursuant to the communication model to be disclosed by the Board of Directors or the Committee, as the case may be.

Once the issuance of shares or transfer of treasury shares has been approved, as applicable and determined by the Board of Directors, the shares resulting from the Exercise of Options will be transferred or issued in the name of the respective Beneficiary, who must pay the Issuance Price to the Company within 5 (five) days after registration or transfer.

f. Criteria for fixing the acquisition or exercise price.

The Exercise Price of the option will be based on the volume-weighted average quotation of the share in the month prior to the grant and adjusted by inflation (IPCA) until the Option Exercise, established as the criterion for setting the issuance price under Article 170, §1º, III, of the Brazilian Corporations Law. The Board of Directors, at its sole discretion, but without disregarding the aforementioned legal limits, may apply a discount of up to 50% (fifty percent) on the result of the average mentioned in this item. The application of said discount does not create an acquired right, in favor of it or other Beneficiaries, to similar discounts in other issuances of shares.

g. Criteria for fixing the term of acquisition or exercise.

As provided for in the Regulation, the Options will have a total grace period of three years, and may be exercised as follows: (i) up to 1/3 after one (01) year from the grant date; (ii) plus 1/3 after 2 years from the grant date, totaling the limit of 2/3; (iii) 1/3 remaining after 3 years from the grant date. The options will have a term of six (06) years, counted from the grant date.

Deadlines were set to generate long-term incentives.

h. Option Exercise payment

The payment of the Option Exercise price shall be on the date determined by the Company, in local currency, by means of (i) a check payable to the Company; (ii) bank transfer to the account indicated by the Company; or (iii) any other form of payment expressly permitted by the Company and previously communicated to the Beneficiary, in writing.

i. Restrictions on the transfer of shares

The shares acquired by the beneficiaries under this plan do not have any transfer restrictions, however, as provided for in the Regulation, the Board of Directors or Committee (as the case may be), may impose terms and/or conditions prior to the exercise of the option and impose restrictions on the transfer of shares acquired with the exercise of the Option, and may also reserve repurchase options or preemptive rights for the Company in the event of disposal by the Beneficiary of these same shares, until the end of the term and/or compliance with the established conditions. The Adhesion Agreements will be individually prepared for each Beneficiary, and the Board of Directors or the Committee (as the case may be) may establish different terms and conditions for each Adhesion Agreement, without the need to apply any rule of isonomy or analogy between the Beneficiaries, even if they find themselves in similar or identical situations.

j. Criteria and events that, when verified, will cause the suspension, change or termination of the plan.

The Plan and the Regulation entered into force on the date of their approval by the Company's General Meeting and may be terminated at any time, by decision of the General Meeting. The expiration of the term will respect the acquired rights, not affecting the effectiveness of the Options still in force, granted based on it.

Without prejudice to any provision to the contrary provided for in the Regulation or in the Adhesion Agreement, the options granted will be automatically extinguished, with all their effects ceasing by operation of law, in the following cases: (a) through its full exercise; (b) after the expiration of the term of the option; (c) upon termination of the Adhesion Agreement; or (d) if the Company is dissolved, liquidated or has its bankruptcy decreed. However, in the event of dissolution, merger, incorporation, spin-off or liquidation of the Company, the Beneficiaries may exercise their Options that can already be exercised (that is, with the "vesting period" already elapsed) in the period between the date of the call of the general shareholders' meeting whose purpose is to resolve on the dissolution, merger, incorporation, spin-off or liquidation of the Company and the date of the same. Otherwise, the Options will be extinguished, in the same way as the Regulation and the respective Adhesion Agreements.

The Regulation will not prevent the carrying out of any corporate reorganization operations, such as transformation, incorporation, merger and spin-off. The Company's Board of Directors and the Companies involved in such operations may, at their discretion, determine, without prejudice to other measures that they decide in equity: (a) the replacement of the shares object of the Options for shares of the Company's successor company; (b) the anticipation of the acquisition of the right to exercise the Option to acquire the Shares, in order to ensure the inclusion of the corresponding shares in the transaction in question; and/or (c) the cash payment of the amount to which the Beneficiary would be entitled under the Plan.

k. Effects of the administrator's departure from the issuer's bodies on his rights provided for in the share-based compensation plan.

In the event of dismissal of the Beneficiary due to resignation or termination of the respective contract, if there is, with or without just cause, resignation or dismissal from the position, retirement, permanent disability or death, the rights conferred on him in accordance with the Regulation, may be extinguished or modified, subject to the provisions of item 6.2 of the Regulation, transcribed below.

6.2. 6.2. If, at any time during the term of the Plan, the Beneficiary: a) leaves the Company of their own volition, resigning from their job, terminating the respective contract, if any, or resigning from their position as manager: (i) the Non-Exercisable Options on the date of their termination will automatically become extinct, by operation of law, regardless of prior notice or indemnity; and (ii) the Exercisable Options may be exercised within a period of up to thirty (30) days, after which they will be automatically extinguished, regardless of notice, notification or subpoena; b) is dismissed from the Company at its will, upon resignation or termination of the respective contract, if any, for just cause or removal from its position for violating the duties and attributions of an administrator, all rights already exercisable or not yet exercisable in accordance with the respective Adhesion Agreement, on the date of its termination, will be automatically extinguished, by operation of law, regardless of prior notice or indemnity; c) is dismissed from the Company at its will, upon dismissal or termination of the respective contract, if any, without just cause or dismissal from its position without violating the duties and attributions of an administrator: (i) the Non-Exercisable Options in accordance with the respective Adhesion

Agreement, on the date of their withdrawal, will be automatically canceled, regardless of prior notice, notification or indemnification; (ii) the Exercisable Options must be exercised without extension within thirty (30) days from the notice of termination, after which they will be automatically canceled, regardless of prior notice, notification or indemnification; d) leave the Company due to retirement or permanent disability: (i) the Options Not Exercisable in accordance with the Adhesion Agreement, on the date of their dismissal, will be exercised under the terms duly established in the Adhesion Agreement, even after the termination of the legal and/or employment relationship with the Company; and (ii) the Options Exercisable in accordance with the Adhesion Agreement on the date of their dismissal will remain unchanged and may be exercised normally under the terms of the Agreement; d.1) In both cases mentioned in letter "d" above, the Committee that administers the Stock Option Plan is hereby authorized to take all decisions and measures appropriate to implement as described in items (i) and (ii) above. d.2) The Committee shall independently evaluate the work done by the Beneficiary for his succession of his activities in the Company, starting 12 (twelve) months prior to the effective date of his Termination. The Beneficiary must choose his successor at least six (6) months before to his or her termination from the Company, as well as fully train and prepare him or her to accept his or her position. Throughout the Succession Period and training, the successor must demonstrate that he or she is capable of performing the job's tasks and responding positively to all obligations and responsibilities inherent to the position. d.3) For the purposes of these RULES, Succession Period refers to the time elapsed between the date on which the Beneficiary expressly displays his or her willingness to resign from the Company and the date on which his or her dismissal is formalized. e) resignation from the Company on the grounds of death: (i) the Non-Exercisable Options according to the respective Adhesion Agreement, on the date of his or her death, will become automatically exercisable, anticipating the grace period, and the Beneficiary's legal heirs and successors may exercise the respective Option within up to twelve (12) months from the date of death, after which such rights will be automatically extinct, by operation of law, regardless of prior notice or indemnification; and (ii) the Exercisable Options pursuant to the respective Adhesion Agreement, on the date of his or her death, may be exercised by the Beneficiary's legal heirs and successors, provided that they do so within twelve (12) months of the date of death, after which such rights will be automatically extinguished by operation of law, regardless of prior notice, notification, or indemnification.

8.5 With regard to the share-based remuneration in the form of stock options recognized in the results of the last three (3) fiscal years and that planned for the current fiscal year, of the board of directors and the statutory executive board.

The beneficiaries of the plans are officers and managers of the Company, as defined by the Board of Directors. Members of the Board of Directors and Fiscal Council are not part of the program.

The Company made the first concession in 2008 (1st Plan) and the last one on February 29, 2024 (17th Plan). There was no grant of stock options in the years 2020, 2021 and 2023.

Share-based remuneration expected for the current fiscal year (2025)	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers
Total number of members	7.00	3.00
Number of remunerated members	7.00	3.00
Weighted average exercise price:		
(a) Of the options outstanding at the beginning of the fiscal year	-	3.90
(b) Of the options lost during the fiscal year	-	-
(c) Of the options exercised during the fiscal year	-	4.10
(d) Of the options expired during the fiscal year	-	-
Potential dilution in the event of exercise of all options granted	-	0.21%

Share-based remuneration for the fiscal year ending on December 31, 2024	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers
Total number of members	7.00	3.00
Number of remunerated members	7.00	3.00
Weighted average exercise price:		
(a) Of the options outstanding at the beginning of the fiscal year	-	4.50
(b) Of the options lost during the fiscal year	-	-
(c) Of the options exercised during the fiscal year	-	4.50
(d) Of the options expired during the fiscal year	-	-
Potential dilution in the event of exercise of all options granted	-	0.07%

Share-based remuneration for the fiscal year ending on December 31, 2023	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers
Total number of members	7.00	3.00
Number of remunerated members	7.00	3.00
Weighted average exercise price:		
(a) Of the options outstanding at the beginning of the fiscal year	-	4.50
(b) Of the options lost during the fiscal year	-	-
(c) Of the options exercised during the fiscal year	-	4.50
(d) Of the options expired during the fiscal year	-	-
Potential dilution in the event of exercise of all options granted	-	0.03%

Share-based remuneration for the fiscal year ending on December 31, 2022	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers
Total number of members	7.00	3.00
Number of remunerated members	7.00	3.00
Weighted average exercise price:		
(a) Of the options outstanding at the beginning of the fiscal year	-	4.68
(b) Of the options lost during the fiscal year	-	-
(c) Of the options exercised during the fiscal year	-	4.68
(d) Of the options expired during the fiscal year	-	-
Potential dilution in the event of exercise of all options granted	-	0.05%

8.6 With regard to each grant of stock options made in the last three (3) fiscal years and planned for the current fiscal year by the board of directors and the Statutory Board of Executive Officers:

Grants made in the year ending December 31, 2022, December 31, 2024 and December 31, 2025	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers		
Stock option grants	Not Applicable	15 th Plan	17 th Plan	18 th Plan
Total number of members	-	3.00	3.00	3.00
Number of remunerated members	-	3.00	3.00	3.00
Grant date	-	February 24, 2022	February 29, 2024	February 27, 2025
Number of options granted	-	449,994	441,153	1,639,119
Term for options to become exercisable	-	As foreseen in the Plan: The Options will have a total grace period of three years and may be exercised as follows: up to 1/3 after one (1) year from the date of grant; an additional 1/3 after two (2) years from the date of grant, totaling a maximum of 2/3; and the remaining 1/3 after three (3) years from the date of grant.		
Deadline for exercising the options	-	February 23, 2028	February 28, 2030	February 26, 2031
Restriction period for the transfer of shares	-	There is no restriction		
Fair value of options on the grant date	-	R\$ 3.79	R\$ 2.75	R\$ 2.28
Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the options on the grant date	-	R\$1,705,477.26	R\$ 1,213,170.75	R\$ 3,737,191.32

No stock options were granted in the fiscal years ended December 31, 2021, and December 31, 2023.

8.7 With regard to the outstanding options of the Board of Directors and the Statutory Board of Executive Officers at the end of the last fiscal year.

Options outstanding at the end of the fiscal year ending December 31, 2024

Body	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers	
Total number of members	7.00	3.00	3.00
Number of remunerated members	-	3.00	3.00
Options not yet exercisable	-	15th Plan (2022)	17th Plan (2024)
I. Quantity	-	149,998	441.153
II. Date on which they will become exercisable	-	Feb. 24, 2025 – 149,998	Feb. 28, 2025 – 147.051 Feb. 28, 2026 – 147.051 Feb. 28, 2027 – 147.051
III. Deadline for exercising the options	-	Feb. 24, 2028	Feb. 28, 2030
IV. Restriction period for the transfer of shares	-	There is no restriction	
V. Weighted average fiscal year price	-	R\$4,50	R\$3.70
VI. Fair value of options on the grant date	-	R\$4,72	R\$3,57
Exercisable options	-	There were no exercisable options on December 31, 2024	
I. Quantity	-	-	-
II. Deadline for exercising the options	-	-	-
III. Restriction period for the transfer of shares	-	-	-
IV. Weighted average fiscal year price	-	-	-
V. Fair value of options on the grant date	-	-	-
Fair value of options on the last day of the fiscal year	-	R\$707,990.56	R\$1,574,916.21

8.8 With regard to the options exercised relating to the share-based remuneration of the Board of Directors and the Statutory Executive Board in the last three (3) financial years.

Options exercised in the year ending December 31, 2024		
Body	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers
Total number of members	7.00	3.00
Number of remunerated members	-	3.00
Number of shares	-	149,998
Weighted average fiscal year price	-	R\$4.56
Average market price of shares related to options exercised	-	R\$7.05
Total amount of the difference between the weighted average exercise price and the weighted average market price of the shares related to the options exercised	-	(R\$373,234.12)

Options exercised in the year ending December 31, 2023		
Body	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers
Total number of members	7.00	3.00
Number of remunerated members	-	3.00
Number of shares	-	149,998
Weighted average fiscal year price	-	R\$4,36
Average market price of shares related to options exercised	-	R\$7.39
Total amount of the difference between the weighted average exercise price and the weighted average market price of the shares related to the options exercised	-	(R\$455,236.10)

Options exercised in the year ending December 31, 2022		
Body	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers
Total number of members	7.00	3.00
Number of remunerated members	-	3.00
Number of shares	-	65,128
Weighted average fiscal year price	-	R\$5.23
Average market price of shares related to options exercised	-	R\$8.92
Total amount of the difference between the weighted average exercise price and the weighted average market price of the shares related to the options exercised	-	(R\$240,078.39)

8.9 With regard to the share-based remuneration, in the form of shares to be delivered directly to the beneficiaries, recognized in the results of the last three (3) fiscal years and that planned for the current fiscal year, of the board of directors and the statutory executive board.

Share-based remuneration expected for the current fiscal year (2024)

Body	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers
Total number of members	7.00	3.00
Number of remunerated members	-	3.00
Potential dilution in case all shares are granted to beneficiaries	-	0.21%

Share-based remuneration for the fiscal year ending on December 31, 2024

Body	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers
Total number of members	7.00	3.00
Number of remunerated members	-	3.00
Potential dilution in case all shares are granted to beneficiaries	-	0.07%

Share-based remuneration for the fiscal year ending on December 31, 2023

Body	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers
Total number of members	7.00	3.00
Number of remunerated members	-	3.00
Potential dilution in case all shares are granted to beneficiaries	-	0.03%

Share-based remuneration for the fiscal year ending on December 31, 2022

Body	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers
Total number of members	7.00	3.00
Number of remunerated members	-	3.00
Potential dilution in case all shares are granted to beneficiaries	-	0.05%

8.10 With regard to each grant of shares made in the previous three (3) fiscal years and scheduled for the current fiscal year by the Board of Directors and the Statutory Executive Board.

Grants expected in the current fiscal year (2025).	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers
Total number of members	7.00	3.00
Number of remunerated members	7.00	3.00
Grant date	-	February 27, 2025
Number of options granted	-	1,639,119
Deadline for delivery of shares	-	6 years
Restriction period for the transfer of shares	-	Not Applicable
Fair value of options on the grant date	-	2.28
Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the options on the grant date	-	3,737,191.32

Grants expected in the current fiscal year (2024).	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers
Total number of members	7.00	3.00
Number of remunerated members	7.00	3.00
Grant date	-	February 29, 2024
Number of options granted	-	441,153
Deadline for delivery of shares	-	6 years
Restriction period for the transfer of shares	-	Not Applicable
Fair value of options on the grant date	-	2.75
Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the options on the grant date	-	1,213,170.75

Grants made in the year ending December 31, 2022	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers
Total number of members	7.00	3.00
Number of remunerated members	7.00	3.00
Grant date	-	February 24, 2022
Number of options granted	-	449,994
Deadline for delivery of shares	-	6 years
Restriction period for the transfer of shares	-	Not Applicable
Fair value of options on the grant date	-	3.79
Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the options on the grant date	-	1,705,477.26

No stock options were granted in the fiscal years ended December 31, 2023.

8.11 With regard to the options exercised relating to the share-based remuneration of the Board of Directors and the Statutory Executive Board in the last three (3) fiscal years.

Shares delivered – financial year ended Dec. 31, 2024	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers
Total number of members	7.00	3.00
Number of remunerated members	7.00	3.00
Number of shares	-	149,998
Weighted average of acquisition price	-	R\$4,56
Weighted average market price of the acquired shares	-	R\$7.05
Multiplication of the total shares acquired by the difference between the weighted average acquisition price and the weighted average market price of the shares acquired.	-	(R\$373,234.12)

Shares delivered – financial year ended Dec. 31, 2023	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers
Total number of members	7.00	3.00
Number of remunerated members	7.00	3.00
Number of shares	-	149,998
Weighted average of acquisition price	-	R\$4,36
Weighted average market price of the acquired shares	-	R\$7.39
Multiplication of the total shares acquired by the difference between the weighted average acquisition price and the weighted average market price of the shares acquired.	-	(R\$454,493.94)

Shares delivered – financial year ended Dec. 31, 2022	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers
Total number of members	7.00	3.00
Number of remunerated members	7.00	3.00
Number of shares	-	65,128
Weighted average of acquisition price	-	R\$5.23
Weighted average market price of the acquired shares	-	R\$8.92
Multiplication of the total shares acquired by the difference between the weighted average acquisition price and the weighted average market price of the shares acquired.	-	(R\$240,322.32)

8.12 A brief description of the information needed to understand the data disclosed in items 8.5 to 8.11, such as an explanation of the method for pricing the value of shares and options, including, at least:

a. Pricing Model

	15 th Plan (2022)	17 th Plan (2024)	18 th Plan (2025)
Pricing Model	Black and Scholes		

b. Data and assumptions used in the pricing model, including the weighted average share price, strike price, expected volatility, option life, expected dividends, and the risk-free interest rate.

	15 th Plan (2022)	17 th Plan (2024)	18 th Plan (2025)
Grant date	February 24, 2022	February 29, 2024	February 27, 2025
Total purchase options granted	449,994	441,153	1,639,119
Exercise price	4.50	3.70	3.07
Expected volatility	25.95%	17.05%	24.43%
Expected dividend on shares (*)	5%	5%	9%
Weighted average risk-free interest rate (**)	12.25%	9.00%	15.00%
Maximum Maturity	6 years	6 years	6 years
Average Maturity	2.5 years	2.5 years	2.5 years
Fair value at grant date	3.79	2.75	2.28

*Expected dividends were obtained based on the average dividend payments per share in relation to the market value of the shares in the last 12 months.

**The Company uses the projected average Selic rate, published by the Central Bank (BACEN) as a risk-free interest rate.

c. Method used and assumptions made to incorporate the expected effects of early exercise.

	15 th Plan (2022)	17 th Plan (2024)	18 th Plan (2025)
Method and assumptions	For the calculation of the fair value of the options, we use the expected life value of the options. We do not take turnover into account as it is considered negligible at the executive level of Grendene. The average maturity until the exercise of each option was estimated at 2.5 years based on the historical data observed by the Company.		

d. Method of determining expected volatility

	15 th Plan (2022)	17 th Plan (2024)	18 th Plan (2025)
Expected Volatility	The volatility was calculated based on the average historical price fluctuation of the shares over the last 18 (eighteen) months prior to the grant date.		

e. If any other feature of the option was incorporated in the measurement of its fair value.

	15 th Plan (2022)	17 th Plan (2024)	18 th Plan (2025)
If any other feature of the option was incorporated in the measurement of its fair value.	No		

8.13 Indicate the number of shares, quotas, and other securities convertible into shares or quotas issued in Brazil or abroad by the issuer, its direct or indirect controlling shareholders, controlled companies, or companies under common control, which are held by members of the Board of Directors, Statutory Board of Executive Officers, or Supervisory Board, grouped by body.

Shares or quotas directly or indirectly held, in Brazil or abroad, and other securities convertible into shares or quotas, issued by the Company, its direct or indirect controllers, companies controlled or under common control, by members of the board of directors, the executive board statutory or audit committee, grouped by body, on the closing date of the last fiscal year.

Notes:

(*) The controlling shareholders and other shareholders bound by the Company's shareholders' agreement are included.

(**) Fiscal Council is not installed.

Shareholders	December 31, 2024	
	Number of shares	% of participation in total share capital
Members of the Board of Directors (*)	631,454,212	69.993593%
Members of the Statutory Board of Executive Officers	2,687,702	0.297918%
Members of the Fiscal Council (**)	0	0.000000%
Total of shares	634,141,914	70.291511%

Shareholders	December 31, 2023	
	Number of shares	% of participation in total share capital
Members of the Board of Directors (*)	631,470,212	69.995366%
Members of the Statutory Board of Executive Officers	2,551,308	0.282799%
Members of the Fiscal Council (**)	0	0.000000%
Total of shares	634,021,520	70.278165%

Shareholders	December 31, 2022	
	Number of shares	% of participation in total share capital
Members of the Board of Directors (*)	631,454,212	69.993593%
Members of the Statutory Board of Executive Officers	2,614,506	0.289805%
Members of the Fiscal Council (**)	0	0.000000%
Total of shares	634,068,718	70.283398%

8.14 With regard to the pension plans in force for members of the Board of Directors and Statutory Board of Executive Officers, please provide the following information in tabular form:

- a. Body**
- a. Total number of members**
- b. Number of remunerated members**
- c. Plan name.**
- d. Number of executives that are eligible for retirement.**
- e. Conditions to retire in advance.**
- f. The updated value of the contributions accumulated in the pension plan until the closing of the last fiscal year, discounting the portion related to contributions made directly by the management.**
- g. Total accumulated value of the contributions made during the last fiscal year, discounting the portion related to contributions made directly by the management.**
- h. Whether there is a possibility of early redemption and what the conditions are.**

The Company does not maintain Pension Plans for its management.

8.15 Indicate for the last three (3) fiscal years related to the Board of Directors, the Statutory Board of Executive Officers, and the Fiscal Council, in tabular form:

	Statutory Board of Executive Officers			Board of Directors			Fiscal Council		
Annual Values	Dec. 31, 2024	Dec. 31, 2023	Dec. 31, 2022	Dec. 31, 2024	Dec. 31, 2023	Dec. 31, 2022	Dec. 31, 2024	Dec. 31, 2023	Dec. 31, 2022
Number of members	3.00	3.00	3.00	7.00	7.00	7.00	0.00	0.00	3.00
Number of remunerated members	3.00	3.00	3.00	7.00	7.00	7.00	0.00	0.00	3.00
Amount of the highest remuneration (Reais)	2,820,195.30	2,468,117.68	2,602,945.00	452,400.00	436,120.00	356,480.00	0.00	0.00	52,380.00
Amount of the lowest remuneration (Reais)	1,886,368.63	1,646,851.48	1,358,429.00	264,880.00	255,320.00	239,360.00	0.00	0.00	52,380.00
Average remuneration (Reais)	2,334,560.53	2,058,809.34	2,012,895.33	291,668.57	281,148.57	256,091.43	0.00	0.00	52,380.00

Note

Statutory Board of Executive Officers

Board of Directors

Fiscal Council

There was no request for the installation of a Fiscal Council at the OEGM of April 25, 2022, April 17, 2023 and April 22, 2024.

8.16 Describe contractual arrangements, insurance policies, or other instruments structuring remuneration or indemnification mechanisms for management members in the event of removal from office or retirement, indicating the financial consequences for the issuer.

There are no contractual arrangements, insurance policies or other instruments that structure remuneration or indemnification mechanisms for managers in the event of removal from office or retirement.

8.17 With regard to the past three fiscal years and the forecast for the current fiscal year, indicate the percentage of total compensation for each body recognized in the issuer's result, referring to members of the Board of Directors, Statutory Board of Executive Officers, or the Fiscal Council who are related parties to the direct or indirect controlling shareholders, as defined by the accounting rules that address this matter.

Fiscal year ending on:	Board of Directors	Fiscal Council	Statutory Board of Executive Officers
December 31, 2022	22.4%	2.0%	75.6%
December 31, 2023	24.2%	0.0%	75.8%
December 31, 2024	22.6%	0.0%	77.4%
December 31, 2025	20.2%	0.0%	79.8%

8.18 With respect to the past three fiscal years and the forecast for the current fiscal year, indicate the amounts recognized in the issuer's income statement as remuneration of members of the Board of Directors, Statutory Board of Executive Officers, or the Fiscal Council, grouped by body, for any reason other than their position, such as, for example, commissions and consulting or advisory services provided.

There are no amounts recognized in the Company's results as remuneration for members of the Board of Directors, the Statutory Executive Board, or the Fiscal Council for any reason other than their function.

8.19 With regard to the past three fiscal years and the forecast for the current fiscal year, indicate the amounts recognized as the result of direct or indirect controlling companies, companies under common control, and the issuer's subsidiaries as remuneration of members of the issuer's Board of Directors, Statutory Board of Executive Officers, or the Fiscal Council, grouped by body, specifying on what basis these amounts were attributed to these individuals.

There are no amounts recognized in the results of direct or indirect Controlling companies, companies under common control, or the issuer's subsidiaries, as remuneration for members of the Board of Directors, the Statutory Board, or the Fiscal Council, as the case may be.

8.20 Provide other information that the issuer deems relevant.

We hereby inform that the entirety of the Regulations for the Granting of Stock Options or Subscription Plans, approved at the Annual General and Extraordinary Meeting of April 14, 2008 and the amendments approved at the Board of Directors' Meeting of March 1, 2012, March 12, February 2015 and August 1, 2019, is available for consultation on the websites of the SEC, B3 and on the Company's investor relations website.

Comissão de Valores Mobiliários (Brazilian Securities and Exchange Commission) – <https://www.cvm.gov.br>

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3 Brazil Stock Exchange and Over-the-Counter Market) <https://www.b3.com.br>

Grendene – Investor Relations – <https://ri.grendene.com.br/PT/Governanca-Corporativa/Stock-Options>

Stock options plan.

The information contained in the previous items refers only to the Officers. However, it is necessary to clarify that the stock option plan, managed by the Board of Directors, includes executives at the levels of Administrators as beneficiaries, in addition to the above officers, it also includes the main managers. For greater transparency, we transcribe below the explanatory note to the financial statements for the fiscal year ending December 31, 2024.

Stock option or stock subscription plan.

The Stock Option or Subscription Plan, approved by the Company's shareholders at the Extraordinary General Meeting on April 14, 2008, grants directors and managers, except controlling directors, the right to acquire shares of the Company, in the form and conditions described on the plan.

The stock options can be exercised up to six years from the grant date, with a vesting period of three years, with release of 33% from the first anniversary, 66% from the second anniversary and 100% from the third anniversary.

To comply with plans for exercise of stock purchase options, in 2024 a total of 430,942 shares was acquired, for an average price of R\$7.05, totaling R\$3,036.

In the first quarter of 2024 options were exercised on 433,613 shares at an average price of R\$4.56, resulting in a total amount of R\$1,977.

The difference between the average exercise price of the options and the average cost of the shares acquired and canceled in 2024, for compliance with the exercise of stock options resulted in recognition of a gain of R\$631. This was posted in Stockholders' equity, since settlement of the stock option plans takes place with equity instruments.

a) Assumptions for recognition of share remuneration expenses

The shares are measured at fair value on the grant date, and the expense is recognized in the result as "personnel expenses" over the period in which the right to exercise the option is acquired, with a corresponding entry to equity.

The fair value of the options granted was estimated using the "Black-Scholes" option pricing model. The economic assumptions considered were: (i) expected dividends obtained based on the average dividend payments per share in relation to the market value of the shares in the last 12 months; (ii) volatility based on the historical average fluctuation of the share price in the last 18 months prior to the grant date; (iii) the risk-free interest rate at the projected average Selic rate, published by the Central Bank (BACEN). In the following table we present the details of this information:

	12 th Plan	15 th Plan	17 th Plan
Grant date	Feb. 14, 2019	Feb. 24, 2022	Feb. 29, 2024
Total purchase options granted	695,892	1,402,950	1,385,736
Exercise price	4.68	4.50	3.70
Expected volatility	17.11%	25.95%	17.05%
Expected dividend on shares	4%	5%	5%
Weighted average risk-free interest rate	6.50%	12.25%	9.00%
Maximum Maturity	6 years	6 years	6 years
Average Maturity	2.5 years	2.5 years	2.5 years
Fair value at grant date	4.12	3.79	2.75

The Company has no obligation to repurchase the shares acquired by the beneficiaries.

b) Movement of stock options or stock subscriptions

The movements resulting from the purchase or subscription of shares are shown below:

	12 th Plan	15 th Plan	17 th Plan	Closing Balance
Balance on December 31, 2020	418,790	-	-	418,790
Exercised	(209,395)	-	-	(209,395)
Cancelled	(3,873)	-	-	(3,873)
Balance on December 31, 2021	205,522	-	-	(205,522)
Granted shares	-	1,402,950	-	1,402,950
Exercised	(202,296)	-	-	(202,296)
Cancelled	(3,226)	(8,013)	-	(11,239)
Balance on December 31, 2022	-	1,394,937	-	1,394,937
Exercised	-	(464,979)	-	(464,979)
Cancelled	-	(53,478)	-	(53,478)
Balance on December 31, 2023	-	876,480	-	876,480
Granted shares	-	-	1,385,736	1,385,736
Exercised	-	(433,613)	-	(433,613)
Cancelled	-	(9,254)	-	(9,254)
Balance on December 31, 2024	-	433,613	1,385,736	1,819,349
Options exercisable in 2025	-	433,613	461,912	895,525
Options exercisable in 2026	-	-	461,912	461,912
Options exercisable in 2027	-	-	461,912	461,912
Sum	-	433,613	1,385,736	1,819,349
Result of options granted, recognized on December 31, 2021	(874)	-	-	(874)
Result of options granted, recognized on December 31, 2022	(832)	(11)	-	(843)
Result of options granted, recognized on December 31, 2023	-	(1,865)	-	(1,865)
Result of options granted, recognized on December 31, 2024	-	-	-	-
Personnel expenses as of December 31, 2021	(314)	-	-	(369)
Personnel expenses as of December 31, 2022	(23)	(2,951)	-	(2,974)
Personnel expenses as of December 31, 2023	-	(1,602)	-	(1,602)
Personnel expenses as of December 31, 2024	-	(628)	(2,134)	(2,762)